

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

UELITON PERES DE OLIVEIRA

**MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO E SUAS
INTERFACES COM O ESPORTE E LAZER**

**CUIABÁ-MT
2020**

UELITON PERES DE OLIVEIRA

**MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO E SUAS
INTERFACES COM O ESPORTE E LAZER**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal de Mato Grosso como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação Física na Área de Concentração Saúde, Desempenho Físico e Corporeidade, Linha de Pesquisa Fundamentos Pedagógicos e Sócio-Antropológicos do Corpo.

Orientador: Prof. Dr. Riller Silva Reverdito

**Cuiabá-MT
2020**

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

O48m Oliveira, Ueliton Peres de.
Medida Socioeducativa de Internação e suas Interfaces com o
Esporte e Lazer / Ueliton Peres de Oliveira. -- 2020
146 f. : il. color. ; 30 cm.

Orientador: Doutor Riller Silva Reverdito.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso,
Faculdade de Educação Física, Programa de Pós-Graduação em
Educação Física, Cuiabá, 2020.
Inclui bibliografia.

1. Adolescente. 2. Esportes. 3. Atividades de Lazer. 4. Ato
Infracional. 5. Medida Socioeducativa. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA
Avenida Fernando Corrêa da Costa, 2367 - Boa Esperança - Cep: 78060900 - Cuiabá/MT
Tel : 65 3615-8836 - Email : mestradoef@ufmt.br

FOLHA DE APROVAÇÃO

**TÍTULO: "MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO E SUAS INTERFACES
COM O ESPORTE E LAZER"**

AUTOR: Mestrando Ueliton Peres de Oliveira

Dissertação defendida e aprovada em 28/05/2020.

Composição da Banca Examinadora:

Presidente Banca / Orientador: Doutor Riller Silva Reverdito
Instituição: Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT

Examinador Interno: Doutor José Tarcísio Grunnenvoldt
Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso

Examinador Externo: Doutor Willian Lazaretti da Conceição
Instituição: Universidade Federal do Pará - UFPA

Examinador Suplente: Doutor Raul Angel Carlos Oliveira
Instituição: Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT

CUIABÁ, 23/06/2020

DEDICATÓRIA

*A minha amada filha, Antonella, presente de
Deus neste processo.*

AGRADECIMENTOS

Um gesto de agradecimento é, antes de tudo, reconhecer àqueles que ao longo de um processo árduo, contribuíram direta ou indiretamente para o alcance dos resultados esperados.

Agradeço a Deus por ser tão generoso em minha vida e conceder sabedoria para trilhar os caminhos corretos.

Aos meus pais, a quem devo infinita gratidão em seus ensinamentos e, acima de tudo, por mostrarem que a educação é a maior herança que podemos deixar a nossos filhos.

As princesas da minha vida, esposa e filha, por estarem ao meu lado incondicionalmente, e suportarem as ausências decorrentes do processo.

Ao meu querido irmão e sobrinho, pelo companheirismo e carinho.

Aos familiares de forma geral, que mesmo distantes, emanam boas energias e me motivam a continuar em busca de conhecimento.

Aos familiares da minha esposa, pela acolhida em Cuiabá e os momentos de alegria que minimizam a saudade do meu querido Estado de Goiás, e as pessoas que ali deixei.

Aos amigos da inesquecível ‘República Tapera dos Artistas’, Quirinópolis – GO 2003/2006, estaremos sempre juntos, essa vitória também é de vocês.

Aos amigos de Mato Grosso que a vida colocou no meu caminho, obrigado pela acolhida e os momentos de felicidade que fazem a vida valer a pena.

À equipe do Centro Interdisciplinar de Pesquisas em Esporte e Exercício Físico – CIPEEF – Rede Cedes Mato Grosso, pela oportunidade de compartilhar conhecimento e manterem sempre disponíveis quando mais precisei. Em especial ao amigo Elson, que sem dúvidas contribuiu significativamente no meu crescimento como pesquisador.

Aos colegas e Gestores da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, por incentivarem os servidores a buscarem Qualificação Profissional e a disponibilidade dos dados da pesquisa.

Aos Presidentes, vice-presidentes de bairro e lideranças comunitárias que colaboraram com as observações *in loco*.

Aos membros da Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo de Cuiabá, pela disponibilidade de tempo, reuniões e a oportunidade de participar nas audiências públicas do Plano Municipal de Esporte e Lazer do município.

Aos docentes e discentes do Programa de Pós-graduação em Educação Física da Universidade Federal de Mato Grosso – PPGEF/UFMT, pelo conhecimento transmitido e por se mostrarem sempre disponíveis quando necessário.

Aos membros da banca, Prof. Dr. Willian Lazaretti da Conceição, Prof. Dr. Tarcísio José Grunnenvaldt, Prof. Dr. Raul Angel Carlos Olivera, pela disponibilidade em contribuir no meu crescimento quanto pesquisador e manterem postura de companheirismo e humildade frente ao discente.

Por fim, expresso minha eterna gratidão ao meu orientador Professor Riller Silva Reverdito, que confiou e oportunizou esse momento, mesmo ciente de suas diversas atribuições. Obrigado por sua postura humana, comprometimento com a profissão e por centrar o processo de ensino e aprendizagem em seus discentes.

Apoio: Centro Interdisciplinar de Pesquisas em Esporte e Exercício Físico (CIPEEF), Universidade do Estado de Mato Grosso; Centro de Desenvolvimento de Pesquisa em Políticas de Esporte e de Lazer da Rede Cedes do Estado de Mato Grosso (REDE CEDES), Ministério da Cidadania/Secretaria Especial do Esporte.

“Um jovem de talento não é uma folha em branco, senão uma folha sobre a qual tudo já foi escrito, com tinta simpática, por assim dizer, tudo, tanto o bem como o mal, e cumpre ao educador desenvolver decididamente o bem e apagar, mediante uma influência adequada, o mal que deseja manifestar-se...”

Thomas Mann (1924).

RESUMO

Esta pesquisa baseia-se nos pressupostos da abordagem qualitativa do tipo exploratória e descritiva, com o objetivo de analisar retrospectivamente o acesso ao Esporte e Lazer de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação. Para tal, estrutura-se em três capítulos/artigos que se inter-relacionam e buscam elucidar a questão problema que permeia o presente estudo. O primeiro capítulo teve por objetivo evidenciar o panorama de pesquisas relacionadas ao esporte e o lazer em contextos de medidas socioeducativas no Brasil. Foram selecionados nove artigos científicos e cinco dissertações através de busca nos Periódicos da CAPES, Base de dados *Scientific Electronic Library Online*, Google Acadêmico e Banco de Teses e Dissertações da CAPES. Os resultados foram tratados a partir da Análise de Conteúdo. Através das categorias de análise observou-se que o esporte e o lazer, quando tratados como vias e objetos de educação, propiciam ambientes favoráveis ao desenvolvimento positivo dos adolescentes, ainda que sejam concebidos na lógica funcional e utilitarista por parte das Instituições e adolescentes. Conclui-se que, o restrito entendimento dos adolescentes sobre os potenciais do esporte e do lazer está intimamente ligado a falta de acesso a estas políticas em suas trajetórias. No segundo capítulo realizou-se pesquisa documental com o objetivo de compreender o acesso ao esporte e lazer na trajetória de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação no Estado de Mato Grosso e identificar o perfil desses sujeitos. Foram analisados 36 Planos Individuais de Atendimento (PIA) de sete Centros de Atendimento Socioeducativo, elaborados entre os anos de 2017-2018 e disponibilizados pela Gestão Estadual do Sistema de Informação para Infância e Adolescência – SIPIA/SINASE/MT. Os dados relacionados aos eixos esporte e lazer foram tratados através da análise de conteúdo. O perfil dos adolescentes retrata os problemas socioeconômicos e de vulnerabilidade social presentes na contemporaneidade. A partir das categorias de análise observou-se a restrita oferta dessas políticas de atendimento na trajetória dos adolescentes. Conclui-se que, o cumprimento da medida socioeducativa de internação propiciou maior acesso aos espaços, equipamentos e conteúdos de esporte e lazer aos adolescentes, se comparado com suas vivências anteriores à aplicação da medida. No terceiro capítulo realizou-se estudo exploratório e descritivo com o objetivo de identificar os espaços, equipamentos e conteúdos de esporte e lazer de município do Estado de Mato Grosso com maior incidência de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação nos anos de 2017 e 2018. Os dados foram disponibilizados pela Gestão Estadual do Sistema para Infância e Adolescência – SIPIA/SINASE/MT. Realizou-se observação in loco em oito bairros, usando categorias de análise pré-definidas para registros em diário de campo. Os resultados demonstram a escassa oferta de espaços, equipamentos e conteúdos disponibilizados nessas comunidades, sinalizando para a necessidade de efetivação das políticas de atendimento primário aos adolescentes. Diante desse cenário, conclui-se que a falta de acesso às políticas de esporte e lazer configurou-se como fator de risco ao cometimento de ato infracional no contexto pesquisado, além da exposição dos jovens ao mesmo risco ao retornarem para a comunidade.

Palavras-chave: Adolescente. Esportes. Atividades de Lazer. Ato Infracional. Medida Socioeducativa.

ABSTRACT

This research is based on the assumptions of the qualitative approach of the exploratory and descriptive type, with the objective of retrospectively analyzing the access to Sports and Leisure of adolescents in compliance with a socio-educational measure of hospitalization. To this end, the research is structured in three chapters/articles that interrelate and seek to elucidate the issue that permeates the present study. The first chapter aimed to highlight the research panorama related to sport and leisure in contexts of socio-educational measures in Brazil. Nine scientific articles and five dissertations were selected by searching CAPES Journals, Scientific Electronic Library Online Database, Google Scholar and CAPES Theses and Dissertations database. The first chapter aimed to highlight the research panorama related to sport and leisure in contexts of socio-educational measures in Brazil. Nine scientific articles and five dissertations were selected by searching CAPES Journals, Scientific Electronic Library Online Database, Google Scholar and CAPES Theses and Dissertations database. The results were treated based on Content Analysis. Through the categories of analysis it was observed that the sports and leisure, when treated as educational paths and objects, provide environments conducive to the positive development of adolescents, although they are designed based on utilitarian and functional logic by the institutions and adolescents. It is concluded that the restricted understanding of adolescents about sport and leisure potential is closely linked to the lack of access to these policies in during their trajectories. In the second chapter, documentary research was carried out in order to understand access to sport and leisure in the trajectory of adolescents in compliance with a socio-educational measure of hospitalization in the State of Mato Grosso and to identify the profile of these subjects. 36 Individual Service Plans (PIA) from seven Socio-Educational Service Centers, developed between 2017-2018 and made available by the State Management System for Children and Adolescents, were analyzed – SIPIA/SINASE/MT. The data related to the sports and leisure axes were treated through content analysis. The profile of adolescents portrays the socioeconomic and social vulnerability problems present in the contemporary world. From the analysis categories, there was a limited offer of these care policies in the trajectory of adolescents. It is concluded that, the fulfillment of the socio-educational measure of hospitalization provided greater access to spaces, equipment and sports and leisure contents for adolescents, when compared to their experiences prior to the application of the measure. In the third chapter, an exploratory and descriptive study was carried out with the objective of identifying the spaces, equipment and sports and leisure contents of a municipality in the State of Mato Grosso with a higher incidence of adolescents in compliance with a socio-educational measure of hospitalization in the years 2017 and 2018. The data were made available by the State Management of the System for Children and Adolescents - SIPIA / SINASE / MT. On-site observation was carried out in eight neighborhoods, using predefined analysis categories for field diary records. The results demonstrate the scarce offer of spaces, equipment and content available in these communities, signaling the need for effective policies for primary care for adolescents. In view of this scenario, it is concluded that the lack of access to sports and leisure policies is seen as a risk factor for committing infraction in the context researched, in addition to exposing young people to the same risk when returning to the community.

Key-words: Adolescent. Sports. Leisure activities. Infrafractional Act. Socio-educational measure.

LISTA DE QUADROS

Apresentação e Introdução		Página
Quadro 1	Estrutura da dissertação.	16
Quadro 2	Esquema analítico da dissertação.	29
Capítulo I		
Quadro 1	Panorama dos artigos selecionados para o estudo de revisão.	45
Quadro 2	Panorama das dissertações selecionadas para o estudo de revisão.	46
Capítulo II		
Quadro 1	Atividades de esporte evidenciadas na medida socioeducativa.	73
Quadro 2	Atividades de lazer evidenciadas na medida socioeducativa.	76
Capítulo II		
Quadro 1	Caracterização dos bairros investigados.	90
Quadro 2	Relação dos espaços, equipamentos e conteúdos de esporte e lazer.	92

LISTA DE TABELAS

Capítulo II		Página
Tabela 1	Perfil dos adolescentes.	67
Tabela 2	Aspectos relacionados às famílias dos adolescentes.	69
Tabela 3	Manifestações dos adolescentes sobre as práticas de esporte vivenciadas.	69
Tabela 4	Manifestações dos adolescentes sobre as atividades de lazer vivenciadas.	71

LISTA DE FIGURAS

Apêndice	Página
Figura 1	Campo de futebol do bairro Novo Paraíso II 108
Figura 2	Praça I do Bairro Dom Aquino. 109
Figura 3	Praça II do bairro Dom Aquino 110
Figura 4	Mini estádio do bairro Dom Aquino. 110
Figura 5	Campo Society ‘Ralinha’ 111
Figura 6	Quadra coberta do Complexo esportivo e de lazer do bairro Dom Aquino. 112
Figura 7	Ginásio poliesportivo do Complexo esportivo e de lazer do bairro Dom Aquino. 112
Figura 8	Centro de Treinamento e Desenvolvimento de Tênis de Mesa – Claudio Kano. 113
Figura 9	Campo de futebol de areia do Complexo esportivo e de lazer do bairro Dom Aquino. 113
Figura 10	Quadra de vôlei de areia do Complexo esportivo e de lazer do bairro Dom Aquino. 114
Figura 11	Campo de futebol do Complexo esportivo e de lazer do bairro Dom Aquino. 114
Figura 12	Campo Society do Complexo esportivo e de lazer do bairro Dom Aquino. 115
Figura 13	Pista de caminhada do Complexo esportivo e de lazer do bairro Dom Aquino. 115
Figura 14	Mini estádio ‘Águia do Norte’. 116
Figura 15	Praça do bairro Jardim Vitória. 118
Figura 16	Antiga sede da Associação dos Moradores do bairro Jardim Vitória. 119
Figura 17	Antiga sede da CUFA no bairro Jardim Vitória. 120
Figura 18	Quadra coberta em estado de abandono. 120
Figura 19	Mini estádio do bairro Jardim Vitória. 121
Figura 20	Quadra coberta da Escola Municipal Senhorinha Alves. 122
Figura 21	Mini estádio do bairro Osmar Cabral 122
Figura 22	Visão externa da quadra coberta na Escola Osmar Cabral. 124
Figura 23	Vista externa da quadra desativada. 124
Figura 24	Ginásio do bairro Osmar Cabral. 125
Figura 25	Quadra descoberta do bairro Tijucal. 126
Figura 26	Mini estádio do bairro Tijucal. 127
Figura 27	Quadra coberta de Escola Estadual no bairro Tijucal. 128
Figura 28	Ginásio poliesportivo do bairro Tijucal. 129
Figura 29	Escola Municipal que dispõe de quadra no bairro Alvorada. 130
Figura 30	Quadra descoberta do bairro Alvorada. 131
Figura 31	Praça com academia ao ar livre do bairro Alvorada. 132
Figura 32	Quadra coberta de Escola Municipal no bairro Santa Isabel. 133
Figura 33	Campo de futebol do bairro Santa Isabel. 134
Figura 34	Campo Society I do bairro Santa Isabel. 134
Figura 35	Campo Society II do bairro Santa Isabel. 135
Figura 36	Praça com academia ao ar livre do bairro Santa Isabel. 135

LISTA DE SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CASA	Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente
CASE	Centro de Atendimento Socioeducativo
CEDECA	Centro de Defesa da Criança e do Adolescente
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CUFA	Central Única das Favelas
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FEBEM	Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	Instituição de Ensino Superior
LA	Liberdade Assistida
MSE	Medida Socioeducativa
PIA	Plano Individual de Atendimento
PPG	Programa de Pós-Graduação
PROSOL	Fundação de Promoção Social do Estado de Mato Grosso
PSC	Prestação de Serviço à Comunidade
SEJUDH	Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SIPIA	Sistema de Informação para Infância e Adolescência
SciELO	Scientific Electronic Library Online

SUMÁRIO

	Página
APRESENTAÇÃO DA ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	16
INTRODUÇÃO	17
JUSTIFICATIVA	24
<i>Do interesse pela pesquisa</i>	26
Objetivo Geral.....	28
Objetivos Específicos.....	28
DELINEAMENTO METODOLÓGICO	30
<i>Universo da pesquisa</i>	30
<i>Procedimentos</i>	31
<i>Análise dos dados</i>	32
<i>Aspectos Éticos da Pesquisa</i>	32
REFERÊNCIAS	33
CAPÍTULO I.....	41
O ESPORTE E O LAZER EM CONTEXTOS DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NO BRASIL: PANORAMA E ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA	41
Resumo	41
Introdução	41
Procedimentos metodológicos	43
<i>Análise dos Dados</i>	44
Resultados e discussão.....	44
Conclusão.....	56
Referências.....	57
CAPÍTULO II.....	64
ESPORTE E LAZER NO PLANO INDIVIDUAL DE ATENDIMENTO DE ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO	64
Resumo	64
Introdução	64
Procedimentos metodológicos	66
<i>Análise dos Dados</i>	67
Resultados e discussão.....	67
Conclusão.....	78
Referências.....	78

CAPÍTULO III	86
ADOLESCENTES E CONDUTA INFRACIONAL: ESPAÇOS, EQUIPAMENTOS E CONTEÚDOS DE ESPORTE E LAZER.....	86
Procedimentos metodológicos	88
<i>Tipo de pesquisa e contexto</i>	88
<i>Procedimentos para coleta dos dados</i>	88
<i>Análise dos dados</i>	89
Resultados e discussão.....	89
Conclusão.....	96
Referências.....	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
APÊNDICE	106
Apêndice: Observações <i>in loco</i> nos bairros de Cuiabá	107
ANEXOS.....	136
Anexo 1: Parecer Consubstanciado do CEP	137
Anexo 2: Modelo do Plano Individual de Atendimento – PIA.....	143

APRESENTAÇÃO DA ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Esta dissertação estrutura-se conforme modelo escandinavo/alternativo para estudos acadêmicos. A priori, apresenta Introdução, Justificativa, Objetivos e Delineamento Metodológico da pesquisa. Destarte, expõe três capítulos/artigos (Quadro 1), os quais se inter-relacionam e criam uma sequência lógica de produção, com o fito de elucidar a questão problema deste estudo. Cada capítulo/artigo da dissertação busca atender um objetivo específico e apresentam elementos introdutórios, metodológicos, resultados discursivos, conclusão e referências. Desta forma, o primeiro capítulo consiste em um estudo de revisão sistemática, o qual tem por objetivo identificar o panorama de pesquisas relacionadas ao esporte e lazer em contextos de medidas socioeducativas no Brasil, produzidas entre os anos de 1990 e 2019. O segundo capítulo, por sua vez, trata-se de uma pesquisa documental através do Plano Individual de Atendimento – PIA do adolescente, com o objetivo de compreender o acesso ao esporte e lazer na trajetória de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação no Estado de Mato Grosso. Por fim, no terceiro capítulo realizou-se mapeamento dos espaços, equipamentos e conteúdos de esporte e lazer disponibilizados nos bairros de Cuiabá com maior incidência de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação no município.

Quadro 1 - Estrutura da dissertação

Introdução
Introdução. Justificativa. Objetivo Geral. Objetivos Específicos. Delimitações da Pesquisa.
Capítulo 1. Artigo de Revisão Sistemática
O Esporte e o Lazer em contextos de medidas socioeducativas no Brasil: panorama e análise da produção científica.
Capítulo 2. Artigo Original
Esporte e Lazer no Plano Individual de Atendimento de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação.
Capítulo 3. Artigo Original
Adolescentes e conduta infracional: espaços, equipamentos e conteúdos de esporte e lazer.
Considerações Finais

Fonte: Elaborado pelo autor

INTRODUÇÃO

Na atual conjuntura, os recorrentes debates relacionados ao adolescente em conflito com a lei têm sido palco de estudos em áreas distintas da ciência. De acordo com o SINASE (BRASIL, 2006), o adolescente deve ser alvo de um conjunto de ações socioeducativas que contribua na sua formação, de modo que venha a ser um cidadão autônomo e solidário, capaz de se relacionar melhor consigo mesmo e com os outros. De modo a coibir a reincidência de práticas de atos infracionais, as entidades e programas de atendimento que executam as medidas socioeducativas aplicáveis ao adolescente devem propiciar acesso aos direitos fundamentais que oportunizem a formação humana e o convívio social, haja vista a dimensão jurídico-sancionatória e ético-pedagógica que permeiam as medidas socioeducativas (BRASIL, 2006). Nessa perspectiva, o esporte e o lazer figuram como ‘eixo estratégico’ de suma importância nos Parâmetros Pedagógicos das Ações Socioeducativas, devido ao significativo potencial educativo que esses elementos detêm no processo de socioeducação e para a formação plena do indivíduo.

Ao longo da história, o esporte desenvolveu-se no bojo da sociedade, tornando-se um fenômeno sociocultural de grande relevância na contemporaneidade, por apresentar múltiplas possibilidades, alcançar diferentes personagens e cenários, conquistando novos adeptos a cada dia (REVERDITO; SCAGLIA; PAES, 2009; PAES; BALBINO, 2009; GALATTI *et al.*, 2014; LEONARDI; BERGER; REVERDITO, 2019). Tomado como objeto de investigação por áreas distintas da ciência, a área da Pedagogia do Esporte tem se ocupado em elucidar as problemáticas educativas inerentes as práticas esportivas ao enfatizar o trato pedagógico que deve permear o ensino do esporte, centrado no indivíduo que joga em detrimento da simples repetição de movimentos e sistematização do jogo em si (SCAGLIA; REVERDITO; GALATTI, 2014; REVERDITO *et al.*, 2016).

Nesse viés, esta pesquisa corrobora com os pressupostos da Pedagogia do Esporte que apontam este fenômeno como uma via privilegiada para o desenvolvimento humano, uma vez que as práticas esportivas, através de um trato adequado no ensino do esporte, que considere a organização, sistematização, aplicação e avaliação de procedimentos pedagógicos (GALATTI *et al.*, 2008; MACHADO; GALATTI; PAES, 2012; GALATTI *et al.*, 2014), constituem-se em potenciais espaços de processos formativos e educativos, ao possibilitarem a interação entre seus pares, a troca de informações e o desenvolvimento de questões éticas e morais, seja em espaços formais e não formais, tendo em vista que, independente da motivação em se praticar

esporte, sua natureza sempre será educacional (MACHADO *et al.*, 2011; LEONARDI *et al.*, 2014; MACHADO; GALATTI; PAES, 2015).

Segundo Korsakas (2009, p. 61) “o reconhecimento do caráter pedagógico do jogo e, em especial, da prática esportiva como meio de educação dos jovens foi um dos fatores que favoreceu sua disseminação nas escolas e outras instituições educacionais”. Para tal, houve a necessidade de superar a visão fragmentada quanto às potencialidades deste fenômeno para a formação integral do indivíduo e o trato pedagógico concebido nas práticas esportivas, haja vista que “a contemporaneidade do esporte exige que o profissional de educação física compreenda o esporte e a pedagogia de forma mais ampla, transformando-os em facilitadores no processo de educação do ser humano” (PAES; BALBINO, 2009, p. 75).

O trato pedagógico atribuído ao esporte a partir de uma perspectiva crítica e educativa propicia ambientes significativos de aprendizado e desenvolvimento afetivo, social e moral (GALATTI; PAES; DARIDO, 2010; PIZANI; AMARAL; PAES, 2012; SCAGLIA; REVERDITO, 2016). Nesta perspectiva, Reverdito (2016) enfatiza que nas últimas décadas o esporte tem ocupado posição de destaque na agenda de setores distintos da sociedade, por propiciar ambientes favoráveis ao desenvolvimento positivo de crianças, adolescentes e jovens, ao passo que “o ambiente do esporte é um espaço potencial para o(a)s jovens conhecerem o meio em que vivem e atribuírem sentido para as suas ações no conjunto das atividades humanas” (REVERDITO, 2016, p. 72).

Para tanto, a promoção desses ambientes perpassa por decisões político-pedagógicas que realmente garantam o acesso e permanência dos jovens nas práticas esportivas, (REVERDITO, 2016; MACHADO *et al.*, 2017; REVERDITO *et al.*, 2018). Para Rodrigues, Darido e Paes (2013, p.324), “essa noção de direito à prática esportiva gerou também a denominação atual de ‘inclusão social’, no sentido de que o direito ao esporte pressupõe o seu acesso e aprendizado como um bem social e cultural”.

Não obstante, o Lazer configura-se como um fenômeno da cultura humana presente na vida das pessoas e tomado como objeto de estudo, especialmente na contemporaneidade. Dentre as abordagens mais significativas, atribuídas ao lazer, destacamos aquelas que o aponta como um veículo privilegiado de educação, capaz de contribuir nos processos formativos do indivíduo e facilitador no processo de aprendizagem e tomada crítica da realidade, considerando que, seu duplo aspecto educativo alcança o desenvolvimento pessoal e social, permeado pelo seu caráter desinteressado e lúdico (MARCELLINO, 1996, 1998), onde os aspectos ‘atitude’, referente à forma como o indivíduo se relaciona e se satisfaz com a atividade vivenciada, e

‘tempo’, relacionado ao tempo disponível de obrigações, seja profissional, familiar e social, circundam e caracterizam tais atividades (MARCELLINO, 1996).

Para Marcellino (1996), o lazer tem estreita relação com as demais áreas de atuação humana e, em especial, com os processos educativos, pautados em uma Educação ‘pelo’ e ‘para’ o lazer. Na ‘educação pelo lazer’, o mesmo é compreendido como um veículo privilegiado de educação, considerando que suas atividades contribuem tanto para o desenvolvimento pessoal, quanto para o desenvolvimento social, “a partir do aguçamento de sensibilidade pessoal, pelo incentivo ao auto-aperfeiçoamento, pela oportunidade de contatos primários e de desenvolvimento de sentimentos de solidariedade” (MARCELLINO, 1996, p.50). Na ‘Educação para o lazer’ o fenômeno é tomado como objeto de educação, assim, a ação educativa propicia a tomada crítica da realidade a qual o indivíduo está inserido, tornando-o um sujeito autônomo e capaz de superar a visão fragmentada quanto às potencialidades do lazer, altamente difundidas pelos veículos de comunicação em massa de forma alienante (MARCELLINO, 1996, 1998).

O caráter educativo atribuído ao lazer é evidente nas abordagens contemporâneas, entretanto, faz-se necessário o entendimento de que, a democratização do lazer perpassa prioritariamente pela democratização de espaços para tais manifestações (MARCELLINO, 1996; MARCELLINO; BARBOSA; MARIANO, 2006). Na perspectiva dos autores, “deve-se considerar que para a efetivação das características do lazer é necessário, antes de tudo, que ao tempo disponível corresponda um espaço disponível” (MARCELLINO; BARBOSA; MARIANO, 2006, p. 57).

Para além do acesso aos espaços que propiciem vivências quanto aos conteúdos do lazer em sua totalidade, considerando os interesses artísticos, intelectuais, físicos, manuais, turísticos e sociais (MARCELLINO; 1996), a figura do animador sociocultural constitui-se como primordial para a democratização de tais interesses, eis que, ao considerar a abrangência do lazer, faz-se necessário um olhar multidisciplinar que contemple seus diversos conteúdos, através da mediação dos animadores socioculturais que, detenham, compartilhem e propiciem o conhecimento cultural do lazer aos seus partícipes, e prioritariamente, mantenham uma postura de educador, certos de seu papel político e pedagógico para transformação da realidade (MARCELLINO, 2001; MARCELLINO *et al.*, 2007).

Tais considerações expostas até o momento evidenciam que o esporte e o lazer apresentam-se como dois fenômenos complexos e singulares, dotados de significados próprios, contudo, prevalece o caráter pedagógico que permeia ambos (MARCELLINO 1998; PIZANI; AMARAL; PAES, 2012; SILVA; MOREIRA, 2018). Em relação ao acesso a esses elementos

da cultura humana, a partir da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, reafirma-se a importância do esporte e lazer no conjunto de direitos fundamentais garantidos a sociedade. Essa afirmativa pode ser evidenciada a partir do seu ‘Art. 257º’ o qual estabelece que, “é dever do Estado fomentar práticas desportivas, formais e não formais, como direito de cada um”, e o ‘Art. 6º’ que estabelece o lazer como direito social, dentre outros, como a saúde e educação (BRASIL, 1988).

Concomitantemente, a situação de tratamento sem distinção nas questões referentes às crianças e adolescentes brasileiros começou a mudar com o advento da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que em consonância com os movimentos internacionais prevê constitucionalmente a preocupação mundial com os direitos das crianças e dos adolescentes contra qualquer tipo de violência, situação esta fortalecida pelos ‘art. 227º’ o qual evidencia a Doutrina da Proteção Integral e ‘art. 228º’ que trata da questão da inimizabilidade penal aos menores de dezoito anos, sendo estes sujeitos às normas de legislação especial (BRASIL, 1988).

Tal perspectiva impulsionou a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente – (ECA), Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, avançando para o entendimento de que crianças e adolescentes passam a ser reconhecidos como sujeitos de direitos e prioridade absoluta, em função da sua condição peculiar de pessoa em franco estágio de desenvolvimento, obtendo primazia em receber proteção e auxílio, precedência nos atendimentos nos serviços públicos, assim como preferência tanto na formulação e execução de políticas públicas, quanto na destinação dos recursos financeiros (BRASIL, 1990), reforçando a responsabilidade do Estado em dispor de políticas públicas de promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, dentre elas, o acesso ao esporte e o lazer.

Simultaneamente ao movimento de criação e aprovação do Estatuto da Criança e Adolescente, iniciaram-se discussões em relação ao atendimento prestado a este segmento, visando concretizar os avanços obtidos e o enfrentamento das situações de violência envolvendo adolescentes autores de atos infracionais. Desta forma, foi aprovado em 2006, através da Resolução nº 119 do Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), o qual compreende um conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo (BRASIL, 2006). Anos mais tarde, o referido documento foi aprovado no ordenamento jurídico pátrio em 18 de janeiro de 2012, através da Lei nº 12.594, que o instituiu e regulamentou a execução das medidas socioeducativas.

Nesse viés, as medidas socioeducativas aplicáveis aos adolescentes autores de ato infracional estão dispostas no ‘Art. 112º’ do Estatuto da Criança e Adolescente – ECA e devidamente regulamentadas pela Lei 12.594/12 – SINASE. Desta forma, o poder judiciário poderá aplicar: medidas imediatas que se caracterizam como menos gravosas e sem necessidade de programas específicos (*Advertência e Obrigação de reparar o dano*), medidas que necessitam da articulação de programas de atendimento em meio aberto (*Prestação de Serviço à Comunidade e Liberdade Assistida*) bem como, as medidas socioeducativas privativas de liberdade, que devem ser cumpridas em estabelecimento educacional (*Semiliberdade e Internação*). Há de se considerar que, mesmo presente o caráter sancionatório na aplicação das medidas socioeducativas, prevalecerá seu caráter pedagógico, seja em programas de medidas em meio aberto, restritivo ou privativo de liberdade (BRASIL, 2006).

Especificamente, tratando-se da medida socioeducativa de internação, contexto este que permeia as discussões da presente pesquisa, deve-se considerar os princípios da ‘brevidade’ relacionada ao tempo de internação, a ‘excepcionalidade’, esgotando-se demais possibilidades de se aplicar outra medida socioeducativa menos gravosa e ‘o respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento’, considerando que esses indivíduos estão em plena fase de formação humana (BRASIL, 1990). Nesta seara, este mesmo dispositivo jurídico prevê a oferta de atividades esportivas e de lazer como direito do adolescente acautelado pelo Estado, sinalizando para o reconhecimento destes fenômenos quanto veículos privilegiados de educação nos processos formativos dos sujeitos.

Entretanto, ao passo que destacamos o caráter pedagógico que deve permear as medidas socioeducativas, faz-se necessário um olhar criterioso quanto ao entendimento dos fatores de risco e de proteção em relação ao cometimento de ato infracional, sobretudo, aqueles “cometidos mediante grave ameaça ou violência à pessoa” (BRASIL, 1990). Nesse cenário, há de se analisar toda a trajetória desses indivíduos até a aplicação da medida socioeducativa, considerando o contexto o qual esses adolescentes são advindos, desde os ambientes imediatos aos mais remotos, onde desenrolam os processos desenvolvimentais (BRONFENBRENNER, 2011), que exercem influência sobre o desenvolvimento humano (POLLETO; KOLLER, 2008).

Nas últimas décadas, as trajetórias de adolescentes autores de atos infracionais, bem como, os fatores de risco e proteção associados à prática infracional têm sido palco de investigações no campo científico. Em suma, os estudos abordam variáveis relacionadas ao contexto familiar (FEIJÓ; ASSIS, 2004; DIB; BAZON; SILVA, 2012; NUNES; ANDRADE; MORAIS, 2013), evasão escolar (GALLO; WILLIAMS, 2008; BAZON; SILVA; FERRARI,

2013; SILVA; BAZON, 2015; FRANCO; BAZON, 2019), fatores socioeconômicos (OLIVERA; OLIVEIRA, 2019), uso de drogas (MARTINS; PILLON, 2008; JIMENEZ; ANDRADE; BIANCHINI, 2016) e aspectos contextuais que se relacionam diretamente à invisibilidade social a qual os adolescentes estão expostos (ASSIS; CONSTANTINO, 2005; GALLO; WILLIAMS, 2005; JUNQUEIRA; JACOBY, 2006; TEJADAS, 2008; NARDI; DELL'AGLIO, 2010; MARUSCHI; ESTEVÃO; BAZON, 2014; JIMENEZ; MARQUES, 2018; OLIVEIRA; TURECK, 2019). Contudo, independente do contexto o qual o sujeito esteja inserido, esses fatores poderão se configurar como riscos ou proteção, para tanto, “isto dependerá da qualidade das relações e da presença de afetividade e reciprocidade que tais ambientes propiciarem” (POLLETO; KOLLER, 2008, p. 410).

Nessa conjuntura, observa-se que as trajetórias desses adolescentes são fortemente marcadas por um processo de estigmatização e invisibilidade por vários segmentos da sociedade, principalmente pelas políticas públicas de atendimento primário, desta forma, somente ganham notoriedade quando cometem ato infracional, reforçando as concepções pejorativas em relação ao adolescente em conflito com a lei (ASSIS; CONSTANTINO, 2005; TEJADAS, 2008), fortemente disseminadas pelos veículos de comunicação em massa. Corroborando com essa perspectiva, Assis e Constantino (2005) apontam que, os modelos de programas preventivos voltados ao atendimento de jovens, configuram-se como políticas secundárias e terciárias, ou seja, atingem principalmente aqueles que já cometeram as infrações, uma forma do Estado prestar respostas rápidas à sociedade, ante o cenário de violência. Nesse seara, advogamos no sentido de que as políticas de atendimento ao adolescente devem considerar os aspectos preventivos e protetivos da ação, que possibilitem a superação das condições adversas de vulnerabilidade social em suas trajetórias, distanciando-os dos fatores de risco que circundam o cometimento de ato infracional e, conseqüentemente, da aplicação de medidas socioeducativas impostas a esses sujeitos.

Entretanto, a literatura evidencia um panorama adverso, no que tange o acesso a políticas sociais na trajetória de adolescentes em conflito com a lei, dentre as quais, destacamos o esporte e o lazer, objetos desta pesquisa. Tejas (2008), ao analisar as trajetórias de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa na cidade de Porto Alegre/RS e as possíveis relações com a reincidência de ato infracional, demonstrou preocupação em relação à falta de articulação de políticas de atendimento ao adolescente, dentre outras, identificou que os adolescentes reincidentes da pesquisa não tiveram acesso às políticas de esporte e lazer em suas trajetórias, tornando-os mais vulneráveis a utilização de drogas e envolvimento com o crime. Para a autora, “a ausência desse tipo de política contribui para a produção do fenômeno

reincidência, visto que não são oferecidas possibilidades de delineamento de trajetórias de inserção” (TEJADAS, 2008, p. 247).

Essa problemática relacionada à falta de acesso as políticas de atendimento na trajetória de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas também foi apontada por estudos que tomaram o esporte e/ou o lazer como objetos de estudo nesses contextos (SILVA *et al.*, 2008; CONCEIÇÃO; ONOFRE, 2013; CARNEIRO *et al.*, 2016; NOGUEIRA, 2016; TIELLET *et al.*, 2017; TRETIN; SILVESTRE; AMARAL, 2018; ANTUNES; SILVA, 2018). O estudo de Silva *et al.* (2008), junto à adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto no Centro de Defesa da Criança e Adolescente – (CEDECA) Interlagos/SP, constatou a restrita oferta de políticas públicas de esporte, saúde e educação na trajetória dos pesquisados, marcados pela invisibilidade social.

Não obstante, Tiellet *et al.* (2017), ao realizar pesquisa extensionista em um Centro de Atendimento Socioeducativo no Estado de Mato Grosso, utilizando-se de práticas esportivas, observou que uma grande parcela dos adolescentes se quer conheciam tais atividades, e outros, conheciam porém nunca haviam praticado por falta de oportunidades, principalmente aqueles com histórico de evasão escolar, pois, a escola se configura como um dos poucos espaços que ainda propiciam tais vivências, ou deveria oportunizar. Nesse viés, chama atenção o estudo realizado por Antunes e Silva (2018), com quatro adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto. Os autores constataram que, as restritas concepções e entendimentos dos adolescentes acerca do esporte, estão intrinsecamente ligados as suas experiências anteriores, vivenciadas nas aulas de Educação Física escolar, que nesse caso, foi descrita pelos pesquisados como excludente, privilegiando a prática apenas dos alunos mais habilidosos, restringindo o acesso dos mesmos.

Em relação ao acesso a práticas de lazer, também é possível evidenciar restrita oferta de atividades no contexto da medida socioeducativa e na trajetória dos adolescentes pesquisados. Conceição e Onofre (2013), ao analisarem os processos educativos decorrentes das práticas de lazer de cinco adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação na Fundação CASA, identificaram poucas vivências propiciadas pela Instituição, ao passo que, anteriormente a aplicação da medida, “os adolescentes não tinham como prática a realização de atividades opostas às permitidas pelas regras sociais” (p. 581).

Outro importante estudo que sinaliza para a falta de acesso as políticas de lazer na trajetória desses sujeitos foi realizado em um Centro de Atendimento Socioeducativo de Mato Grosso (CARNEIRO *et al.*, 2016). Com o objetivo de verificar as concepções de lazer desses sujeitos, os autores verificaram que os adolescentes apresentam restrito entendimento sobre os

potenciais formativos do lazer e seus conteúdos, o que sinaliza para a falta de acesso a essas atividades em suas trajetórias, inclusive na escola. Nesta seara, o estudo de Trentin, Silvestre e Amaral (2018), o qual buscou identificar a concepção de lazer de Profissionais inseridos no atendimento de medidas socioeducativas, apontou que, entre os direitos sociais garantidos pelo texto constitucional, o lazer é o que menos recebe investimentos do poder público. Os autores também constataram a inexistência de práticas de lazer no contexto da medida socioeducativa de Liberdade Assistida - (LA), o que em tese, deveria proporcionar maior facilidade para a articulação da Rede de Atendimento Municipal, responsável por esse tipo de medida, demonstrando a falta de articulação, interesse e conhecimento acerca dessa política social.

Por fim, Nogueira (2016), ao problematizar a relação entre a medida socioeducativa de internação e o direito ao esporte, cultura e lazer, aponta a ineficácia dessas políticas nas trajetórias dos adolescentes autores de atos infracionais. Para a autora, faz-se necessário um planejamento urbano que democratize e viabilize o acesso a tais atividades, considerando que, “Com pouco ou nenhum acesso a esporte, cultura e lazer, essa juventude é culpabilizada pelas faltas presentes em sua realidade diária e, em vez de discutir-se políticas sociais, discute-se se ela merece ou não ter esses “privilégios”, baseado em uma falsa meritocracia” (p. 57).

Diante do exposto, é assertivo afirmar que a maioria dos adolescentes autores de ato infracional adentra as medidas socioeducativas sem antes terem tido acesso as políticas de esporte e lazer em suas trajetórias, o que se configura como uma problemática a ser investigada. Nesse sentido, ante o problema aqui exposto, surge um questionamento instigante que permeia esta pesquisa, ‘A falta de acesso às políticas de esporte e lazer na trajetória de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação é um fator de risco ao cometimento de ato infracional’? Em busca de evidências que elucidem a referida questão problema, este estudo objetivou de forma primária, analisar retrospectivamente o acesso ao esporte e lazer de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação.

JUSTIFICATIVA

Na contemporaneidade, propor-se a investigar os diversos fatores que cerceiam as trajetórias de adolescentes tem se configurado como uma tarefa complexa, tendo em vista as peculiaridades inerentes a esta fase da vida. Primordialmente, deve-se considerar que esses indivíduos são sujeitos de direito, salvaguardados pela Doutrina de Proteção Integral e antes de tudo, entendidos como pessoas em franco desenvolvimento humano (BRASIL, 1988, 1990). Compreender tais dispositivos jurídicos é o ponto de partida para o reconhecimento de que o

adolescente deve ser inserido em um conjunto de direitos fundamentais, através da articulação de políticas que propiciem vivências significativas para a formação plena desses indivíduos.

Nesta seara, insta salientar o espaço que o esporte e o lazer detêm no ordenamento jurídico, em especial, no Estatuto da Criança e Adolescente. Dentre as várias passagens do Estatuto que evidenciam o esporte e o lazer quanto garantia de direitos de crianças e adolescentes (Art. 4º; art. 16º, IV; art. 59º; art. 71º; art. 94º, XI) destacamos o disposto no Art. 59º “Os municípios, com apoio dos estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude” e Art. 71º “A criança e o adolescente têm direito a informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento” (BRASIL, 1990). Respectivamente, os artigos enfatizam a importância da articulação dessas políticas de forma intersetorial e reconhece o esporte e o lazer como elementos de prevenção.

Para além das prerrogativas no que tange o acesso a essas políticas públicas, há de se admitir o fascínio que o esporte e o lazer detêm aos seus praticantes, principalmente tratando-se de adolescentes. Consequentemente, a partir de um trato pedagógico que considere tais práticas como vias privilegiadas de educação, vislumbram-se ambientes favoráveis ao desenvolvimento positivo desses sujeitos, tornando-os cidadãos críticos e autônomos, capazes de ressignificar suas trajetórias. Insta salientar que, não se trata de afirmar que o esporte e o lazer são, por si só, o remédio para todos os males, mas sim, reconhecer seus potenciais pedagógicos.

Não obstante, torna-se imprescindível lançar luz ante a problemática sinalizada pelas pesquisas que tomaram como objeto de estudo o esporte e/ou lazer no contexto das medidas socioeducativas (SILVA *et al.*, 2008; CONCEIÇÃO; ONOFRE, 2013; CARNEIRO *et al.*, 2016; NOGUEIRA, 2016; TIELLET *et al.*, 2017; ANTUNES; SILVA, 2018) evidenciando a restrita ou total falta de acesso dessas políticas públicas na trajetória dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Ao propormos o presente estudo, esperamos preencher a lacuna existente na literatura, referente à possível relação dessa problemática com o cometimento de ato infracional, atestando a relevância desta pesquisa para a comunidade acadêmica e toda sociedade.

Destarte, é oportuno pontuar os resultados de um estudo publicado recentemente, o qual buscou analisar o comportamento das prefeituras do estado de Mato Grosso, no que concerne ao financiamento na função esporte e lazer no ciclo eleitoral de 2005/2008 (SANTOS *et al.*, 2019). O estudo constatou que os municípios de Mato Grosso são os maiores financiadores do

esporte e lazer no Estado, se comparados com os investimentos realizados pelo Governo Federal em suas principais políticas sociais nesta área, eis que, os municípios duplicaram os investimentos no período investigado. Entretanto, os autores apontaram que não foi possível identificar se esse panorama favorável promoveu acesso universal as políticas de esporte e lazer, devido às limitações metodológicas do estudo e a necessidade de se investigar as variáveis que afetam a distribuição desses recursos. Nesse sentido, considerando que o estado de Mato Grosso é o *lócus* da presente pesquisa, em especial, o município de Cuiabá, vislumbra-se que os resultados agucem o interesse dos gestores municipais em destinar recursos para a efetivação de políticas de atendimento a esses sujeitos.

Diante do exposto, a presente pesquisa justifica-se pelo seu ineditismo e relevância social, visto que, os resultados poderão subsidiar a articulação de políticas intersetoriais de esporte e de lazer ao adolescente, que propiciem ambientes favoráveis para a formação plena dos indivíduos e configurem-se como fatores de proteção no que tange o cometimento de ato infracional.

Do interesse pela pesquisa

*“Meu sonho era ser professor de Educação Física, para viver brincando.”
(Agente de Segurança Socioeducativo, 2010).*

A presente frase exarada por um Agente de Segurança Socioeducativo, marca nosso primeiro dia de trabalho no contexto da privação de liberdade. A trajetória como Educador Físico efetivo do Sistema Socioeducativo do Estado de Mato Grosso inicia-se no ano de 2010, em um Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE) do interior do Estado, o qual atende adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação. É sabido, que na medida socioeducativa de internação, caracterizada pela total privação da liberdade, ainda impera a velha ‘cultura de cadeia’, permeada pelo controle institucional dos corpos aprisionados, relações de poder e o depauperado conceito de segurança em detrimento das ações pedagógicas, que por vezes presenciamos no referido CASE.

O grande questionamento que fazíamos à época era se as ações pedagógicas, dentre as quais, o esporte e o lazer, estariam renegadas ao caráter funcional e utilitarista nas concepções da Instituição. De fato, manter os adolescentes ocupados em atividades prazerosas e até mesmo retirá-las daqueles ‘ditos’ indisciplinados como forma de moeda de troca, eram situações evidenciadas no referido contexto. No entanto, em um primeiro momento o simples fato de

constatar que o CASE reconhecia as atividades esportivas e de lazer como ações prazerosas disponibilizadas aos adolescentes, nos motivava a planejar estratégias para ressignificar tais concepções e utilizar esses fenômenos para o processo de socioeducação durante o cumprimento da medida socioeducativa.

O processo de conscientização na Instituição foi longo e moroso, inclusive com os adolescentes, eis que, houve a necessidade de considerarmos o conhecimento histórico-cultural adquirido por esses sujeitos ao longo de suas trajetórias. As dificuldades estendiam-se também para as questões contextuais (falta de espaço físico, materiais adequados, segurança, higiene e até mesmo a indisponibilidade de horários no CASE para efetivar as ações). Foram inúmeras as vezes que nos víamos sentados no chão frente aos quartos/celas para jogar xadrez com os adolescentes, ensinar algumas notas musicais de violão, compor músicas e, surpreendentemente, até mesmo para colher as informações que serviriam de diagnóstico na elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA). Ao menor sinal de ‘tensão’ na Unidade, suspendiam-se as aulas de Educação Física, pois a ‘tranca’ (ficar trancado no quarto/cela) era a melhor opção. Paradoxalmente, essas mesmas atividades que eram interrompidas tinham o grande poder de amenizar as tensões corriqueiras do cárcere. Se o esporte foi capaz de cessar guerras pelo mundo, como já se viu anteriormente, no Sistema Socioeducativo presenciamos a interrupção de conflitos entre adolescentes rivais, pelo ‘simples’ fato de poderem participar de torneios esportivos, inclusive jogando juntos na mesma equipe.

Parcerias externas (Clubes, Universidades) foram firmadas para proporcionar as atividades esportivas e de lazer que a Instituição não dispunha de condições físicas. No entanto, observávamos que ter somente um espaço adequado para a prática não significava que conseguiríamos atingir os objetivos pedagógicos propostos na ação, haja vista que os adolescentes permaneciam vigiados o tempo todo, inclusive eram encaminhados algemados e escoltados para essas atividades externas, dificultando ainda mais o ‘fazer’ docente nesse contexto. Contudo, esses percalços foi uma oportunidade de aprendizagem profissional para junto com demais colaboradores da Instituição alinharmos as ações. Conseguimos, através do esporte e lazer, observar o desenvolvimento de atitudes positivas dos adolescentes, e realmente utilizar esses fenômenos como vias privilegiadas ao processo de socioeducação.

A partir da efetivação das atividades de esporte e lazer no referido CASE, através de diagnóstico situacional do adolescente, sistematização, aplicação e avaliação das metas inseridas no PIA, observamos outra problemática que impactava diretamente em nossas ações, que era a ‘falta de acesso às políticas de esporte e lazer para os adolescentes em conflito com a lei, antes mesmo de adentrarem a medida socioeducativa de internação’. A partir do ano de

2016, já laborando na então Superintendência do Sistema Socioeducativo em Cuiabá/MT, tivemos a oportunidade de observar que essa problemática se estendia aos demais CASE do Estado.

Frente às experiências vivenciadas no Sistema Socioeducativo de Mato Grosso, convictos dos potenciais pedagógicos que permeiam o esporte e o lazer, que avançamos no propósito de realizar esta pesquisa. Entendemos que ao identificar o acesso às políticas de esporte e lazer na trajetória de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação no Estado, será possível subsidiar a articulação de políticas públicas intersetoriais de atenção primária aos adolescentes.

Objetivo Geral

Analisar retrospectivamente o acesso ao esporte e lazer de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação.

Objetivos Específicos

(a) Realizar estudo de revisão sistemática acerca do esporte e lazer em contextos de medidas socioeducativas no Brasil.

(b) Compreender a relação do esporte e lazer na trajetória de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação no Estado de Mato Grosso.

(c) Verificar de quais bairros são provenientes os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação no Município de Cuiabá/MT, a fim de realizar mapeamento quanto aos espaços, equipamentos e conteúdos de esporte e lazer disponibilizados à comunidade local.

Quadro 2 - Esquema analítico da dissertação

TEMA
O acesso às políticas de esporte e lazer na trajetória de adolescentes em conflito com a lei.
JUSTIFICATIVA
O acesso às políticas de esporte e de lazer, através de um trato pedagógico que considere esses elementos como vias privilegiadas de educação, propiciam ambientes favoráveis ao desenvolvimento positivo de adolescentes, consequentemente, tornam-se fatores de proteção no que tange o cometimento de ato infracional.
PROBLEMA
A falta de acesso às políticas de esporte e lazer na trajetória de adolescentes em conflito com lei.
OBJETO DE ESTUDO
A falta de acesso ao esporte e lazer como fator de risco ao cometimento de ato infracional.
OBJETIVO GERAL
Analisar retrospectivamente o acesso ao esporte e lazer de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
(a) Realizar estudo de revisão sistemática acerca do esporte e lazer em contextos de medidas socioeducativas no Brasil;
(b) Compreender o acesso ao esporte e lazer na trajetória de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação no Estado de Mato Grosso.
(c) Verificar de quais bairros são provenientes os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação no Município de Cuiabá/MT, a fim de realizar mapeamento quanto aos espaços, equipamentos e conteúdos de esporte e lazer disponibilizados para a comunidade local.
QUESTÃO DE PESQUISA
A falta de acesso às políticas de esporte e lazer na trajetória de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação é um fator de risco ao cometimento de ato infracional?
HIPÓTESES CONCEITUAIS
(a) A medida socioeducativa de internação no Estado de Mato Grosso propicia maior acesso aos espaços, equipamentos e conteúdos de esporte e lazer para os adolescentes, se comparado com suas vivências anteriores a aplicação da medida socioeducativa.
(b) A falta de acesso às políticas de esporte e lazer na trajetória de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação, configura-se como possível fator de risco ao cometimento de ato infracional.

Fonte: Elaborado pelo autor

DELINEAMENTO METODOLÓGICO

Este estudo retrospectivo baseia-se nos pressupostos da abordagem qualitativa do tipo exploratória e descritiva. Segundo Gil (2008, p. 27) a pesquisa exploratória “tem por finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”. Quanto ao nível de pesquisa do tipo descritiva, a partir de seus objetivos, por vezes podem se aproximar da pesquisa exploratória, visto que, servem para proporcionar uma nova visão do problema investigado (GIL, 2008).

Universo da pesquisa

As medidas socioeducativas aplicáveis ao adolescente em conflito com lei estão dispostas no ‘Art. 112º’ do Estatuto da Criança e Adolescente – ECA (BRASIL, 1990). Nesse cenário, a medida socioeducativa de internação constitui-se como a mais gravosa, tendo em vista a total privação de liberdade, onde o adolescente permanece acautelado pelo Estado durante o cumprimento da medida. Atualmente, o Mato Grosso dispõe de oito Centros de Atendimento Socioeducativo (CASE), sendo cinco Unidades de Internação no Interior do Estado (Barra do Garças, Cáceres, Lucas do Rio Verde, Rondonópolis e Sinop) e três Unidades na capital Cuiabá (Internação Masculina, Internação Feminina e Internação Provisória Masculina), totalizando uma média atual de 110 adolescentes internos. Este panorama atual dos Centros de Atendimento Socioeducativo de Mato Grosso é compatível com os anos de 2017 e 2018, o qual corresponde ao período da elaboração dos documentos analisados nesta pesquisa.

Durante o cumprimento da medida socioeducativa de internação, o adolescente deve receber atendimento integral (saúde, escolarização, profissionalização, acesso a atividades religiosas, cultura, esporte e lazer) sendo garantidos todos os seus direitos, conforme SINASE (BRASIL, 2006). Portanto, cabe a Equipe Técnica de Referência (psicólogo, assistente social, demais profissionais da saúde e educação) a sistematização desse acompanhamento, através da elaboração do Plano Individual de Atendimento do Adolescente (PIA), documento este garantido pela Lei 12.594/12 - SINASE (BRASIL, 2012), o qual prevê o estudo de caso situacional do adolescente, a elaboração de metas a serem cumpridas na medida socioeducativa, respeitando as habilidades e peculiaridades de cada indivíduo, bem como, a avaliação do percurso do adolescente.

Os PIA elaborados pela Equipe de Referência das Unidades, bem como, todos os dados pertinentes aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação no

Estado de Mato Grosso, são alimentados de forma contínua no Sistema de Informação para Infância e Adolescência (SIPIA), um sistema nacional de informação em rede para registro e tratamento de dados referentes aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Para tanto, compete aos gestores da pasta a elaboração do Plano Interinstitucional para a implantação do SIPIA em cada estado, que por sua vez, já foi implantado no Sistema Socioeducativo de Mato Grosso.

Desta forma, a amostra desta pesquisa constitui-se em 36 documentos – Plano Individual de Atendimento – (PIA), bem como, dados sistematizados quanto à localidade (bairros) dos quais são advindos os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação em Cuiabá nos anos de 2017 e 2018, todos disponibilizados pela Gestão do SIPIA/SINASE/MT, que detém, operacionaliza e sistematiza os dados dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação no Estado de Mato Grosso.

Procedimentos

Com o intuito de alcançar os objetivos propostos na presente pesquisa e elucidar a questão problema que permeia este estudo, adotou-se procedimentos distintos, porém, que se complementam. Para a elaboração do Capítulo/artigo I, realizou-se um estudo de revisão sistemática (SAMPAIO; MANCINI, 2007) através de busca dirigida por artigos científicos e dissertações e teses relacionadas ao esporte e lazer em contextos de medidas socioeducativas no Brasil, o que permitiu identificar o panorama das pesquisas produzidas entre os anos de 1990 a 2019 sobre a referida temática e sustentar o problema desta pesquisa.

No Capítulo/artigo II realizou-se uma pesquisa documental (GIL, 2008) através dos Planos Individuais de Atendimento (PIA), com o objetivo de compreender o acesso ao esporte e lazer na trajetória dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação. Para a disponibilização dos documentos, solicitou-se autorização à Gestão Estadual do SIPIA/SINASE/SEJUDH/MT via Ofício. Após anuência institucional dos respectivos gestores, foram disponibilizados 36 Planos Individuais de Atendimento – PIA, de sete Centros de Atendimento Socioeducativo do Estado de Mato Grosso, excluindo-se a Unidade de Internação Provisória Masculina de Cuiabá, por ser facultado o preenchimento dos documentos. Os PIA foram selecionados tão somente pela Gestão do SIPIA/SINASE/MT, de forma aleatória e sem qualquer identificação dos adolescentes e seus familiares, repassados de forma impressa ao pesquisador.

Por fim, para a elaboração do Capítulo/artigo III, a Gestão do Sistema de Informação para Infância e Adolescência SIPIA/SINASE/SEJUDH/MT disponibilizou a relação dos bairros de Cuiabá os quais são advindos os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação entre os anos de 2017 e 2018. Desta forma, procedemos com a visitação *in loco* em oito bairros indicados como de maior incidência de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação nos CASE de Cuiabá, com o intuito de verificar os espaços, equipamentos e conteúdos de esporte e lazer disponibilizados a comunidade local, através da técnica de observação simples e a utilização de diário de campo para os registros da observação (GIL, 2008).

Análise dos dados

Os dados obtidos para a elaboração dos Capítulos I e II foram tratados a partir da Análise de Conteúdo, que consiste na fase de pré-análise, através de leitura flutuante para a organização dos dados levantados, exploração do material de forma a codificá-los em Unidades de Registro/Sentido e a fase do tratamento dos dados, tornando-os significativos (BARDIN, 2011). Destarte, para a análise dos dados inerentes ao Capítulo III, considerou-se as fases de descrição, classificação e interpretação (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006).

Aspectos Éticos da Pesquisa

Durante todo processo de elaboração deste estudo foram observados os aspectos éticos da pesquisa, conforme resolução nº 466/2012 CEP/CONEP. O projeto de pesquisa foi submetido no dia 13 de novembro de 2018 ao Comitê de Ética em Pesquisa – CEP - SAÚDE/UFMT (CAAE: 03382918.9.0000.8124) contendo, elementos introdutórios, justificativa do estudo, objetivos, procedimentos metodológicos, universo e amostra da pesquisa, cronograma de execução e resultados esperados. Em consonância com os aspectos éticos da pesquisa (Resolução 466/2012 CEP/CONEP) enfatizamos os critérios para suspensão, encerramento e riscos da pesquisa, bem como, maximizamos os possíveis benefícios. O referido projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa CEP – SAÚDE/UFMT, conforme parecer nº 3.102.411 (Anexo 1).

Referências

ANTUNES, Scheila Espindola; SILVA, Otávio Guimarães Tavares da. O esporte na ressocialização de jovens em conflito com a lei: um estudo de caso. **Pensar a Prática**, v. 21, n. 1, p. 168-177, jan./mar. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/46586/pdf>. Acesso em: 3 jan. 2019.

ASSIS, Simone Gonçalves de; CONSTANTINO, Patrícia. Perspectivas de prevenção da infração juvenil masculina. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. 1, p. 81-90, jan./mar. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n1/a08v10n1.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAZON, Marina Resende; SILVA, Jorge Luíz da; FERRARI, Renata Martins. Trajetórias escolares de adolescentes em conflito com a lei. **Educação em Revista**, v. 29, n. 02, p. 175-199, jun. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v29n2/08.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292p.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13 de jul. de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 20 jan. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE**. Brasília – DF: CONANDA, 2006. Disponível em: <http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/sinase.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2019.

BRASIL. Lei 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e regulamenta [...]. **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 de jan. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm. Acesso em: 14 mai. 2020.

BRONFENBRENNER, Urie. **Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CARNEIRO, Kleber Tuxen *et al.* Sobre lazer e possibilidades formativas em adolescentes que cumprem medidas socioeducativas. **Pensar a Prática**, v. 19, n. 4, p. 867-880, out./dez. 2016.

Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/39672/pdf>. Acesso em: 07 jan. 2019.

CONCEIÇÃO, Willian Lazaretti da; ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. Adolescentes em privação de liberdade: as práticas de lazer e seus processos educativos. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 11, n. 2, p. 573-585, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rlcs/v11n2/v11n2a09.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2019.

DIB, Marina Azôr; BAZON, Marina Rezende; SILVA, Jorge Luiz da. Família e conduta infracional na adolescência: revisão sistemática da literatura. **Perspectivas em Psicologia**, v. 16, n. 1, p.142-159, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/perspectivasempsicologia/article/view/27553/15107>. Acesso em: 15 nov. 2019.

FEIJÓ, Maria Cristina; ASSIS, Simone Gonçalves. O contexto de exclusão social e de vulnerabilidade de jovens infratores e de suas famílias. **Estudos de Psicologia**, v. 9, n. 1, p. 157-166, abr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v9n1/22391.pdf>. Acesso em: 18 out. 2019.

FRANCO, Mariana Guedes de Oliveira; BAZON, Marina Rezende. Percurso e experiência escolar de adolescentes em conflito com a lei: trajetórias possíveis. **Educação em Revista**, v. 35, p. 1-31, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v35/1982-6621-edur-35-e183939.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2020.

GALATTI, Larissa Rafaela *et al.* Pedagogia do esporte: procedimentos pedagógicos aplicados aos jogos esportivos coletivos. **Conexões**, v. 6, p. 397-408, jul. 2008. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8637843/5534>. Acesso em: 17 jul. 2019.

GALATTI, Larissa Rafaela; PAES, Roberto Rodrigues; DARIDO, Suraya Cristina. Pedagogia do Esporte: livro didático aplicado aos jogos Esportivos Coletivos. **Motriz**, v. 16, n. 3, p. 751-761, jul./set. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/motriz/v16n3/a24v16n3.pdf>. Acesso em: 08 mai. 2019.

GALATTI, Larissa Rafaela *et al.* Pedagogia do Esporte: tensão na ciência e o ensino dos Jogos Esportivos Coletivos. **Revista da Educação Física/UEM**, Maringá, v. 25, n. 1, p. 153-162, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/refuem/v25n1/1983-3083-refuem-25-01-00153.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2019.

GALLO, Alex Eduardo; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Adolescentes em conflito com a lei: uma revisão dos fatores de risco para a conduta infracional. **Psicologia:**

Teoria e Prática, v.7, n.1, p.81-95, 2005. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v7n1/v7n1a07.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2019.

GALLO, Alex Eduardo; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. A escola como fator de proteção à conduta infracional de adolescentes. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 133, p. 41-59, jan./abr. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v38n133/a03v38n133.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JIMENEZ, Luciene; ANDRADE, Elisa Meireles; BIANCHINI, Luciane Guimarães Batistella. Uso de drogas e ato infracional: Revisão integrativa de artigos brasileiros. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v.14, n. 2, p. 939-955, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rlcs/v14n2/v14n2a05.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2020.

JIMENEZ, Luciene; MARQUES, Vanda Regina. Revisão integrativa sobre a prática infracional na adolescência (2005/2014). **Estudos da Psicologia**, v. 23, n. 2, p. 111-121, abr./jun. 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epsic/v23n2/a03v23n2.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2020.

JUNQUEIRA, Maíz Ramos; JACOBY, Márcia. O olhar dos adolescentes em conflito com a lei sobre o contexto social. **Revista Textos e Contextos**, v. 5, n. 2, p. 1-18, dez. 2006. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/1036/815>. Acesso em: 13 fev. 2019.

KORSAKAS, Paula. O Esporte infantil: as possibilidades de uma prática educativa. In: ROSE JUNIOR, Dante de. (Org.). **Esporte e atividade física na infância e na adolescência: uma abordagem multidisciplinar**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed. 2009, p. 61-71.

LEONARDI, Thiago José. *et al.* Pedagogia do esporte: indicativos para o desenvolvimento integral do indivíduo. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, v. 13, n. 1, p. 41-58, ago. 2014. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/remef/article/view/3613>. Acesso em: 09 set. 2019.

LEONARDI, Thiago José; BERGER, Artur Goulart; REVERDITO, Riller Silva. Esporte Contemporâneo e os Novos Desafios à Pedagogia do Esporte. In BETTINE, Marco; GUTIERREZ, Gustavo Luis. (Org.). **Esporte e sociedade: um olhar a partir da globalização**. São Paulo: IEA-USP, 2019, p. 254-269. Disponível em <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/422/375/1493-1>. Acesso em: 17 mar./2020.

MACHADO, Gisele Viola *et al.* Pedagogia do esporte e autonomia: um estudo em projeto social de educação não formal. **Pensar a Prática**, v. 14, n. 3, p. 1-21, set./dez. 2011. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/10913/10137>. Acesso em: 19 abr. 2019.

MACHADO, Gisele Viola; GALATTI, Larissa Rafaela; PAES, Roberto Rodrigues. Seleção de conteúdos e procedimentos pedagógicos para o ensino do esporte em projetos sociais: reflexões a partir dos jogos esportivos coletivos. **Motrivivência**, n. 39, p. 164-176, dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2012v24n39p164/23401>. Acesso em: 11 mai. 2019.

MACHADO, Gisele Viola; GALATTI, Larissa Rafaela; PAES, Roberto Rodrigues. Pedagogia do esporte e projetos sociais: interlocuções sobre a prática pedagógica. **Movimento**, v. 21, n. 2, p. 405-418, abr./jun. 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/48275/34216>. Acesso em: 22 fev. 2019.

MACHADO, Gisele Viola *et al.* A análise da Evolução das Políticas Públicas em Esporte Educacional no Brasil. **Revista Ciências Humanas – UNITAU**, v. 10, n. Extra, p. 103-115, out. 2017. Disponível em: <https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/406/228>. Acesso em: 04 jan. 2020.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudos do Lazer**: uma introdução. Campinas: Autores Associados, 1996.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e Educação**. 4. ed. Campinas: Papirus, 1998.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. Políticas de lazer: mercadores ou educadores? Os cínicos da corte. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.) **Lazer & esporte**: políticas públicas. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2001. p. 5-29.

MARCELLINO, Nelson Carvalho; BARBOSA, Felipe Soligo; MARIANO, Stéphanie Helena. As cidades e o Acesso aos Espaços e Equipamentos de Lazer. **Impulso**, v.17, n. 44, p. 55-66, 2006.

MARCELLINO, Nelson Carvalho *et al.* **Políticas Públicas de Lazer – formação e desenvolvimento de pessoal**: os casos de Campinas e Piracicaba-SP. 1 ed. Curitiba: OPUS, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/128012/politicasPublicas.pdf?sequencia=1>. Acesso em: 28 jan./2020.

MARTINS, Mayra Costa; PILLON, Sandra Cristina. A relação entre a iniciação do uso de drogas e o primeiro ato infracional entre os adolescentes em conflito com a lei. **Cadernos de**

Saúde Pública, v. 24, n. 5, p. 1112-1120, mai. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v24n5/18.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2020.

MARUSCHI, Maria Cristina; ESTEVÃO, Ruth; BAZON, Marina Rezende. Conduta infracional na adolescência: fatores associados e risco de reincidência. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 66, n. 2, p. 82-99, 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arbp/v66n2/07.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2019.

NARDI, Fernanda Ludke; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Delinquência juvenil: uma revisão teórica. **Acta Colombiana de Psicologia**, v. 13, n. 2, p. 69-77, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/acp/v13n2/v13n2a07.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2020.

NOGUEIRA, Thais de Souza. **A relação entre cultura, esporte, lazer e a medida socioeducativa de internação no Centro Socioeducativo Feminino – CESEF/PARÁ, de 2006 a 2014**. 2016. 70f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Pará, Belém, 2016. Disponível em: <http://cev.org.br/arquivo/biblioteca/4040638.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2019.

NUNES, Mikaella Cristina Antunes; ANDRADE, Anne Graça de Sousa; MORAIS, Normanda Araújo de. Adolescentes em conflito com a lei e família: um estudo de revisão sistemática da literatura. **Contextos Clínicos**, v. 6, n. 2, p. 144-156, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cclin/v6n2/v6n2a08.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2019.

OLIVEIRA, Renata Hoeflich Damaso de; TURECK, Lucia Terezinha Zanato. A invisibilidade social e a prática do ato infracional na adolescência: possíveis correlações. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 16, n. 45, p. 460-477, 2019. Disponível em: <http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/view/4332/47966102>. Acesso em: 08 mar. 2020.

OLIVERA, Raul Angel Carlos; OLIVEIRA, Ueliton Peres de. Modelo simples de crime racional: modelagem econométrica do perfil socioeconômico de adolescentes em conflito com a lei. In: FERNANDES, Maria Nilvane; COSTA, Ricardo Peres da. (Org.). **Coletânea Socioeducação no Brasil: intersectorialidade, desafios e referências para o atendimento**. 1. ed. Curitiba: Nova Práxis, 2019, v. 4, p. 214-232.

PAES, Roberto Rodrigues; BALBINO, Hermes Ferreira. A pedagogia do esporte e os jogos coletivos. In: ROSE JUNIOR, Dante de. (Org.). **Esporte e atividade física na infância e adolescência: uma abordagem multidisciplinar**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009, p. 73–83.

PIZANI, Rafael Stein; AMARAL, Silvia Cristina Franco; PAES, Roberto Rodrigues. Esporte e lazer: diálogos possíveis à luz da pedagogia do esporte. **Licere**, v. 15, n. 3, p. 1-18, set. 2012.

Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/717/518>. Acesso em: 16 jul. 2019.

POLETTTO, Michele; KOLLER, Silvia Helena. Contextos ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção. **Estudos de Psicologia**, v. 25, n. 3, p. 405-416, jul./set. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v25n3/a09v25n3.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2019.

REVERDITO, Riller Silva; SCAGLIA, Alcides José; PAES, Roberto Rodrigues. Pedagogia do esporte: panorama e análise conceitual das principais abordagens. **Motriz**, v. 15, n. 3, p. 600-610, jul./set. 2009.

REVERDITO, Riller Silva. **Pedagogia do esporte e modelo bioecológico do desenvolvimento humano**: indicadores para avaliação de impacto em programa socioesportivo. 2016. 209f. Tese (Doutorado em Educação Física). Programa de Pós-graduação em Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/322128/1/Reverdito_RillerSilva_D.pdf. Acesso em: 26 mar. 2018.

REVERDITO, Riller Silva *et al.* Pedagogia do Esporte: possibilidades para o convívio com o esporte no contexto escolar. In: SILVA, Junior Vagner Pereira da; GONÇALVES-SILVA, Luiza Lana; MOREIRA, Wagner Wey. (Org.). **Educação Física e seus diversos olhares**. 1. ed. Campo Grande: Editora da UFMS, 2016, v.1, p. 55-76.

REVERDITO, Riller Silva *et al.* O esporte na ecologia do desenvolvimento humano: desafios da pesquisa e intervenção no Brasil. In: BENTO, J. O.; MOREIRA, W. W.; LOUREIRO, A. C. C.; BENTO, H. C. B.; BOTELHO, R. G.; MARINHO, T. C. S. T. (Org.). **Cuidar da casa comum**: Da natureza, da vida, da humanidade. Oportunidades e responsabilidades do Desporto e da Educação Física. Belo Horizonte: Casa da Educação Física, 2018, v. 1, p. 203-215. Disponível em: <http://cev.org.br/arquivo/biblioteca/4041560.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2020.

RODRIGUES, Heitor de Andrade; DARIDO, Suraya Cristina; PAES, Roberto Rodrigues. O esporte coletivo no contexto dos projetos esportivos de inclusão social: contribuições a partir do referencial técnico-tático e sócio-educativo. **Pensar a Prática**, v. 16, n. 2, p. 323-339, abr./jun. 2013. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/16770/14611>. Acesso em: 24 ago. 2019.

SAMPAIO, Rosana Ferreira; MANCINI, Marisa Costa. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, v. 11, n. 1, p. 83-89, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbfis/v11n1/12.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2019.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO; María del Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SANTOS, Edmilson Santos do *et al.* O financiamento do esporte e do lazer pelos municípios do estado do Mato Grosso de 2005 a 2008. **Licere**, v.22, n.1, p. 49-69, mar. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/12311/9869>. Acesso em: ago. 2019.

SCAGLIA, Alcides José; REVERDITO, Riller Silva; GALATTI, Larissa Rafaela. A Contribuição da Pedagogia do Esporte ao Ensino do Esporte na Escola: tensões e reflexões metodológicas. In: MARINHO, Alciane; NASCIMENTO, Juares Vieira do; OLIVEIRA, Amauri Aparecido Bássoli. (Org.). **Legados do Esporte Brasileiro**. Florianópolis: UDESC, 2014, v. 1, p. 45-86. Disponível em: <http://memoriadasolimpiadas.rb.gov.br/jspui/bitstream/123456789/1037/1/MARINHO.LEGADO.2014.pdf>. Acesso em: 22 jan./2020.

SCAGLIA, Alcides José; REVERDITO, Riller Silva. Perspectivas pedagógicas do esporte no século XXI. In: NISTA-PICCOLO, Vilma Leni; MOREIRA, Wagner Wey. (Org.). **Educação Física e Esporte no século XXI**. Campinas: Papirus, 2016, v. 1, p. 43-72.

SILVA, Fábio Silvestre *et al.* Futebol Libertário: compromisso social na medida. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 28, n. 4, p. 832-845, out. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v28n4/v28n4a14.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2019.

SILVA, Jorge Luiz da; BAZON, Marina Rezende. Revisão sistemática de estudos sobre os aspectos escolares relacionados ao cometimento de delitos. **Psicologia em Revista**, v. 21, n. 2, p. 273-292, ago. 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v21n2/v21n2a05.pdf>. Acesso em: 19 set. 2019.

SILVA, Junior Vagner Pereira da; MOREIRA Wagner Wey. **Lazer e Esporte no Século XXI: novidades no horizonte?** Curitiba: InterSaberes, 2018.

TEJADAS, Silvia da Silva. **Juventude e Ato Infracional**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

TIELLET, Maria do Horto Salles *et al.* Ações de extensão em um centro de atendimento socioeducativo do Estado de Mato Grosso. **EDUCA - Revista Multidisciplinar em Educação**, v. 4, n. 9, p. 65-78, set./dez. 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/2132/2141>. Acesso em: 17 jan. 2019.

TRENTIN, Dayane Ferraz Lacerda; SILVESTRE, Bruno Modesto; AMARAL, Sílvia Cristina Franco. Juventudes e medida socioeducativa: O olhar dos Agentes Pedagógicos sobre as práticas de lazer. **Pensar a Prática**, v. 21, n. 4, p. 877-889, out./dez. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/50848/pdf>. Acesso em: 27 jan. 2019.

CAPÍTULO I

O ESPORTE E O LAZER EM CONTEXTOS DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NO BRASIL: PANORAMA E ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Resumo

Este estudo tem por objetivo evidenciar o panorama de pesquisas relacionadas ao esporte e o lazer em contextos de medidas socioeducativas no Brasil. Para tal, foram selecionados nove artigos científicos e cinco dissertações através de busca nos Periódicos da CAPES, Base de dados *SciELO*, Google Acadêmico e Banco de Teses e Dissertações da CAPES. Os resultados das pesquisas foram analisados a partir da Análise de Conteúdo. Através das categorias de análise observou-se que o esporte e o lazer, quando tratados como vias e objetos de educação, propiciam ambientes favoráveis ao desenvolvimento positivo dos adolescentes, ainda que sejam concebidos na lógica funcional e utilitarista por uma grande parte das Instituições e adolescentes. Conclui-se que, o restrito entendimento dos adolescentes sobre os potenciais do esporte e do lazer está intimamente ligado a falta de acesso a estas políticas em suas trajetórias.

Palavras-chave: Esportes. Atividades de Lazer. Adolescente. Medidas Socioeducativas.

Introdução

O esporte é um fenômeno sociocultural que ao longo da história desenvolveu-se no seio da sociedade. Na contemporaneidade exerce grande fascínio, sendo palco de estudos em áreas distintas (REVERDITO; SCAGLIA; PAES, 2009; GALATTI, *et al.*, 2014). Estudos têm destacado que este fenômeno pode propiciar ambientes favoráveis para o desenvolvimento positivo de jovens (URBAN; LEWIN-BIZAN; LERNER, 2010; REVERDITO, 2016; REVERDITO *et al.*, 2017; HOLT *et al.*, 2017), para tanto, deve-se considerar que esporte se ensina, haja vista o alcance na ação educativa promovida nos ambientes de práticas esportivas (REVERDITO; SCAGLIA; PAES, 2009).

Outrossim, o lazer constitui-se como um elemento cultural presente nas relações humanas. Seu duplo aspecto educativo, apontado por Marcellino (1996), constata que o lazer é um veículo privilegiado de educação, ao passo que, a prática de suas atividades perpassa por um processo de aprendizagem que favorece o desenvolvimento crítico e criativo, o qual supera a visão fragmentada quanto ao seu repertório e amplia suas possibilidades, que alcançam o desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos (MARCELLINO, 1996, 1998).

De fato, pela grande relevância social que o esporte e o lazer têm representado nas últimas décadas, a todo cidadão é garantido o direito a essas práticas, conforme ‘Art. 6º’ e ‘Art. 217º’ do texto constitucional (BRASIL, 1988), inclusive, ao adolescente em conflito com a lei,

que mesmo em cumprimento de medida socioeducativa não lhe é retirado esse direito. Nesta seara, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – (SINASE) (BRASIL, 2006), em seu ‘eixo 4º’ dos ‘Parâmetros de Gestão Pedagógica no Atendimento Socioeducativo’, assevera que as Instituições devem ofertar atividades de esporte e lazer, a fim de contribuir no processo de socioeducação, o qual perpassa por uma política de atendimento ao adolescente articulada entre União, Estados e Municípios, conforme Lei 12.594/12 – SINASE (BRASIL, 2012).

As medidas socioeducativas aplicáveis ao adolescente autor de ato infracional estão dispostas no ‘Art. 112º’ do Estatuto da Criança e do Adolescente – (ECA) (BRASIL, 1990), dentre as quais: ‘Advertência e Obrigação de reparar o dano’, que ocorrem de modo direto, sem a exigência de um programa de atendimento para sua efetivação; ‘Prestação de Serviço à Comunidade e Liberdade Assistida’, as quais dependem de uma organização no atendimento por meio de programas em meio aberto que considerem as particularidades dos adolescentes; e, por fim, ‘Semiliberdade e Internação’, que são medidas privativas de liberdade e devem ser cumpridas em estabelecimento educacional.

Os recorrentes debates sociais, midiáticos, legislativos e jurídicos em torno do adolescente em conflito com a lei têm gerado grande interesse da comunidade acadêmica em investigar os contextos das medidas socioeducativas, em especial os estudos de revisão. Dentre esses, destacamos os estudos que têm objetivado identificar os fatores de risco associados à prática infracional em adolescentes (GALLO; WILLIAMS, 2005; JIMENEZ; MARQUES, 2018), analisar as relações familiares de adolescentes em conflito com a lei (DIB; BAZON; SILVA, 2012; NUNES; ANDRADE; MORAIS, 2013), identificar políticas públicas de adolescentes em conflito com a lei (MELLA; LIMBERGER; ANDRETTA, 2015), analisar relações entre escolarização e conduta infracional de adolescentes (SILVA; BAZON, 2015) e caracterizar o cumprimento da medida socioeducativa de internação no Brasil (COSCIONI *et al.*, 2017).

Nota-se que, há um vasto repertório de estudos de revisão sistemática que abordam a temática. Contudo, o esporte e o lazer não figuram nesse cenário, sinalizando para uma lacuna na literatura a ser preenchida, o que justifica a relevância do presente estudo. Ante o exposto, este estudo de revisão sistemática tem por objetivo evidenciar o panorama de pesquisas relacionadas ao esporte e lazer em contextos de medidas socioeducativas no Brasil, produzidas entre os anos de 1990 a 2019. Espera-se que os resultados subsidiem novas pesquisas e permitam trilhar caminhos antes não investigados.

Procedimentos metodológicos

Trata-se de um estudo de revisão sistemática (SAMPAIO; MANCINI, 2007) da literatura nacional, o qual buscou-se evidenciar o panorama de pesquisas relacionadas ao esporte e o lazer em contextos de medidas socioeducativas no Brasil. Para tal, realizou-se entre os meses de janeiro e fevereiro de 2019, uma busca sistemática por artigos científicos, teses e dissertações, produzidos entre os anos de 1990 a 2019, nos Periódicos da CAPES, Bases de dados SciELO, Google Acadêmico e Banco de Teses e Dissertações da CAPES. O recorte temporal justifica-se pela promulgação da Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990 - Estatuto da Criança e Adolescente – (ECA), a qual contrapõe-se historicamente a um passo de controle e exclusão social, sustentado pela doutrina da proteção integral, logo, sugere-se que as produções relacionadas a temática tiveram significativo crescimento.

Inicialmente, para o levantamento do quantitativo de artigos utilizaram-se os seguintes termos-chave: ‘Medida Socioeducativa’, ‘Ato Infracional’, ‘Adolescente em Conflito com a Lei’. A priori, foi realizada uma busca empregando individualmente cada termo-chave. Destarte, utilizou-se o operador booleano ‘AND’ para relacionar os descritores com os termos-chave ‘Esporte’, ‘Lazer’ e ‘Educação Física’.

Após a leitura do título e resumo dos artigos, identificou-se um total de (n=154) resultados relacionados à temática, sendo, (n=29) nos Periódicos da CAPES, (n=12) na Base de dados SciELO e (n=113) no Google Acadêmico. Controladas as repetições, restaram (n=21) artigos, os quais foram analisados na íntegra. Destes, foram excluídos mais (n=4) artigos, após se perceber que (n=8) estudos com títulos diferentes tratavam dos mesmos dados e resultados, restando um total de (n=17) referências. Destarte, optamos por incluir apenas artigos publicados em periódicos com Qualis A2, B1 e B2, nas seguintes áreas de avaliação: Educação Física e/ou Educação e/ou Interdisciplinar e/ou Ensino. Desta forma, procedeu-se com a consulta na Plataforma Sucupira, tendo como Evento de Classificação o quadriênio 2013-2016, onde foram excluídos mais (n=8) artigos, (n=6) publicados em anais de Congressos/Simpósios e (n=2) por não atenderem o critério de avaliação do Web Qualis, restando ao final um total de (n=9) artigos.

Ante a insipiência de artigos científicos, realizou-se uma busca no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, utilizando os mesmos termos-chave e procedimentos, onde foram identificadas (n=10) dissertações e (n=1) tese referente à temática. Contudo, (n=2) dissertações foram excluídas por não oferecerem acesso livre ao pesquisador. Após leitura dos trabalhos na íntegra, (n=3) dissertações e a tese foram excluídas, visto que optamos por analisar os artigos

científicos identificados na busca anterior, os quais tratavam-se dos mesmos estudos. Ao final da revisão, foram selecionados (n=9) artigos e (n=5) dissertações, perfazendo um total de (n=14) manuscritos para compor o corpus desta pesquisa.

Análise dos Dados

Os dados relacionados aos aspectos gerais das pesquisas foram sumarizados nos quadros 1 e 2 dos resultados e expostos de forma descritiva. Para tratarmos os dados referentes aos resultados das pesquisas que compõem o corpus deste estudo, utilizou-se o método da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011). Na primeira fase, denominada de pré-análise, realizou-se a leitura flutuante dos artigos e dissertações selecionadas, com o objetivo de sistematizar as ideias iniciais e estabelecer indicadores para interpretação dos estudos. A segunda fase corresponde à exploração e categorização do material. Caracteriza-se pela leitura aprofundada dos estudos, sendo os dados organizados em Unidades de Sentido/Registro, agrupados tematicamente em cinco categorias de análise, as quais buscam elucidar o objetivo desta revisão: ‘Concepções de Esporte’, ‘Potenciais do Esporte’, ‘Concepções de Lazer’, ‘Potenciais do Lazer’ e ‘Práticas esportivas e de lazer’. Na terceira fase realizou-se o tratamento, inferências e interpretação dos resultados relacionados às categorias de análise.

Resultados e discussão

Os dados inerentes aos aspectos gerais dos artigos foram sumarizados conforme quadro 1, o qual possibilitou identificar o panorama das pesquisas relacionadas a temática. Os estudos foram produzidos por autores distintos, ressalva, (n=2) artigos da mesma autoria. As publicações ocorreram a partir do ano de 2008, com prevalência no ano de 2018 (n=3), e significativa publicação na Revista ‘Pensar a Prática’ (n=3). Quanto à avaliação/Qualis dos periódicos, houve equivalência entre B1 (n=4) e B2 (n=4), sendo selecionado apenas 1 artigo publicado em periódico com o qualis A2. As pesquisas foram realizadas em sua totalidade na Região Sudeste (n=6) e Centro Oeste (n=3), predominantemente no contexto da medida socioeducativa em meio fechado/internação (n=5) com adolescentes do sexo masculino (n=7), sendo que, não foi possível identificar o sexo dos adolescentes em (n=2) trabalhos. Em todas as pesquisas foram realizadas estudo de campo, tendo como público alvo os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas (n=6), profissionais que atuam como Equipe de Referência dos adolescentes (n=2), estagiários de Educação Física e adolescentes (n=1).

Quadro 1 - Panorama dos artigos selecionados para o estudo de revisão

Artigos	Autor/ Ano	Periódico	Web Qualis	Região	Tipo de MSE	Sexo	Tipo de pesquisa e público
<i>O esporte na Ressocialização de Jovens: Um estudo de Caso.</i>	Antunes e Silva (2018)	<i>Pensar a Prática</i>	B2	Sudeste	Meio Aberto: "PSC"	M	Campo: Adolescentes
<i>Entendimentos e concepções dos profissionais do CREAS sobre o papel do esporte nas medidas socioeducativas de PSC e LA.</i>	Antunes e Silva (2018)	<i>Revista Brasileira de Ciências do Esporte</i>	A2	Sudeste	Meio Aberto: "PSC" e "LA"	Não identificado	Campo: Profissionais
<i>Juventudes e Medida Socioeducativa: O olhar dos Agentes Pedagógicos sobre as práticas de lazer.</i>	Trentin, Silvestre e Amaral (2018)	<i>Pensar a Prática</i>	B2	Sudeste	Meio aberto e fechado	Não identificado	Campo: Profissionais
<i>Ações de Extensão em um Centro de Atendimento Socioeducativo do Estado de Mato Grosso.</i>	Tiellet et al. (2017)	<i>EDUCA-Revista Multidisciplinar em Educação</i>	B1	Centro Oeste	Meio Fechado: Internação	M	Campo: Adolescentes e Estagiário
<i>Sobre Lazer e Possibilidades Formativas em adolescentes que cumprem Medidas Socioeducativas.</i>	Carneiro et al. (2016)	<i>Pensar a Prática</i>	B2	Centro Oeste	Meio Fechado: Internação	M	Campo: Adolescentes
<i>Adolescente em Privação de Liberdade: as práticas de lazer e seus processos educativos.</i>	Conceição e Onofre (2013)	<i>Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales Niñez y Juventud</i>	B1	Sudeste	Meio Fechado: Internação	M	Campo: Adolescentes.
<i>Adolescente em Conflito com a Lei e sua noção de regras no jogo de futsal.</i>	Kobayashi e Zane (2010)	<i>Revista Brasileira Educação Física e Esporte</i>	B1	Sudeste	Meio Fechado: Internação	M	Campo: Adolescentes
<i>Futebol Libertário: Compromisso Social na Medida.</i>	Silva et al. (2008)	<i>Psicologia Ciência e Profissão</i>	B1	Sudeste	Aberto "PSC" e "LA"	M	Campo: Adolescentes
<i>Os Jogos e Brincadeiras de Adolescentes privados de liberdade: Uma possibilidade na prática educativa.</i>	Oliveira e Gomes (2008)	<i>Revista da Faculdade Educação/ UNEMAT</i>	B2	Centro Oeste	Meio Fechado: Internação	M	Campo: Adolescentes

Fonte: elaborado pelo autor.

Abreviaturas: Medida Socioeducativa (MSE); Prestação de Serviço à Comunidade (PSC); Liberdade Assistida (LA); Masculino (M); Feminino (F).

Destarte, os dados referentes aos aspectos gerais das dissertações que compõem o corpus deste estudo de revisão foram sumarizados conforme quadro 2.

Quadro 2 – Panorama das Dissertações selecionadas para o estudo de revisão

Dissertações	Autor/ Ano	IES	PPG	Região	Tipo MSE	Sexo	Tipo de pesq. e Público
<i>Educação Física na Medida Socioeducativa de Internação: Um estudo sobre práticas educativas e mecanismos de resistência.</i>	<i>Souza (2018)</i>	<i>UFSCar</i>	<i>Educação</i>	<i>Sudeste</i>	<i>Meio Fechado: Internação</i>	<i>M</i>	<i>Campo: Adolescente</i>
<i>A relação entre Cultura, Esporte, Lazer e a Medida Socioeducativa de Internação no Centro Socioeducativo Feminino – CESEF/Pará, de 2006 a 2014.</i>	<i>Nogueira (2016)</i>	<i>UFPA</i>	<i>Psicologia</i>	<i>Norte</i>	<i>Meio Fechado: Internação</i>	<i>F</i>	<i>Campo: Adolescente</i>
<i>Pensando e Praticando o Esporte na Medida Socioeducativa: Orientações para Profissionais de Educação Física.</i>	<i>Domingos (2014)</i>	<i>UNIAN – SP</i>	<i>Mestrado Prof. Adoles. em Conflito com a Lei</i>	<i>Sudeste</i>	<i>Meio Fechado: Internação</i>	<i>M/F</i>	<i>Teórica: Profissionais</i>
<i>Contribuindo para a Formação Humana dos Adolescentes da FEBEM por meio da Ginástica Geral.</i>	<i>Sanioto (2005)</i>	<i>UNICAMP</i>	<i>Educação Física</i>	<i>Sudeste</i>	<i>Meio Fechado: Internação</i>	<i>M</i>	<i>Campo: Adolescentes</i>
<i>Educação Física na Fundação Estadual do Bem-estar do Menor FEBEM – SP: Uma análise da proposta de 1992 a 1994 segundo o discurso dos professores.</i>	<i>Andrade (1997)</i>	<i>UNICAMP</i>	<i>Educação Física</i>	<i>Sudeste</i>	<i>Meio Fechado: Internação</i>	<i>M</i>	<i>Campo: Profissionais</i>

Fonte: elaborado pelo autor.

Abreviaturas: Medida Socioeducativa (MSE); Masculino (M); Feminino (F).

As defesas foram realizadas entre os anos de 1997 e 2018, onde se observou um lapso temporal entre as produções. Em relação às Instituições de Ensino, houve prevalência de trabalhos produzidos na UNICAMP (n=2). Quanto aos Programas de Pós-graduação stricto sensu, os quais as pesquisas são vinculadas, evidenciou-se a maioria na área da Educação Física

(n=2) e na modalidade Acadêmico (n=4). As pesquisas foram realizadas na Região Sudeste (n=4) e Norte (n=1), todas no contexto da medida socioeducativa em meio fechado/internação, que atendem adolescentes do sexo masculino (n=3) e do sexo feminino (n=1), havendo ainda, estudo teórico com proposta de atendimento para ambos os sexos (n=1). A maioria utilizou o estudo de campo como estratégia metodológica (n=4) e apenas (n=1) norteou-se no estudo teórico. As pesquisas tiveram como público alvo adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação (n=3) e professores de Educação Física que laboram e/ou já laboraram nas Instituições (n=2).

Concepções de Esporte

Compõem esta categoria de análise, os estudos que evidenciaram em seus resultados a forma que o esporte tem sido concebido nos contextos de medidas socioeducativas no Brasil (SILVA *et. al.*, 2008; NOGUEIRA, 2016; ANTUNES; SILVA, 2018a; 2018b), seja pelas Instituições de Atendimento Socioeducativo, pelos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, por profissionais que atuam nesses contextos, pelas famílias e sociedade. Partimos do entendimento acerca das abordagens da Pedagogia do Esporte que estabelecem referenciais “para uma ação educativa no esporte, que transcende a simples repetição de movimentos, onde o jogo na prática esportiva constitui um ambiente formativo por excelência” (REVERDITO; SCAGLIA; PAES, 2009, p. 607).

O estudo de Silva *et al.* (2008), realizado com adolescentes atendidos pelo Centro De Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA) Interlagos, inseridos em programas de medidas socioeducativas em meio aberto na região da Capela do Socorro/SP, investigou o potencial do esporte (futebol) inserido como metodologia diferenciada no cumprimento da medida. A pesquisa apontou que os adolescentes vivenciaram a pior conotação concebida ao esporte, aquela de ‘quem não tem o que fazer’, permeada pelo discurso de uma grande parcela da sociedade e reproduzida por algumas famílias dos adolescentes inseridos no projeto.

Tais quais, outros estudos evidenciaram por parte de Instituições de Atendimento Socioeducativo e profissionais que atuam nesses contextos (NOGUEIRA, 2016; ANTUNES; SILVA, 2018a), concepções de esporte que destoam de seu caráter formativo. Nogueira (2016), ao problematizar a relação entre o direito ao esporte, à cultura e lazer e a medida socioeducativa de internação para adolescentes do sexo feminino de um Centro Socioeducativo no Estado do Pará, evidenciou que esses elementos têm sido concebidos por algumas Instituições Socioeducativas na lógica utilitarista e como ocupação da mente. Nesse viés, o estudo de

Antunes e Silva (2018a), realizado junto aos profissionais do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), responsáveis pelo encaminhamento e supervisão de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto na Cidade de Barbacena/MG, evidenciou que os discursos desses profissionais assumem um caráter funcional e utilitarista do esporte, seja pelos motivos apontados para o encaminhamento de adolescentes a projetos socioesportivos (profissionalização, experiências anteriores), seja pela transferência direta de valores presentes na dinâmica do jogo esportivo para a dinâmica da vida em sociedade, o que para os autores demonstra uma perspectiva de assimilação e reprodução.

Nessa seara, o estudo de Reverdito, Scaglia e Paes (2009), sinaliza para a necessidade de ruptura ideológica e pragmática destes modelos reducionistas, tradicionais e imediatistas ainda presentes no ensino do esporte. Os autores asseveram que a abordagem pedagógica voltada para as práticas esportivas e corporais, seja comprometida e certa de sua responsabilidade social e educativa.

Em relação à percepção dos adolescentes inseridos em medidas socioeducativas, esta lógica funcional e utilitarista atribuída ao esporte também pôde ser observada. Antunes e Silva (2018b), ao realizarem um estudo com quatro adolescentes inseridos em projeto esportivo para cumprimento de medida socioeducativa do tipo Prestação de Serviço à Comunidade (PSC), identificaram que para três adolescentes o esporte serve como ocupação do tempo livre e da mente, um momento de distração e lazer, ou seja, como uma atividade amenizadora do tédio e sofrimento vivenciado pela medida socioeducativa imposta. Os autores também evidenciaram que as concepções de esporte atribuídas pelos adolescentes são fortemente influenciadas pelas vivências esportivas desfrutadas no ambiente escolar, desta forma, ante as concepções depauperadas do fenômeno, pode-se inferir que esses adolescentes tiveram escassa oferta de atividades esportivas em suas trajetórias escolares, o que influenciou negativamente seus entendimentos.

Potenciais do Esporte

Esta categoria de análise relaciona-se com estudos que evidenciaram em suas pesquisas os potenciais do esporte em contextos das medidas socioeducativas (SANIOTO, 2005; SILVA *et al.*, 2008; KOBAYASHI; ZANE, 2010; DOMINGOS, 2014; NOGUEIRA, 2016; TIELLET *et al.*, 2017; ANTUNES; SILVA, 2018a; 2018b; SOUZA, 2018), seja no campo prático, teórico, quanto nos discursos de profissionais e adolescentes. Este estudo corrobora no sentido de que o esporte deve assumir suas potencialidades no processo educacional e, através do trato

pedagógico adequado, criar ambientes que favoreçam o desenvolvimento crítico e reflexivo daqueles que o praticam (MACHADO; GALATTI; PAES, 2015), contribuindo para o desenvolvimento da cidadania (SCAGLIA; REVERDITO, 2016) e a formação integral do indivíduo (LEONARDI *et al.*, 2014).

Aspectos positivos foram observados a partir de estudos que utilizaram intervenções por meio do esporte (SANIOTO, 2005; SILVA *et al.*, 2008; TIELLET *et al.*, 2017; ANTUNES; SILVA, 2018a). Sanioto (2005) realizou uma intervenção com adolescentes do sexo masculino em cumprimento de medida socioeducativa de internação na antiga FEBEM, Unidade de Araraquara – SP, utilizando-se da Ginástica Geral como proposta pedagógica para a reinserção social dos adolescentes. Através das atividades desenvolvidas e relatos dos participantes, observou significativa contribuição nos aspectos físicos, de socialização, comportamentais e da autoimagem, o que corrobora com a intervenção realizada por Silva *et al.* (2008). O estudo de Silva *et al.* (2008), ao utilizar o futebol como metodologia de atendimento na medida socioeducativa em meio aberto, observou que os adolescentes atribuíram um novo sentido ao acompanhamento a que foram submetidos, o que possibilitou um ambiente favorável para a integração, tomada crítica dos sujeitos, autoestima, consciência corporal, autonomia e exercício da cidadania.

Nesse mesmo viés, a pesquisa extensionista de Tiellet *et al.* (2017), também observou aspectos positivos com a inserção de uma proposta de esporte educacional junto a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação no Centro de Atendimento Socioeducativo de Cáceres/MT. Através de atividades como o Tênis de Mesa, *Slackline* e *Badminton*, desenvolvidas por discentes estagiários do Curso de Educação Física da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, foi possível registrar o desenvolvimento de atitudes, competências, comportamentos e valores por parte dos adolescentes.

A proposta de inserção do esporte educacional junto a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação também é defendida por Domingos (2014), o qual buscou elaborar um caderno de orientações para profissionais de Educação Física que atuam no Sistema Socioeducativo, embasada nas abordagens Saúde Renovada, Crítico Emancipatória e Educação pelo Esporte. A autora assevera que os sentidos do esporte educacional nesses contextos perpassam por aspectos relacionados à promoção do lazer, tornar os sujeitos fisicamente ativos, promoção da saúde e competência corporal, os quais colaboraram com a formação do ser humano integral.

Observou-se ainda, através do discurso de profissionais inseridos no CREAS de Barbacena/MG, que a inserção do esporte no cumprimento de medidas socioeducativa justifica-

se pelo seu potencial em desenvolver valores éticos e morais aos seus praticantes (ANTUNES; SILVA, 2018a). Contudo, Antunes e Silva (2018a), sinalizam para a necessidade de instrumentos avaliativos que verifiquem os potenciais benefícios da utilização do esporte como mecanismo de intervenção. Os resultados aqui evidenciados dialogam com o referencial socioeducativo da Pedagogia do Esporte (MACHADO; GALATTI; PAES, 2015) capaz de propiciar no contexto esportivo, experiências quanto à participação, convivência, valores éticos e morais, coeducação, emancipação, autonomia, desenvolvimento de relações intrapessoais e interpessoais (PAES, 2002; GALATTI, 2006; MACHADO; GALATTI; PAES, 2015).

Aspectos negativos também foram registrados no esporte (KOBAYASHI; ZANE, 2010; NOGUEIRA, 2016; ANTUNES; SILVA, 2018b; SOUZA, 2018). Kobayashi e Zane (2010) buscaram identificar a fase de desenvolvimento moral de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação, através de observações do jogo de futsal sem a presença da autoridade/árbitro. Constatou-se que mesmo tendo consciência da existência das regras, os adolescentes não as respeitam, prevalecendo o intuito de obter benefício próprio no jogo e até mesmo no convívio em sociedade. Somente com a presença de uma autoridade/árbitro respeitariam as regras por receio de sofrerem punições. No estudo de Antunes e Silva (2018b), verificou-se que para três dos quatro adolescentes acompanhados na pesquisa, o esporte não ajuda na reflexão da infração cometida e tampouco influencia seus comportamentos e atitudes na vida em sociedade.

Ambos os estudos nos permitem questionar sobre até que ponto o adolescente é capaz de analisar o custo e benefício para cometer o ato infracional. Tal questionamento sugere novas pesquisas, com foco nos fatores de risco que interferem para o cometimento de ato infracional. Porém, a abordagem da pesquisa precisa ser “de forma contextualizada e examinada sem pré-julgamentos”, como nos aponta Dias e Onofre (2010, p. 32).

Outros estudos sinalizam para as relações de poder latentes nas Instituições e a difícil relação entre o esporte e lazer na medida socioeducativa de internação (NOGUEIRA, 2016; SOUZA, 2018), visto que estes elementos têm se constituído dentro das Unidades como forma de controle e punição dos corpos, em detrimento de ações afirmativas garantidas como direito ao adolescente em conflito com a lei. A pesquisa de Souza (2018) analisou como tem se constituído a Educação Física não formal na Fundação CASA no Estado de São Paulo, através de observação participante em aulas de Judô e rodas de conversa com os adolescentes internos. Para a autora, a forma como vem sendo abordado o esporte tem contribuído para a formação do sujeito adequado a certos padrões sociais, ao sujeito moderno e homogeneizando as diferenças.

A problemática relacionada ao controle dos corpos institucionalizados (FOUCAULT, 2007), sinaliza que a disciplina é mantida nas prisões como algo a moldar os corpos dos indivíduos, enquanto processo de docilização e sujeição de vontades e controle institucional. Perceber a utilização do esporte em algumas Instituições Socioeducativas nessa dimensão causa estranheza, como sinaliza Nogueira (2016) e Souza (2018), o que demonstra distanciamento das práticas institucionais em relação à formação humana, inerentes a socioeducação e preconizada pelo SINASE (BRASIL, 2006).

Concepções de Lazer

Esta categoria de análise relaciona-se com estudos que evidenciaram em suas pesquisas como o lazer tem sido concebido pelos adolescentes, profissionais e Instituições de Atendimento Socioeducativo (CONCEIÇÃO; ONOFRE, 2013; CARNEIRO *et al.*, 2016; NOGUEIRA, 2016; TRENTIN; SILVESTRE; AMARAL, 2018). Partimos do entendimento que considera o lazer como cultura vivenciada em tempo disponível e de caráter desinteressado, o qual ultrapassa os aspectos relacionados ao divertimento e descanso, alcançando dimensões do desenvolvimento pessoal e social, permeado pelo seu caráter educativo que valoriza seus processos de vivências em detrimento dos aspectos de produtividade (MARCELLINO, 1996, 1998).

O estudo de Conceição e Onofre (2013), buscou analisar os processos educativos decorrentes da prática de lazer de cinco adolescentes do sexo masculino em cumprimento de medida socioeducativa de internação na Fundação CASA de São Paulo, através de observação participante e entrevistas semiestruturadas. No estudo foi possível identificar que os adolescentes concebem o lazer como um momento de interação entre seus pares e funcionários da Fundação, o que difere dos resultados encontrados por Carneiro *et al.* (2016).

O estudo de Carneiro *et al.* (2016) foi realizado com dez adolescentes do sexo masculino em cumprimento de medida socioeducativa de internação no Centro Socioeducativo de Cáceres - MT, com o intuito de identificar a concepção de lazer desses adolescentes, bem como os potenciais formativos advindos de sua prática. Foi possível evidenciar que as concepções dos adolescentes sobre o lazer estão voltadas para a ocupação do tempo livre e da mente, e percebidas como atividades esportivas realizadas na Instituição.

A lógica imposta por algumas Instituições de Atendimento Socioeducativo também assumem um caráter funcionalista do lazer, utilizando-o como atividade de ocupação do tempo livre e controle institucional, por vezes, concebido até mesmo como atividades sem nenhuma

orientação profissional (CONCEIÇÃO; ONOFRE, 2013; CARNEIRO *et al.*, 2016; TRENTIN; SILVESTRE; AMARAL, 2018).

Nota-se que as abordagens funcionalistas do lazer, classificadas como romântica, moralista, compensatória e utilitarista (MARCELLINO, 1996), permeiam as ações desenvolvidas pelas Instituições Socioeducativas, consequentemente, interferem nas concepções dos adolescentes ante o fenômeno. Pode-se inferir que a abordagem compensatória do lazer, está intimamente relacionada a interesses escusos das Instituições, ou seja, em compensar o sofrimento e a insatisfação dos adolescentes perante o cumprimento das medidas socioeducativas impostas. Para Marcellino (1998), essas posições conservadoras buscam a manutenção da ordem e instrumentalizam o lazer à disciplina, ou seja, as obrigações corriqueiras presentes na vida social e as atividades ‘ditas’ como moralmente corretas e aceitas pela sociedade.

As concepções de lazer dos profissionais que atuam nesses contextos também foram objeto de investigação (TRENTIN; SILVESTRE; AMARAL, 2018), os quais analisaram a percepção de Agentes Pedagógicos (Profissionais de Educação Física, Serviço Social, Psicologia e Letras) sobre as práticas de lazer de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa na cidade de Campinas – SP. Para esses profissionais, o lazer está fortemente associado à educação e a prática da liberdade, o que dialoga com os aspectos formativos do lazer (MARCELLINO, 1996, 1998). Contudo, o estudo observou que os profissionais geralmente associam as práticas de lazer às aulas de Educação Física, principalmente o futebol, o que difere da perspectiva apontada por Marcellino (1996), o qual indica que a oferta de lazer deve contemplar um repertório de possibilidades, considerando diferentes interesses, como o artístico, o intelectual, o físico, os manuais, o turístico ou o social.

Potenciais do Lazer

Esta categoria de análise relaciona-se com estudos que evidenciaram aspectos positivos e negativos quanto ao entendimento dos potenciais do lazer por parte das instituições, profissionais e adolescentes (CONCEIÇÃO; ONOFRE, 2013; CARNEIRO *et al.*, 2016; NOGUEIRA, 2016; TRENTIN; SILVESTRE; AMARAL, 2018). Assumimos um posicionamento o qual aponta o lazer como um veículo privilegiado de educação, que detêm entre suas potencialidades, o desenvolvimento pessoal e social do indivíduo (MARCELLINO, 1996), consequentemente, torna-se um instrumento primordial nos processos formativos dos sujeitos.

A prática do lazer dentro das Instituições de Atendimento Socioeducativo foi apontada como um elemento importante para o desenvolvimento positivo dos adolescentes, uma vez que se reveste de processos educativos que auxiliam na formação dos sujeitos (CONCEIÇÃO; ONOFRE, 2013; CARNEIRO *et al.*, 2016; TRENTIN; SILVESTRE; AMARAL, 2018). Contudo, foi possível identificar o uso das atividades de lazer como moeda de troca, servindo como um benefício para os adolescentes que têm um bom comportamento e uma forma punitiva, quando se retira as atividades dos ‘rotulados’ indisciplinados (CONCEIÇÃO; ONOFRE, 2013; NOGUEIRA, 2016). O uso do lazer como moeda de troca está em desacordo com o Estatuto da Criança e Adolescente – ECA (BRASIL, 1990) e SINASE (BRASIL, 2006), os quais asseveram a obrigatoriedade da oferta de atividades pedagógicas aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

Mesmo que os estudos tenham apontado algumas Instituições Socioeducativas concebendo o lazer na lógica funcional e utilitarista, foi possível observar no estudo de Trentin, Silvestre e Amaral (2018), que os Agentes Pedagógicos entendem que as práticas de lazer vivenciadas pelos adolescentes em conflito com a lei contribuem para o desenvolvimento da autonomia e cidadania. Porém, percebe-se que os próprios adolescentes não compreendem os potenciais educativos do lazer, fato este evidenciado no estudo de Carneiro *et al.* (2016), onde nenhum entrevistado foi capaz de destacar aspectos formativos do lazer como relevantes para a sua vida. Para os autores esse resultado está intimamente ligado à escassez de oportunidades de acesso aos conteúdos do lazer na trajetória desses adolescentes.

Práticas esportivas e de lazer

Esta categoria de análise subdivide-se em dois focos de discussão, sendo ‘o acesso aos conteúdos, espaços/equipamentos e materiais para prática de esporte e lazer’, bem como ‘os fatores que interferem nas práticas esportivas e de lazer na medida socioeducativa’. Foi possível evidenciar que o acesso aos conteúdos, espaços e equipamentos de esporte e lazer se fazem presentes na medida socioeducativa. Contudo, observa-se que as condições ideais, preconizadas pelo Estatuto da Criança e Adolescente – (ECA) (BRASIL, 1990) e Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – (SINASE) (BRASIL, 2006), ainda necessitam de efetiva aplicação.

Entre as atividades ofertadas nas medidas socioeducativas, além das já desenvolvidas através dos estudos de intervenção, evidenciou-se a predominância dos esportes coletivos tradicionais, como o futebol, futsal, vôlei, basquete e handebol (ANDRADE, 1997; SANIOTO,

2005; OLIVEIRA; GOMES, 2008; KOBAYASHI; ZANE, 2010; CONCEIÇÃO; ONOFRE, 2013; NOGUEIRA, 2016; CARNEIRO *et al.*, 2016; TIELLET *et al.*, 2017; ANTUNES; SILVA, 2018a; SOUZA, 2018; TRENTIN; SILVESTRE; AMARAL, 2018) e, em um Centro de Atendimento Socioeducativo no Centro Oeste até mesmo a prática de natação (OLIVEIRA; GOMES, 2008).

Outras atividades internas foram apontadas pelos adolescentes e profissionais como práticas de lazer, sendo: participar das aulas de educação física, jogar xadrez, videogame, dama, dominó, bozó, jogar bola, praticar capoeira, dança, atividades de canto, pintura, ouvir música e até mesmo assistir televisão (ANDRADE, 1997; SANIOTO, 2005; OLIVEIRA; GOMES, 2008; CONCEIÇÃO; ONOFRE, 2013; NOGUEIRA, 2016; CARNEIRO *et al.*, 2016; TIELLET *et al.*, 2017; SOUZA, 2018). Somente em dois estudos, foi possível identificar que os adolescentes participaram de atividades externas (ANDRADE, 1997; SANIOTO, 2005).

Além das atividades internas já pontuadas, no estudo de Oliveira e Gomes (2008), o qual buscou identificar os jogos e brincadeiras de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em um Centro de Atendimento Socioeducativo de Cuiabá/MT, aponta que os adolescentes brincam/jogam o tempo todo na Instituição, mesmo quando estão nos quartos/celas e até mesmo sendo vigiados pelos Agentes de Segurança Socioeducativo. Dentre as brincadeiras elencadas pelos adolescentes no estudo, além das ditas ‘normais’ e brincadeiras infantis, estão a zoar dos colegas, fazer bagunça/ barulho, luta de boxe, zoar com os orientadores, tacar fogo em colchões e até mesmo rebeliões, o que sinaliza para as tensões e relações de poder existentes nesse contexto (NOGUEIRA, 2016; SOUZA, 2018).

Quanto aos espaços/equipamentos disponíveis para a prática de atividades esportivas e de lazer no contexto das medidas socioeducativas foi possível identificar quadras, pátios, sala de aula, piscina, espaço poliesportivo (ANDRADE, 1997; OLIVEIRA; GOMES, 2008; KOBAYASHI; ZANE, 2010; TIELLET *et al.*, 2017; SOUZA, 2018), bem como um Centro artístico, cultural, esportivo e recreativo para atividades externas (NOGUEIRA, 2016). Contudo, em relação aos materiais disponíveis, os estudos sinalizam para uma oferta restrita (ANDRADE, 1997; CONCEIÇÃO; ONOFRE, 2013; CARNEIRO *et al.*, 2016; TIELLET *et al.*, 2017; SOUZA, 2018). Materiais como bolas para as práticas dos esportes coletivos, mesa de tênis e jogos pedagógicos, o que se configura como uma problemática rotineira do setor público, que mesmo ofertando espaços em determinadas ocasiões, por vezes carece da oferta dos materiais e manutenção dos equipamentos.

Para que as medidas socioeducativas garantam o acesso de qualidade ao esporte e lazer, é necessário que as políticas de atendimento ao adolescente em conflito com a lei realmente se

efetivem nesses contextos. Contudo, importante destacar que vários estudos sinalizam para a escassez de oportunidades em toda trajetória desses sujeitos, antes mesmo de adentrarem a medida socioeducativa (SILVA *et al.*, 2008; CARNEIRO *et al.*, 2016; NOGUEIRA, 2016; TIELLET *et al.*, 2017), os quais não têm acesso a essas práticas em suas comunidades e, quando as têm, são restritas as aulas de Educação Física escolar. Nesse sentido, se considerarmos que a grande maioria dos autores de ato infracional evade da escola precocemente (ASSIS, 1999; OLIVEIRA; ASSIS, 1999; GALLO, 2006; DIAS; ONOFRE, 2010), é possível considerar que os adolescentes adentram ao sistema socioeducativo sem antes terem tido acesso a práticas de esporte e lazer de forma orientada.

Destarte, passamos a analisar os fatores que interferem nas práticas esportivas e de lazer em contextos de medidas socioeducativas. Além dos aspectos relacionados à oferta de conteúdos, espaços e equipamentos já expostos anteriormente, foi possível evidenciar outros fatores que podem se tornar entraves ou facilitadores nesse processo, indo das relações de poder a descontinuidade das ações.

As relações de poder entranhadas nas Instituições que atendem a medida socioeducativa de internação são apontadas como um dos entraves na prática pedagógica (ANDRADE, 1997; NOGUEIRA, 2016; SOUZA, 2018). Essas relações de poder podem ser observadas entre os adolescentes e seus pares, adolescentes e funcionários ou até mesmo pelo controle institucional, o qual busca disciplinar os corpos, manter a ordem vigente e garantir os aspectos relacionados à segurança em detrimento da efetivação de ações pedagógicas preconizadas pelo SINASE (BRASIL, 2006). Tais discussões, relacionadas à segurança e o ‘fazer docente’ em Instituições de Privação de liberdade têm sido palco de vários estudos, os quais sinalizam para a constante preocupação com a segurança e controle institucional, que por sua vez restringem os processos educativos e formativos dos sujeitos (ONOFRE, 2013; ALVES, 2015; GONÇALVEZ *et al.*, 2015).

As restrições das atividades esportivas e de lazer como punição por mau comportamento (CONCEIÇÃO; ONOFRE, 2013; NOGUEIRA, 2016), o não preparo dos profissionais de Educação Física para atuarem nos espaços de privação de liberdade (DOMINGOS, 2014; SOUZA, 2018), o não planejamento participativo, o qual as adolescentes devem se restringir as atividades impostas pela instituição (NOGUEIRA, 2016), a falta de interesse dos adolescentes frente as atividade que geralmente se restringem aos esportes coletivos tradicionais, havendo a necessidade de diversificar tais conteúdos (DOMINGOS, 2014; SOUZA; 2018), resistência em relação ao novo (SANIOTO, 2005; SOUZA, 2018), a falta de instrumentos avaliativos que subsidiem o profissional de Educação Física com indicadores para reflexão contínua sobre a

sua prática, no que se refere à escolha de competências, objetivos, conteúdos e estratégias metodológicas (DOMINGOS, 2014) e a descontinuidade das boas práticas voltadas ao esporte e lazer, em decorrência de mudanças políticas e ideologias partidárias (ANDRADE, 1997; DOMINGOS 2014), são alguns dos fatores apresentados como entraves à prática pedagógica na medida socioeducativa.

Nesse sentido, o estudo de Andrade (1997), o qual analisou as propostas pedagógicas da Educação Física na era FEBEM - SP, no período de 1992 a 1994, através da análise do discurso de três professores da Instituição, verificou que o esporte foi utilizado como forma de propaganda para sociedade, apresentado como um meio de reeducação e reintegração do adolescente, o que demonstra os interesses escusos da política governamental, que se utilizou do fenômeno para autopromover-se. O autor ainda aponta o descontentamento dos professores em atuarem nesse contexto, visto que o ensino da Educação Física tornou-se adaptável as normas e condutas impostas pela Instituição, perdendo sua identidade.

Por fim, o/a profissional de Educação Física é apontado/a como primordial para que as práticas esportivas e de lazer nos contextos de medidas socioeducativas sejam minimamente efetivadas. No entanto, para tal, deve imprimir uma postura educativa e de mediador do processo, favorecendo a ação comunicativa, enquanto agente construtor de uma possível transformação. A qualidade das ações está diretamente ligada ao fazer pedagógico desse profissional (SANIOTO, 2005; SILVA *et al.*, 2008; OLIVEIRA; GOMES, 2008; DOMINGOS, 2014; TIELLET *et al.*, 2017; SOUZA, 2018), o qual tem a responsabilidade de explorar os potenciais formativos destes fenômenos e garantir o direito de acesso aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativa. Somado as suas atribuições, importante considerar que em boa parte de suas trajetórias os adolescentes tiveram seus direitos renegados.

Conclusão

O panorama das produções científicas de uma determinada área é importante para decisões sobre futuras direções na pesquisa, bem como o reconhecimento sistemático do que foi produzido. Assim, nesse estudo o objetivo foi apresentar o panorama de pesquisas relacionadas ao esporte e lazer em contextos de medidas socioeducativas no Brasil. Ante os resultados gerais, conclui-se que poucos são os pesquisadores que se propõem a debuchar sobre a temática. Contudo, mesmo que em passos lentos, observa-se um crescimento de publicações nos últimos anos. Nota-se que o panorama das pesquisas traz lacunas na literatura que necessitam ser preenchidas, como as produções restritas a poucas regiões do país,

predominantemente produzidas em contextos de privação de liberdade e voltadas para os adolescentes do sexo masculino.

As categorias de análise aqui apresentadas demonstram que o esporte e o lazer, quando tratados na lógica da formação integral do indivíduo, se revestem de processos educativos que possibilitam criar ambientes favoráveis ao desenvolvimento positivo dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Porém, registra-se a carência de instrumentos avaliativos que consolidem a utilização desses mecanismos e afirmem seus potenciais benefícios. Percebe-se que em algumas Instituições de Atendimento Socioeducativo ainda impera o caráter funcional e utilitarista concebido ao esporte e ao lazer, que por vezes são utilizados até mesmo como mecanismos de dominação dos corpos no contexto da privação de liberdade. Ainda, os estudos demonstraram que adolescentes em conflito com a lei apresentaram restrito conhecimento sobre os possíveis potenciais do esporte e lazer, o que depaupera o sentido educativo atribuído a estes fenômenos e sinaliza para a falta de acesso à essas políticas públicas na trajetória desses indivíduos.

No que tange as futuras investigações de revisão sistemática, a partir do panorama da pesquisa no Brasil, indicamos a necessidade de ampliar a investigação para a produção científica comunicada em língua inglesa. Pontua-se ainda, a dificuldade em utilizar os termos-chave ao realizar buscas por pesquisas relacionadas ao adolescente em conflito com a lei, visto que alguns estudos ainda utilizam nomenclaturas (menor, jovem infrator, crime) em desuso pelas legislações vigentes. Assim, ocorre a necessidade de atenção dos pesquisadores na escolha dos termos-chave.

Ante a insipiência de estudos aqui evidenciados, faz-se necessário a produção de novas pesquisas que se proponham a abordar a temática, em especial estudos que busquem identificar o acesso e/ou a falta de acesso ao esporte e o lazer na trajetória de adolescentes em conflito com a lei, e sua possível relação com o cometimento de ato infracional. Ao elucidar esta relação, será possível subsidiar políticas preventivas de atendimento ao adolescente, tendo como escopo o esporte e o lazer, que por sua vez são elementos que devem ser garantidos pela Rede de Proteção Integral ao adolescente.

Referências

ALVES, Juliano Cláudio. **O olhar dos agentes socioeducativos sobre as ações pedagógicas e os adolescentes da unidade de internação de Cáceres/MT**. 2015. 118f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2015. Disponível em:

http://portal.unemat.br/media/oldfiles/educacao/docs/dissertacao/2015/Juliano_Claudio_Alves.pdf. Acesso em: 04 out. 2019.

ANDRADE, Marcelo Pereira de. **Educação física na fundação estadual do bem-estar do menor – FEBEM/SP: uma análise da proposta de 1992 a 1994 segundo os discursos dos professores**. 1997. 128f. Dissertação (Mestrado em Educação Física). – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/274812/1/Andrade_MarceloPereirade_M.pdf. Acesso em: 08 jan. 2019.

ANTUNES, Scheila Espindola; SILVA, Otávio Guimarães Tavares. Entendimentos e concepções dos profissionais do CREAS sobre o papel do esporte nas medidas socioeducativas PSC e LA. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Brasília, v. 40, n. 2, p. 170-176, fev. 2018a. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbce/v40n2/0101-3289-rbce-40-02-0170.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2019.

ANTUNES, Scheila Espindola; SILVA, Otávio Guimarães Tavares da. O esporte na ressocialização de jovens em conflito com a lei: um estudo de caso. **Pensar a Prática**, v. 21, n. 1, p. 168-177, jan./mar. 2018b. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/46586/pdf>. Acesso em: 3 jan. 2019.

ASSIS, Simone Gonçalves de. **Traçando caminhos em uma sociedade violenta: a vida de jovens infratores e de seus irmãos não infratores**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292p.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13 de jul. de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 20 jul. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE**. Brasília – DF: CONANDA, 2006. Disponível em: <http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/sinase.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2019.

BRASIL. Lei 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e regulamenta [...]. **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 de jan. 2012.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm. Acesso em: 20 jul. 2019.

CARNEIRO, Kleber Tuxen *et al.* Sobre lazer e possibilidades formativas em adolescentes que cumprem medidas socioeducativas. **Pensar a Prática**, v. 19, n. 4, p. 867-880, out./dez. 2016. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fe/article/view/39672/pdf>. Acesso em: 07 jan. 2019.

CONCEIÇÃO, Willian Lazaretti da; ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. Adolescentes em privação de liberdade: as práticas de lazer e seus processos educativos. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 11, n. 2, p. 573-585, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rlcs/v11n2/v11n2a09.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2019.

COSCIONI, Vinicius *et al.* O cumprimento da medida socioeducativa de internação no Brasil: Uma revisão sistemática da literatura. **Psico**, v. 48, n.3, p. 231-242, 2017. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/revistapsico/ojs/index.php/revistapsico/article/view/24920/pdf>. Acesso em: 12 ago. 2019.

DIAS, Aline Fávaro; ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. A relação do jovem em conflito com a lei e a escola. **Impulso**, v. 20, n. 49, p. 31-42, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/impulso/article/view/870/471>. Acesso em: 21 set. 2019.

DIB, Marina Azôr; BAZON, Marina Rezende; SILVA, Jorge Luiz da. Família e conduta infracional na adolescência: revisão sistemática da literatura. **Perspectivas em Psicologia**, v. 16, n. 1, p.142-159, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/perspectivasempsicologia/article/view/27553/15107>. Acesso em: 15 nov. 2019.

DOMINGOS, Rosangela da Silva. **Pensando e praticando o esporte na medida socioeducativa**: orientações para profissionais de educação física. 2014. 152f. Dissertação (Mestrado em Adolescente em Conflito com a Lei). Universidade Anhanguera de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://repositorio.pgskroton.com/bitstream/123456789/3330/1/Rosangela%20da%20Silva%20Domingos.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2019.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2007.

GALATTI, Larissa Rafaela. **Pedagogia do Esporte**: O livro didático como um mediador no processo de ensino e aprendizagem dos jogos esportivos coletivos. 2006. 139f. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Pós-Graduação da Faculdade de Educação Física da

Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/275218/1/Galatti_LarissaRafaela_M.pdf. Acesso em: 15 jul. 2019.

GALATTI, Larissa Rafaela *et al.* Pedagogia do Esporte: tensão na ciência e o ensino dos Jogos Esportivos Coletivos. **Revista da Educação Física/UEM**, Maringá, v. 25, n. 1, p. 153-162, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/refuem/v25n1/1983-3083-refuem-25-01-00153.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2019.

GALLO, Alex Eduardo; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Adolescentes em conflito com a lei: uma revisão dos fatores de risco para a conduta infracional. **Psicologia: Teoria e Prática**, v.7, n.1, p.81-95, 2005. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v7n1/v7n1a07.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2019.

GALLO, Alex Eduardo. **Adolescentes autores de Ato infracional**: perfil e intervenção. 2006. 300fl. Tese (Doutorado em Educação Especial), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2818/TeseAEG.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 fev. 2019.

GONÇALVES, Hebe Signorini. *et al.* Educação e socioeducação: as possibilidades desse encontro no DEGASE. In: MENDES, Claudia Lucia Silva; JULIÃO, Elionaldo Fernandes; ABDALLA, Janaina de Fátima Silva (Org). **Diversidade, violência e direitos humanos**. Rio de Janeiro: DEGASE, 2015, p. 51-64.

HOLT, Nicholas L. *et al.* A grounded theory of positive youth development through sport based on results from a qualitative meta-study. **International Review of Sport and Exercise Psychology**, v. 10, n.1, 1–49, 2017. DOI: 10.1080/1750984X.2016.1180704.

JIMENEZ, Luciene; MARQUES, Vanda Regina. Revisão integrativa sobre a prática infracional na adolescência (2005/2014). **Estudos da Psicologia**, v. 23, n. 2, p. 111-121, abr./jun. 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epsic/v23n2/a03v23n2.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2019.

KOBAYASHI, Maria do Carmo Monteiro; ZANE, Valéria Cristina. Adolescente em conflito com a lei e suas noções de regras no futsal. **Revista Brasileira de Educação Física**, v.24, n.2, p.195-204, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbefe/v24n2/v24n2a04.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2019.

LEONARDI, Thiago José. *et al.* Pedagogia do esporte: indicativos para o desenvolvimento integral do indivíduo. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, v. 13, n. 1, p. 41-58, ago. 2014. Disponível em:

<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/remef/article/view/3613>. Acesso em: 09 set. 2019.

MACHADO, Gisele Viola; GALATTI, Larissa Rafaela; PAES, Roberto Rodrigues. Pedagogia do esporte e projetos sociais: interlocuções sobre a prática pedagógica. **Movimento**, v. 21, n. 2, p.405-418, abr./jun. 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/48275/34216>. Acesso em: 22 fev. 2019.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudos do Lazer**: uma introdução. Campinas: Autores Associados, 1996.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e Educação**. Campinas, Papirus, 1998.

MELLA, Lisiane Ligia; LIMBERGER, Jéssica; ANDRETTA, Ilana. Políticas Públicas e Adolescentes em Conflito com a Lei: Revisão Sistemática da Literatura Nacional. **Revista Políticas Públicas e Cidades**, v. 3, n.2, 2015. Disponível em: <https://rppc.emnuvens.com.br/RPPC/article/view/10/13>. Acesso em: 17 set. 2019.

NOGUEIRA, Thais de Souza. **A relação entre cultura, esporte, lazer e a medida socioeducativa de internação no Centro Socioeducativo Feminino – CESEF/PARÁ, de 2006 a 2014**. 2016. 70f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Pará, Belém, 2016. Disponível em: <http://cev.org.br/arquivo/biblioteca/4040638.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2019.

NUNES, Mikaella Cristina Antunes; ANDRADE, Anne Graça de Sousa; MORAIS, Normanda Araújo de. Adolescentes em conflito com a lei e família: um estudo de revisão sistemática da literatura. **Contextos Clínicos**, v. 6, n. 2, p. 144-156, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cclin/v6n2/v6n2a08.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2019.

OLIVEIRA, Maruza de Bastos; ASSIS, Simone Gonçalves de. Os adolescentes infratores do Rio de Janeiro e as instituições que os “ressocializam”: A perpetuação do descaso. **Caderno Saúde Pública**, v. 4, n. 5, p-831-844, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v15n4/1023.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2019.

OLIVEIRA, Sônia Cristina de; GOMES, Cleomar Ferreira. Os jogos e brincadeiras de adolescentes privados de liberdade: Uma possibilidade na prática educativa. **Revista da Faculdade de Educação**, n. 9, p. 115-128, jan./jun. 2008.

ONOFRE, Elenice. Maria Cammarosano. Políticas de formação de educadores para os espaços de restrição e de privação da liberdade. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos-SP, v.7, n.1, p.137-158, 2013. Disponível em:

<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/678/240>. Acesso em: 22 ago. 2019.

PAES, Roberto Rodrigues. A pedagogia do esporte e os jogos coletivos. In: ROSE JUNIOR, Dante. **Esporte e atividade física na infância e adolescência**. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 89-98.

REVERDITO, Riller Silva; SCAGLIA, Alcides José; PAES, Roberto Rodrigues. Pedagogia do esporte: panorama e análise conceitual das principais abordagens. **Motriz**, v. 15, n. 3, p. 600-610, jul./set. 2009.

REVERDITO, Riller Silva. **Pedagogia do esporte e modelo bioecológico do desenvolvimento humano**: indicadores para avaliação de impacto em programa socioesportivo. 2016. 209f. Tese (Doutorado em Educação Física). Programa de Pós-graduação em Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/322128/1/Reverdito_RillerSilva_D.pdf. Acesso em: 26 mar. 2018.

REVERDITO, Riller Silva *et al.* Developmental Benefits of Extracurricular Sports Participation among Brazilian Youth. **Perceptual and Motor Skills**, v. 124, n.5, p. 946-960, 2017. DOI: 10.1177 / 0031512517724657.

SAMPAIO, Rosana Ferreira; MANCINI, Marisa Costa. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, v. 11, n. 1, p. 83-89, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbfis/v11n1/12.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2019.

SANIOTO, Henrique. **Contribuindo para a formação humana dos adolescentes da FEBEM por meio da Ginástica Geral**. 2005. 198f. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Programa de Pós-graduação em Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/274914>. Acesso em: 18 jan. 2019.

SCAGLIA, Alcides José; REVERDITO, Riller Silva. Perspectivas pedagógicas do esporte no século XXI. In: NISTA-PICCOLO, Vilma Leni; MOREIRA, Wagner Wey. (Org.). **Educação Física e Esporte no século XXI**. Campinas: Papirus, 2016, v. 1, p. 43-72.

SILVA, Fábio Silvestre *et al.* Futebol Libertário: compromisso social na medida. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 28, n. 4, p. 832-845, out. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v28n4/v28n4a14.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2019.

SILVA, Jorge Luiz da; BAZON, Marina Rezende. Revisão sistemática de estudos sobre os aspectos escolares relacionados ao cometimento de delitos. **Psicologia em Revista**, v. 21, n. 2, p. 273-292, ago. 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v21n2/v21n2a05.pdf>. Acesso em: 19 set. 2019.

SOUZA, Caroline Maciel. **Educação Física na medida socioeducativa de internação**: Um estudo sobre práticas educativas e mecanismos de resistência. 2018. 191f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/9704/SOUZA_Carolina_2018.pdf?sequence=4&isAllowed=y. Acesso em: 06 fev. 2019.

TIELLET, Maria do Horto Salles *et al.* Ações de extensão em um centro de atendimento socioeducativo do Estado de Mato Grosso. **EDUCA - Revista Multidisciplinar em Educação**, v. 4, n. 9, p. 65-78, set./dez. 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/2132/2141>. Acesso em: 17 jan. 2019.

TRENTIN, Dayane Ferraz Lacerda; SILVESTRE, Bruno Modesto; AMARAL, Sílvia Cristina Franco. Juventudes e medida socioeducativa: O olhar dos Agentes Pedagógicos sobre as práticas de lazer. **Pensar a Prática**, v. 21, n. 4, p. 877-889, out./dez. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/50848/pdf>. Acesso em: 27 jan. 2019.

URBAN, Jennifer Brown; LEWIN-BIZAN, Selva; LERNER, Richard. The role of intentional self-regulation, lower neighborhood ecological assets, and activity involvement in youth developmental outcomes. **Journal of Youth and Adolescence**, v. 39, n. 7, 783–800, 2010.

CAPÍTULO II

ESPORTE E LAZER NO PLANO INDIVIDUAL DE ATENDIMENTO DE ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO*

Resumo

Esta pesquisa documental tem por objetivo compreender o acesso ao esporte e lazer na trajetória de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação no Estado de Mato Grosso. Foram analisados 36 Planos Individuais de Atendimento (PIA) de sete Centros de Atendimento Socioeducativo, elaborados entre os anos de 2017-2018 e disponibilizados pela Gestão Estadual do Sistema de Informação para Infância e Adolescência – SIPIA/SINASE/MT. Os dados relacionados aos eixos esporte e lazer foram analisados através da análise de conteúdo. O perfil dos adolescentes retrata os problemas socioeconômicos e de vulnerabilidade social presentes na contemporaneidade. A partir das categorias de análise observou-se a restrita oferta dessas políticas de atendimento na trajetória dos adolescentes. Conclui-se que, o cumprimento da medida socioeducativa de internação propiciou maior acesso aos espaços, equipamentos e conteúdos de esporte e lazer aos adolescentes, se comparado com suas vivências anteriores à aplicação da medida.

Palavras-chave: Adolescente. Esportes. Atividades de Lazer. Vulnerabilidade Social.

Introdução

Nas últimas décadas tem-se observado a crescente criminalização da população jovem advinda de contextos de vulnerabilidade social no Brasil, invisíveis perante as políticas públicas de atenção básica (TEJADAS, 2008; OLIVEIRA; TURECK, 2019). Esses sujeitos ganham notoriedade somente após o cometimento de ato infracional e a aplicação das medidas socioeducativas (ASSIS; CONSTANTINO, 2005), sendo transferido ao adolescente a culpa pelo atual cenário de violência no país (GADEA *et al.*, 2017).

As medidas socioeducativas aplicáveis aos adolescentes autores de ato infracional (advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviço à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação) estão dispostas no ‘Art. 112º’ do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) e devidamente regulamentadas pela Lei 12.594/12 que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) (BRASIL, 1990; 2012). Em relação à medida socioeducativa de internação, contexto que permeia as discussões deste estudo, deve-

* Artigo submetido à Revista Movimento (ESEFID/UFRGS) e aprovado para publicação em 10/06/2020.

se considerar os princípios da ‘brevidade’, relacionada ao tempo de internação, a ‘excepcionalidade’, devendo-se esgotar demais possibilidades de se aplicar outra medida socioeducativa que seja menos gravosa, e ‘o respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento’ (BRASIL, 1990). Desta forma, mesmo presente o aspecto sancionatório, há de prevalecer o caráter pedagógico que potencialize as ações de socioeducação previstas nos programas que executam as medidas socioeducativas.

Dentre as atividades garantidas aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação, figuram o esporte e o lazer, conforme preconizado no SINASE (BRASIL, 2006). O esporte e o lazer compreendidos como fenômenos socioculturais, são dotados de um aspecto comum, o caráter pedagógico que permeia ambos (MARCELLINO, 1998; PIZANE; AMARAL; PAES, 2012; SILVA; MOREIRA, 2018). No entanto, ao passo que estudos apontam estes elementos como vias privilegiadas de educação no contexto da privação de liberdade, também sinalizam para a escassa oferta dessas políticas nas trajetórias desses sujeitos (SANIOTO, 2005; TEJADAS, 2008; CONCEIÇÃO, 2012; DOMINGOS, 2014; NOGUEIRA, 2016; CARNEIRO *et al.*, 2016; TIELLET *et al.*, 2017, SOUZA, 2018, TRENTIN; SILVESTRE; AMARAL, 2018).

O Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de Mato Grosso (2015/2024) (MATO GROSSO, 2014), diz contar com 101 profissionais de nível superior laborando diretamente nas Unidades do Sistema Socioeducativo, dos quais 21 correspondem ao perfil de Educador Físico. Considerando que o Relatório Anual do SINASE de 2017, elaborado pela Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente (BRASIL, 2019), evidencia que o Estado dispunha de oito Centros de Atendimento Socioeducativo (CASE) com 88 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Internação, têm-se a média de um (1) profissional de Educação Física para cada 4,2 adolescentes. Ainda, destaca-se que os Parâmetros da Gestão Pedagógica no Atendimento Socioeducativo, dispõe que os programas que executam as medidas socioeducativas devem garantir espaços para a prática de esportes e atividades de lazer devidamente equipados e em quantidade suficiente para o atendimento dos adolescentes (BRASIL, 2006).

A partir da conjuntura apresentada em relação a trajetória, o adolescente em conflito com a lei estaria fadado ao acesso as políticas de esporte e lazer somente a partir da aplicação da medida socioeducativa? Diante do exposto, este estudo objetiva compreender o acesso ao esporte e lazer de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação no Estado de Mato Grosso. Espera-se que os resultados subsidiem políticas de atendimento ao

adolescente, articuladas por um conjunto de ações governamentais e não governamentais, da União, estados, Distrito Federal e municípios (BRASIL, 1990).

Procedimentos metodológicos

Trata-se de uma pesquisa documental (GIL, 2008) de abordagem qualitativa, a qual utilizou-se de documentos do tipo fonte secundária, a saber, o Plano Individual de Atendimento do Adolescente (PIA). Conforme preconizado no ‘Capítulo IV’ da Lei 12. 594/12 – SINASE (BRASIL, 2012), o PIA é um documento garantido no cumprimento das medidas socioeducativas, como instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente. Especificamente, para a medida socioeducativa de internação, o SINASE estabelece que o documento deve ser elaborado no prazo de até 45 dias da data do ingresso do adolescente, por profissionais que compõem a equipe técnica de referência e a participação direta do adolescente, pais e/ou responsáveis legais.

A elaboração do PIA estrutura-se em três momentos distintos após o adolescente adentrar a medida socioeducativa de internação. A priori, a equipe técnica de referência (Psicólogo, Assistente Social, Educador Físico, profissionais da saúde e educação) realiza o estudo de caso situacional do adolescente, que permite levantar um diagnóstico amplo da trajetória do sujeito. Após o diagnóstico, a equipe elabora a construção de metas a serem desenvolvidas durante o cumprimento da medida socioeducativa, considerando a sondagem de habilidades, aptidões e necessidades apontadas pelos adolescentes e familiares no estudo de caso situacional. Por fim, a equipe técnica realiza o acompanhamento de todo o percurso do adolescente com o objetivo de avaliar o cumprimento da medida socioeducativa em suas diversas áreas (família, profissionalização, educação, religião, saúde, cultura, esporte e lazer).

Aos procedimentos para obtenção dos documentos, a gestão do Sistema de Informação para Infância e Adolescência (SIPIA), que detém e operacionaliza os dados referentes aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação no Estado de Mato Grosso, disponibilizou 36 PIA elaborados entre os anos de 2017 e 2018, oriundos de sete Centros de Atendimento Socioeducativo do Estado que atendem a medida socioeducativa de internação. A escolha dos documentos ocorreu exclusivamente sobre responsabilidade da Gestão do SIPIA/SINASE/MT, de forma aleatória e sem qualquer identificação dos adolescentes e/ou familiares. A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa – CEP - SAÚDE/UFMT (CAAE: 03382918.9.0000.8124) e aprovada no dia 26 de dezembro de 2018, conforme parecer nº 3.102.411.

Análise dos Dados

Os dados relacionados ao perfil dos sujeitos foram extraídos do campo “Estudo de Caso Situacional do Adolescente” do PIA, destarte, sumarizados e expostos em tabela. Para tratarmos os dados específicos aos ‘eixos’ Esporte e Lazer, utilizou-se o método da análise de conteúdo (BARDIN, 2011). Nesse sentido, na primeira fase denominada de pré-análise, realizou-se a leitura flutuante dos documentos - PIA, com o objetivo de sistematizar as ideias iniciais e estabelecer indicadores para interpretação dos dados. Na segunda fase, os dados foram organizados em Unidades de Sentido/Registro, agrupados tematicamente em duas categorias de análise: ‘Acesso às práticas de esporte e lazer antes da aplicação da medida socioeducativa’ e ‘Acesso às práticas de esporte e lazer no cumprimento da medida socioeducativa’. Na terceira fase, realizou-se o tratamento, inferências e interpretação dos dados relacionados às categorias de análise.

Resultados e discussão

A partir do Estudo de Caso Situacional do adolescente contido no PIA, foi possível identificar o perfil de 36 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação no Estado de Mato Grosso (Tabela 1). Em sua maioria, adolescentes do sexo masculino, com idades entre 16 e 17 anos, reincidentes e cumprindo medida socioeducativa de internação pela prática de roubo, usuários de diversos tipos de drogas, com baixa escolaridade e histórico de evasão escolar. Observou-se ainda, o escasso acesso às políticas públicas culturais voltadas a esse público e baixa inserção no mercado de trabalho, que geralmente se restringe à informalidade, o que reflete a quase inexistência de qualificação profissional dos sujeitos.

Tabela 1 - Perfil dos adolescentes

PERFIL	VARIÁVEL	Continua...	
		QTD.	%
Sexo	Masculino	28	77,78%
	Feminino	8	22,22%
Idade	17 anos	17	47,22%
	16 anos	10	27,78%
	15 anos	7	19,44%
	14 anos	2	5,56%
	13 anos	0	0,00%
Uso de Drogas	Usuários	33	91,67%
	Não usuários	3	8,33%
Tipos de drogas utilizadas*	Maconha	-	96,96%
	Cigarro	-	63,63%
	Álcool	-	57,57%
	Cocaína	-	36,36%
	Outras	-	9,09%

Escolaridade	9º Ano Ensino Fundamental	9	25%
	1º Ano Ensino Médio	8	22,22%
	8º Ano Ensino Fundamental	6	16,66%
	7º Ano Ensino Fundamental	5	13,89%
	6º Ano Ensino Fundamental	3	8,33%
	Não informado	2	5,56%
	5º Ano Ensino Fundamental	1	2,78%
	2º Ano do Ensino Médio	1	2,78%
	Não preenchido	1	2,78%
Histórico de evasão escolar	Evadidos	30	83,33%
	Não evadidos	6	16,67%
Inserção no mercado de trabalho	Nunca trabalhou	21	58,33%
	Já trabalhou	15	41,67%
Cursos profissionalizantes	Nenhum curso	27	75%
	Já realizou	9	25%
Acesso a atividades culturais	Nenhum	22	61,11%
	Escasso	14	38,89%
Ato infracional cometido	Roubo	19	52,78%
	Não informado	8	22,22%
	Homicídio	5	13,89%
	Tráfico de drogas	3	8,33%
Reincidência de ato infracional	Tentativa de homicídio	1	2,78%
	Reincidentes	25	69,44%
	1º ato infracional	7	19,44%
	Não informado	4	11,12%

Fonte: Elaborada pelo autor.

Nota: * Houve adolescentes que manifestaram utilizar mais de um tipo de droga

Os dados aqui expostos dialogam com os resultados de outras pesquisas que identificaram o perfil e trajetórias de adolescentes em conflito com a lei em diferentes contextos de medidas socioeducativas e regiões do país (FEIJÓ; ASSIS, 2004; ASSIS; CONSTANTINO, 2005; TEJADAS, 2008; GALLO; WILLIAMS, 2008; ZAPPE; RAMOS, 2010; JIMENEZ; MARQUES, 2018; OLIVERA; OLIVEIRA, 2019). Tais estudos evidenciam a escassa oferta de políticas de atenção básica na trajetória dos adolescente (escolarização, saúde, segurança, cultura, esporte e lazer), onde a associação desses fatores os expõem à contextos de vulnerabilidade que podem se configurar como possíveis riscos ao cometimento de ato infracional.

Aspectos do ambiente familiar também foram evidenciados na trajetória de vida desses sujeitos (Tabela 2). Em suma, adolescentes advindos de famílias monoparentais de baixa renda, com histórico de envolvimento com a criminalidade e pouco acesso aos programas assistenciais do governo. Nessa esteira, os resultados do estudo de Dib, Bazon e Silva (2012), apontam que certos fatores estáticos inerentes à família, como a monoparentalidade e histórico de criminalidade por parte de membros da família, constituem-se como fatores de risco a delinquência juvenil. Entretanto, considerando que o ambiente familiar também pode configurar-se como um fator de proteção à conduta infracional (DIB; BAZON; SILVA, 2012;

NUNES; ANDRADE; MORAIS, 2013), faz-se necessário à articulação de políticas de atendimento a ambos, seja antes e/ou durante o cumprimento de medida socioeducativa.

Tabela 2 - Aspectos relacionados às famílias dos adolescentes

PERFIL	VARIÁVEL	QTD.	%
Composição familiar	Família Monoparental	18	50%
	Família Extensa	7	19,45%
	Família Nuclear	3	8,33%
	Reside sozinho	3	8,33%
	Reside com companheiro (a)	3	8,33%
	Reside com amigos	2	5,56%
Renda familiar	1 a 2 salários mínimos	17	47,22%
	2 a 3 salários mínimos	9	25%
	Ignorado	7	19,44%
	Menos de 1 salário mínimo	2	5,56%
Famílias inseridas em Programas Assistenciais do Governo	Mais de 3 salários mínimos	1	2,78%
	Não inseridas	27	75%
	Inseridas	9	25%
Histórico de envolvimento com a criminalidade	Não informado	20	55,56%
	Envolvidas	16	44,44%

Fonte: elaborado pelo autor.

Acesso às práticas de esporte e lazer antes da aplicação da medida socioeducativa.

Esta categoria de análise relaciona-se com as manifestações dos adolescentes acerca de suas vivências/experiências anteriores com as práticas esportivas (Tabela 3) e de lazer (Tabela 4), a qual compõe a parte diagnóstica do PIA elaborada pelos Profissionais de Educação Física dos Centros de Atendimento Socioeducativo de Mato Grosso.

Tabela 3 - Manifestações dos adolescentes sobre as práticas de esporte vivenciadas

MANIFESTAÇÕES*	%
Não praticavam nenhum esporte	44,44%
Futebol	19,44%
Praticavam somente na escola	16,67%
Futsal	13,89%
Jogar bola na rua	13,89%
Praticavam esportes em Projetos Socioesportivos	11,11%
Basquete	5,56%
Vôlei	2,78%
Judô	2,78%
Capoeira	2,78%
Taekwondo	2,78%

Fonte: elaborado pelo autor.

Nota: * Houve adolescentes que manifestaram vivenciar mais de uma atividade esportiva.

Chama atenção o percentual de adolescentes que declararam nunca terem praticado algum tipo de esporte (n=44,44%). Dentre os principais motivos declarados estão à falta de

acesso a espaços e equipamentos de esporte em suas comunidades, o envolvimento com o mundo do crime e o próprio desinteresse. A falta de acesso a essas políticas restringem as possibilidades dos adolescentes ressignificarem suas trajetórias, uma vez que não são oportunizados meios que ofereçam experiências de interação e sociabilidade para além das já vivenciadas em suas comunidades, com altos índices de violência (TEJADAS, 2008; GADEA *et al.*, 2017).

A prevalência dos esportes coletivos tradicionais, como o futebol e futsal também foram evidenciados nas trajetórias dos adolescentes, sinalizando para um repertório restrito de conteúdos vivenciados. Este restrito conhecimento sobre tais conteúdos depauperam as concepções dos adolescentes sobre o que realmente é esporte, como observado em algumas manifestações, que apontaram o simples fato de ‘jogar bola na rua’ (n=13,89%). Nesse sentido, considerando o esporte quanto conteúdo da Educação Física escolar, os adolescentes deveriam ter acesso a um ensino diversificado de conteúdos, ampliando suas concepções e possibilidades (PAES; BALBINO, 2009; SCAGLIA; REVERDITO; GALATTI, 2014; REVERDITO *et al.*, 2016a).

A escola enquanto um espaço formativo do indivíduo tem se constituído como um dos poucos espaços que ainda propiciam vivências esportivas aos sujeitos, conforme observado nas manifestações dos adolescentes (n=16,67%). Porém, a evasão escolar evidenciada nesta pesquisa (n=83,33%), torna-se um entrave para consolidação dessas práticas. Estudos têm apontado que a maioria dos adolescentes em conflito com a lei evade precocemente da escola e adentram as medidas socioeducativas com significativa defasagem escolar (DIAS; ONOFRE, 2010; BAZON; SILVA; FERRARI, 2013; SILVA; BAZON, 2015), consequentemente, este fato restringe suas vivências esportivas que, em tese, deveriam acontecer de forma orientada no contexto escolar.

Para além da escola, os projetos socioesportivos constituem-se em espaços privilegiados ao propiciarem vivências esportivas aos adolescentes. Contudo, uma pequena parcela dos sujeitos da pesquisa teve acesso (n=11,11%). Insta salientar que o cumprimento das medidas socioeducativas em meio aberto, ‘Prestação de Serviço à Comunidade (PSC)’ e ‘Liberdade Assistida (LA)’, sob responsabilidade dos municípios, através dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), preveem a inserção dos adolescentes em projetos socioesportivos. Diante do exposto, considerando o alto índice de reincidência evidenciada nessa pesquisa (n=69,44%), pode-se inferir que esses sujeitos somente tiveram acesso a tais projetos por estarem cumprindo alguma medida socioeducativa anterior a internação.

Segundo Machado, Galatti e Paes (2012, p. 165), “[...] os projetos sociais neste século XXI, configuram-se como uma prática cultural legitimada pela sociedade, pelo Estado e pelo mercado”. Entretanto, tem-se observado a descontinuidade desses projetos socioesportivos, que duram por curtos períodos e prejudicam o atendimento as crianças e adolescentes por questões que perpassam por interesses da gestão pública, capacidade gestora (recursos humanos e técnicos especializados) e parcerias público-privadas (REVERDITO *et al.*, 2016b; MACHADO *et al.*, 2017), limitando ainda mais o acesso a tais práticas por parte dos adolescentes em conflito com a lei.

Quanto às vivências de lazer manifestadas pelos adolescentes, o panorama também apresenta um restrito repertório de conteúdos, espaços e equipamentos públicos disponibilizados aos sujeitos (Tabela 4), o que prejudica consideravelmente a ‘educação para e pelo lazer’ (MARCELLINO, 1996; 1998).

Tabela 4 - Manifestações dos adolescentes sobre as atividades de lazer vivenciadas

MANIFESTAÇÕES	%	MANIFESTAÇÕES	%
Banho de rio	27,78%	Acesso em Projetos Sociais	5,56%
Jogar bola na rua	22,22%	Dançar	5,56%
Não reconhece nenhuma atividade	19,44%	Frequentar balneários	2,78%
Festas noturnas	16,67%	Ouvir música	2,78%
Videogame	13,89%	Andar de bicicleta	2,78%
Cinema	11,11%	Acessar internet	2,78%
Passear na praça	11,11%	Tomar banho de piscina	2,78%
Encontros com amigos	11,11%	Capoeira	2,78%
Encontros familiares	8,33%	Ir ao zoológico	2,78%
Clubes	8,33%	Andar de skate	2,78%
Assistir TV	5,56%	Soltar pipa	2,78%
Ficar na rua	5,56%	Ler livros	2,78%
Assistir filme em casa	5,56%	Acesso através da Escola	2,78%

Fonte: elaborado pelo autor.

Nota: Houve adolescentes que manifestaram vivenciar mais de uma atividade de lazer.

De acordo com Marcellino (1996), ao considerar o lazer como via e objeto de educação, é necessário que os sujeitos sejam oportunizados a vivenciarem e se satisfazerem com os diferentes interesses abrangidos pelos conteúdos do lazer, sejam os artísticos, os intelectuais, os físicos, os manuais, os turísticos e sociais. Para tanto, o autor enfatiza que as pessoas “sejam estimuladas a participar e recebam o mínimo de orientação que lhes permitam a opção” (MARCELLINO, 1996, p. 17), o que está em desacordo com os resultados encontrados.

Observa-se que as manifestações de lazer mais citadas pelos adolescentes, ‘banho de rio’ (n=27,78%) e ‘jogar bola na rua’ (n=22,22%), estão relacionadas ao conteúdo de interesses físicos no tempo livre, que se desenrolam no cotidiano desses sujeitos sem qualquer orientação

quanto aos potenciais educativos do lazer. Na perspectiva do lazer segundo Marcellino (1996; 1998), como via e objeto de educação, a oportunidade de uma orientação mediadora poderia oferecer aos adolescentes uma experiência crítica, criativa e consciente, por conseguinte, oferecendo oportunidades para a formação de sujeitos autônomos e reflexivos, capazes de ressignificar seus modos de vida. Depois, a ocupação do tempo livre é reforçada sem a presença de um/a animador/a sociocultural, com destaque para as festas noturnas, videogame, cinema, passear na praça e encontrar com amigos.

Os animadores socioculturais são profissionais advindos de distintas áreas de atuação profissional (Pedagogia, Educação Física, Hotelaria, Turismo, dentre outros) e, ao assumirem postura de mediadores frente a tais práticas, tornam-se fundamentais para a democratização dos diferentes conteúdos do lazer através das relações estabelecidas com seu público (MARCELLINO *et al.*, 2007; MARIANO; MARCELLINO, 2011). Desta forma, vislumbra-se que os contextos escolares e de projetos sociais são ambientes férteis para que a animação cultural possa se concretizar. Entretanto, apenas 5,56% dos adolescentes manifestaram terem tido acesso as práticas de lazer em projetos sociais e, surpreendentemente, somente 2,78% dos adolescentes declararam terem vivenciado práticas de lazer na escola. Este resultado nos permite destacar uma (a) escassa oferta de conteúdos diversificados de lazer nas trajetórias escolares de adolescentes em conflito com a lei e (b) dificuldade dos adolescentes em articularem suas concepções ante o fenômeno (CONCEIÇÃO, 2012; CARNEIRO *et al.*, 2016). Estes fatores podem elucidar o número expressivo de adolescentes que não reconhecem práticas de lazer antes da aplicação da medida socioeducativa de internação (n= 19,44%).

Houve também manifestações consideráveis a respeito dos interesses sociais, caracterizados pelo convívio social, como frequentar festas noturnas (n=16,67%), encontros com amigos (n=11,11%) e familiares (n=8,33%). Chama a atenção constatar que uma parcela significativa de adolescentes frequentava festas noturnas, ampliando a situação de exposição a fatores mobilizadores de riscos sociais, como a ingestão de bebidas alcoólicas e drogas ilícitas. Nesse viés, estudo realizado com 63 adolescentes dos Centros de Atendimento Socioeducativo do Estado de Mato Grosso, identificou que uma grande parcela dos entrevistados fazia uso de álcool (n=65%) e declararam usar drogas (n=60%) antes da aplicação da medida socioeducativa, geralmente quando se reuniam com colegas em festas noturnas (OLIVERA; OLIVEIRA, 2019). Importante enfatizar que esses adolescentes, invisíveis aos olhos da sociedade, por vezes buscam seu protagonismo e pertencimento junto aos seus pares, que já apresentam histórico de envolvimento com as drogas e conduta infracional (JIMENEZ;

MARQUES, 2018; KOSTULSKI *et al.*, 2019; OLIVEIRA; TURECK, 2019), o que poderia explicar o fato de 91,67% dos sujeitos desta pesquisa serem usuários.

Outros conteúdos relacionados aos interesses artísticos, manuais, turísticos e intelectuais foram manifestados com menor expressividade. Insta registrar a baixa adesão à leitura, inerente aos interesses intelectuais (n=2,78%). Este fato reafirma o fenômeno da evasão e significativa defasagem escolar entre adolescentes em conflito com a lei.

As restritas vivências de conteúdos do lazer aqui evidenciadas estão intrinsecamente relacionadas a escassa oferta de espaços e equipamentos públicos disponibilizados para essa população, advinda de contextos de vulnerabilidade social. Essa população geralmente se vê obrigada a migrar para as partes periféricas das cidades, o que dificulta o acesso aos espaços e equipamentos públicos específicos de lazer, considerando a centralização dos equipamentos em regiões com maior infraestrutura (MARCELLINO; BARBOSA; MARIANO, 2006; REVERDITO *et al.*, 2012). Para Marcellino, Barbosa e Mariano (2006), a situação se agrava com a expansão da criação de novos espaços de lazer no ambiente urbano por parte da iniciativa privada, onde a maioria da população não dispõe de condições financeiras para frequentar, ficando a mercê da agenda de políticas de governo.

Acesso às práticas de esporte e lazer no cumprimento da medida socioeducativa.

Esta categoria de análise relaciona-se com as atividades de esporte (Quadro 1) e de lazer (Quadro 2), disponibilizadas aos adolescentes durante o cumprimento da medida socioeducativa de internação. Compõe os campos ‘Construção de Metas com o adolescente a partir do Estudo de Caso Situacional’ e ‘Acompanhamento do Percurso do Adolescente’, contidos no PIA, elaborados pela Equipe Técnica de Referência dos Centros de Atendimento Socioeducativo do Estado de Mato Grosso.

Quadro 1 – Atividades de esporte evidenciadas na medida socioeducativa

Práticas esportivas nas aulas de Educação Física
Escolinha de Futebol dentro do CASE
Basquete
Futsal
Vôlei
Natação
Tênis de Mesa
Orientação profissional sobre a importância dos aspectos físico, social e afetivo do esporte.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir dos resultados, foi possível identificar a oferta de conteúdos de esporte disponibilizados aos adolescentes. Entretanto, observa-se a prevalência dos esportes coletivos tradicionais e a falta de diversificação dessas atividades na medida socioeducativa de internação, já apontado por outro estudo no contexto da privação de liberdade (SOUZA, 2018). Para a autora, a não oferta de outras possibilidades esportivas desestimulam os adolescentes em participarem das aulas e, por vezes, somente participam com o intuito de serem bem avaliados no relatório psicossocial elaborado pela Equipe de Referência.

O SINASE (BRASIL, 2006, p. 60) preconiza que os programas que executam as medidas “devem garantir que as atividades esportivas de lazer e culturais previstas no projeto pedagógico sejam efetivamente realizadas, assegurando assim que os espaços físicos destinados às práticas esportivas, de lazer e cultura sejam utilizados pelos adolescentes”. Os CASE devem efetivar o Projeto Político Pedagógico, a fim de subsidiar suas ações e garantir a diversificação de tais conteúdos aos adolescentes, seja nas atividades internas quanto nas externas, que muitas vezes são cerceadas pelas concepções exacerbadas de segurança em detrimento das ações pedagógicas, entremeadas nesses espaços de privação de liberdade (ALVES, 2015).

Quanto aos espaços, equipamentos e materiais de esporte, a partir dos conteúdos evidenciados, sugere-se que estes estejam minimamente disponibilizados para a efetivação das atividades. De acordo com o Plano Decenal do Atendimento Socioeducativo do Estado de Mato Grosso (2015/2024) (MATO GROSSO, 2014), dos sete CASE existentes à época, três dispunham de espaços e equipamentos adequados para a prática de esportes e de lazer. Contudo, o referido documento não especifica quais as Unidades com espaços adequados a tais práticas.

Os CASE devem oferecer espaços e equipamentos de esporte e de lazer aos adolescentes. Entretanto, por vezes, as atividades acontecem em espaços improvisados, como os pátios das Unidades, denominados como espaço para o ‘banho de sol’ dos internos, o que está em desacordo com o preconizado pelo SINASE (BRASIL, 2006). Conforme esse dispositivo jurídico, especificamente nos Parâmetros da Gestão Pedagógica no Atendimento Socioeducativo (item 6.2.1), assevera que os programas que executam a medida socioeducativa de internação devem assegurar, dentre outros, o “espaço para prática de esporte e atividades de lazer e cultura devidamente equipados e em quantidade suficiente para o atendimento de todos os adolescentes” (BRASIL, 2006, p. 50). Esse mesmo dispositivo jurídico ainda estabelece nos Parâmetros Arquitetônicos para Unidades de Atendimento Socioeducativo (item 7), que os programas devem prever para o atendimento dos adolescentes, dentre outros, espaços como campo de futebol e quadra poliesportiva coberta.

Ao analisar o acesso dos adolescentes às práticas de esportes anteriores e posteriores à aplicação da medida socioeducativa de internação, mesmo que não garantidas às condições ideais previstas nas legislações vigentes, evidencia-se que a medida socioeducativa de internação no Estado de Mato Grosso foi capaz de propiciar o acesso a tais práticas, haja vista os espaços, equipamentos e conteúdos com orientação profissional disponibilizados nesse contexto. Essa situação pode ser considerada a partir do número de profissionais (n=21) de Educação Física disponíveis para atender os adolescentes no sistema, de acordo com o Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de Mato Grosso (2015/2024) (MATO GROSSO, 2014), e a exigência desses espaços para as práticas de esporte e atividades de lazer no cumprimento da medida socioeducativa de internação, preconizado pelo SINASE (BRASIL, 2006). A este cenário, alia-se ao fato de os adolescentes também contarem com a orientação de professores de Educação Física advindos das Escolas ligadas a Secretaria de Estado de Educação, responsável pela escolarização formal.

Nesta esteira, um estudo realizado junto a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação no CASE de Cuiabá, identificou que os adolescentes reconhecem que a medida socioeducativa proporcionou maior acesso à escola e, conseqüentemente, o atendimento na área da saúde, atividades culturais e esportivas (MIRANDA, 2019). Este achado nos remete ao quão restrito é o acesso às práticas esportivas na trajetória desses adolescentes antes da aplicação da medida socioeducativa, sinalizada também por outros estudos (TEJADAS, 2008; SILVA *et al.*, 2008; NOGUEIRA, 2016; TIELLET *et al.*, 2017; ANTUNES; SILVA, 2018).

É oportuno pontuar o alcance que o esporte detém no desenvolvimento humano em diferentes cenários, ocupando posição de destaque em distintas instituições e setores da sociedade (REVERDITO, 2016; REVERDITO *et al.*, 2018; SILVA; MOREIRA, 2018). Estudos de intervenção em contextos de medidas socioeducativas que se utilizaram do esporte a partir de seu caráter pedagógico (engajamento em atividade significativa, autorregulação do comportamento, respeito as regras, valores) identificaram o desenvolvimento de competências e atitudes (conexão com os pares, autoeficácia, disposição para envolvimento ativo nas atividades, reconhecimento das diferenças, engajamento social) por parte dos adolescentes, tornando-os sujeitos críticos e capazes de ressignificar suas trajetórias (SANIOTO, 2005; SILVA *et al.*, 2008; TIELLET *et al.*, 2017). No entanto, é fulcral que o ambiente cooperativo, onde as relações interpessoais se desenrolam, sobressaia ao ambiente coercitivo, caracterizado pela imposição de regras, centradas na figura de uma autoridade (MONTAGNER, 2018),

frequentemente presenciado no contexto da privação de liberdade, tornando-se um entrave para a prática docente nesses espaços.

Quanto às práticas de lazer disponibilizadas aos adolescentes durante o cumprimento da medida socioeducativa de internação nos CASE do Estado de Mato Grosso, foi possível identificar predominantemente conteúdos inerentes aos interesses artísticos/estético, como aulas de percussão, violão, projetos de cinema, pintura e música, que abrangem todas manifestações artísticas e busca a beleza e o encantamento (MARCELLINO, 1996). Além de outros conteúdos de lazer disponibilizados aos adolescentes, caracterizados pelos interesses físicos (atividades esportivas e recreativas nas aulas de Educação Física) e manuais (confecção de artesanatos e projeto horta), vale destacar a relevância da prática de leitura inerente aos interesses intelectuais nesses espaços de privação de liberdade, por garantir o retorno e acesso à escolarização daqueles que tiveram suas trajetórias marcadas pela evasão e defasagem escolar.

Quadro 2: Atividades de Lazer evidenciadas na medida socioeducativa

Atividades de lazer no recreio dirigido
Aulas de percussão
Aulas de violão
Atividades recreativas nas aulas de Educação Física
Jogos pedagógicos
Jogos de tabuleiro
Jogos pré-desportivos
Orientação profissional sobre a importância do lazer
Projeções de filmes
Projeto cine arte
Projeto de pintura
Projeto de leitura
Projeto horta
Projeto de Musicoterapia
Torneios de xadrez
Confecção de artesanato

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os dados apresentados elucidam que os adolescentes tiveram um maior acesso aos conteúdos de lazer durante o cumprimento da medida socioeducativa de internação, se comparado com a oferta destes em suas trajetórias anteriores. Insta registrar que essa oferta de conteúdos diversificados de lazer com a presença de mediadores (ou animadores socioculturais), deve-se, em grande parte, pelas parcerias que o Sistema Socioeducativo realiza com entidades externas, como a Escola, Instituições religiosas, Instituições de Ensino Superior, Poder Judiciário, dentre outros, garantindo minimamente os aspectos da intersetorialidade preconizada pelo SINASE (BRASIL, 2012).

Constatar que somente após o cometimento de ato infracional e a aplicação da medida socioeducativa estes sujeitos gozem de seus direitos, os quais deveriam ter acesso antes mesmo da aplicação da medida socioeducativa, é no mínimo intrigante do ponto de vista das políticas públicas. Oportuno ponderar que não se trata de desconsiderar a relevância social que as políticas desenvolvidas pelos programas de atendimento socioeducativo detêm no processo de socioeducação desses indivíduos, mas sim em questionar os motivos do fracasso interinstitucional frente as políticas públicas preventivas aos adolescentes, que de certa forma poderiam tolher o cometimento de ato infracional, a partir das relações e reciprocidade que tais ambientes podem ofertar a esses sujeitos, possibilitando superar as adversidades presentes nos contextos os quais estão inseridos (POLETTTO; KOLLER, 2008).

De fato, é evidente que os conteúdos de lazer estão minimamente garantidos aos adolescentes no contexto pesquisado. Marcelino (1996), destaca que os aspectos da atitude, relacionado à forma que o sujeito interage e satisfaz com a atividade, e o tempo, inerente ao tempo disponível das obrigações sociais, aliados ao caráter lúdico e de livre escolha, circundam e caracterizam as atividades do lazer. Nesse sentido, considerando as relações de poder que permeiam tais atividades nesses contextos (CONCEIÇÃO, 2012; NOGUEIRA, 2016; SOUZA, 2018), difícil seria imaginar a livre escolha das atividades e um ambiente lúdico onde os adolescentes são vigiados 24 horas do dia.

A relação entre a livre escolha das atividades e ambiente lúdico é destacado no estudo de Oliveira e Gomes (2008). Ao analisarem os jogos e brincadeiras dos adolescentes privados de liberdade em um CASE do Estado de Mato Grosso, os autores observaram que os adolescentes percebem a quadra, piscina, pátio e sala de aula, como espaços disponíveis para se jogar. Entretanto, quando questionados sobre os espaços que mais brincavam/jogavam, responderam que os faziam no quarto/cela. Provavelmente por se tratar de um espaço fechado, onde a vigilância não se faz a todo o momento, conseguiam por alguns instantes se entregarem ao jogo.

Outra problemática que se configura como entrave nos processos educativos do lazer no contexto da privação de liberdade é a retirada das atividades como punição para os adolescentes considerados indisciplinados (CONCEIÇÃO, 2012). Esta prática está em desacordo com os dispositivos jurídicos inerentes ao atendimento socioeducativo, que garantem a oferta dessas atividades no processo de socioeducação. No Estado de Mato Grosso, a partir da normatização do Conselho Socioeducador, formado por profissionais de diferentes perfis, com o objetivo de analisar e deliberar sobre as sanções aplicáveis aos adolescentes que cometem infrações nos CASE, houve o entendimento de que as atividades escolares, culturais, esportivas e de lazer,

não devem ser retiradas, respeitando a legislação vigente e garantindo minimamente o acesso as ações pedagógicas disponibilizadas.

Conclusão

A presente pesquisa evidencia a escassez de políticas de atendimento intersetorial ao adolescente, intimamente relacionada à falta de articulação da rede de proteção. Nota-se que o perfil dos sujeitos da pesquisa representa uma grande parcela da sociedade brasileira, que na atual conjuntura do país é alcançada por um sistema político e econômico excludente. A partir das categorias de análise conclui-se que, em relação às trajetórias dos adolescentes, o cumprimento da medida socioeducativa de internação no estado de Mato Grosso consegue assegurar maior acesso às práticas de esporte e de lazer, seja pelo repertório de conteúdos com orientação profissional e/ou espaços e equipamentos disponibilizados nos CASE, considerando os Parâmetros da Gestão Pedagógica no Atendimento Socioeducativo disposto no SINASE. Tal conclusão revela obstáculos para o acesso às políticas de esporte e lazer na trajetória dos sujeitos da pesquisa, anterior ao ingresso no sistema, o que se agrava ainda mais com a constatação dos altos índices de evasão escolar desses adolescentes.

Consideramos como limitações deste estudo a ausência da análise das práticas pedagógicas dos profissionais de Educação Física no contexto da privação de liberdade e, também, o fato das manifestações dos adolescentes sobre as práticas de esporte e lazer em suas trajetórias serem autodeclarativas e transcritas para o PIA. Assim, faz-se necessário à produção de novos estudos, sobretudo em relação as práticas pedagógicas desenvolvidas nesses espaços de privação de liberdade, bem como investigar *in loco* os contextos dos quais são advindos esses adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação.

Este estudo oferece informações que poderão subsidiar a articulação dos entes federativos no que tange à elaboração de políticas preventivas de atendimento ao adolescente. O esporte e lazer em suas múltiplas dimensões, reconhecidos como direito social e tratados pedagogicamente, poderão oferecer aos jovens a oportunidade para mudar o curso de suas vidas e dos ambientes em que estão inseridos.

Referências

ALVES, Juliano Cláudio. **O olhar dos agentes socioeducativos sobre as ações pedagógicas e os adolescentes da unidade de internação de Cáceres/MT**. 2015. 118f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2015. Disponível em:

[http://portal.unemat.br/media/oldfiles/educacao/docs/dissertacao/2015/Juliano Claudio Alves .pdf](http://portal.unemat.br/media/oldfiles/educacao/docs/dissertacao/2015/Juliano_Claudio_Alves.pdf). Acesso em: 04 out. 2019.

ANTUNES, Scheila Espindola; SILVA, Otávio Guimarães Tavares da. O esporte na ressocialização de jovens em conflito com a lei: um estudo de caso. **Pensar a Prática**, v. 21, n. 1, p. 168-177, jan./mar. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/46586/pdf>. Acesso em: 3 jan. 2019.

ASSIS, Simone Gonçalves de; CONSTANTINO, Patrícia. Perspectivas de prevenção da infração juvenil masculina. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. 1, p. 81-90, jan./mar. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n1/a08v10n1.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAZON, Marina Resende; SILVA, Jorge Luíz da; FERRARI, Renata Martins. Trajetórias escolares de adolescentes em conflito com a lei. **Educação em Revista**, v. 29, n. 2, p. 175-199, jun. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v29n2/08.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2019.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13 de jul. de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 20 jan. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE**. Brasília – DF: CONANDA, 2006. Disponível em: <http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/sinase.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2020.

BRASIL. Lei 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e regulamenta [...]. **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 de jan. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm. Acesso em: 20 jan. 2020.

BRASIL. Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Relatório Anual do SINASE 2017**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/LevantamentoAnualdoSINASE2017.pdf>. Acesso em: 29 fev. 2020.

CARNEIRO, Kleber Tuxen *et al.* Sobre lazer e possibilidades formativas em adolescentes que cumprem medidas socioeducativas. **Pensar a Prática**, v. 19, n. 4, p. 867-880, out./dez. 2016.

Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/39672/pdf>. Acesso em: 07 jan. 2019.

CONCEIÇÃO, Willian Lazaretti da. **Lazer e adolescente em privação de liberdade: um diálogo possível?**. 2012. 145f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2630/4535.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 27 jan. 2019.

DIAS, Aline Fávaro; ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. A relação do jovem em conflito com a lei e a escola. **Impulso**, v. 20, n. 49, p. 31-42, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/impulso/article/view/870/471>. Acesso em: 21 set. 2019.

DIB, Marina Azôr; BAZON, Marina Rezende; SILVA, Jorge Luiz da. Família e conduta infracional na adolescência: revisão sistemática da literatura. **Perspectivas em Psicologia**, v. 16, n. 1, p.142-159, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/perspectivasempsicologia/article/view/27553/15107>. Acesso em: 15 nov. 2019.

DOMINGOS, Rosangela da Silva. **Pensando e praticando o esporte na medida socioeducativa**: orientações para profissionais de educação física. 2014. 152f. Dissertação (Mestrado em Adolescente em Conflito com a Lei) - Universidade Anhanguera de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://repositorio.pgsskroton.com/bitstream/123456789/3330/1/Rosangela%20da%20Silva%20Domingos.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2019.

FEIJÓ, Maria Cristina; ASSIS, Simone Gonçalves. O contexto de exclusão social e de vulnerabilidade de jovens infratores e de suas famílias. **Estudos de Psicologia**, v. 9, n. 1, p. 157-166, abr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v9n1/22391.pdf>. Acesso em: 18 out. 2019.

GADEA, Carlos Alfredo *et al.* Trajetórias de jovens em situação de vulnerabilidade social: sobre a realidade juvenil, violência intersubjetiva e políticas para jovens em Porto Alegre – RS. **Sociologias**, v. 19, n. 45, p. 258-299, maio/ago. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/v19n45/1517-4522-soc-19-45-00258.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2020.

GALLO, Alex Eduardo; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. A escola como fator de proteção à conduta infracional de adolescentes. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 133, p. 41-59, jan./abr. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v38n133/a03v38n133.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JIMENEZ, Luciene; MARQUES, Vanda Regina. Revisão integrativa sobre a prática infracional na adolescência (2005/2014). **Estudos da Psicologia**, v. 23, n. 2, p. 111-121, abr./jun. 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epsic/v23n2/a03v23n2.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2020.

KOSTULSKI, Camila Almeida *et al.* Adolescência, violência e invisibilidade social: uma revisão crítica a partir da história de Sandro. **Revista Sociais & Humanas**, v. 32, n. 3, p. 161-172, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/26823/pdf>. Acesso em: 25 fev. 2020.

MACHADO, Gisele Viola *et al.* A análise da Evolução das Políticas Públicas em Esporte Educacional no Brasil. **Revista Ciências Humanas – UNITAU**, v. 10, n. Extra, p. 103-115, out. 2017. Disponível em: <https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/406/228>. Acesso em: 04 jan. 2020.

MACHADO, Gisele Viola; GALATTI, Larissa Rafaela; PAES, Roberto Rodrigues. Seleção de conteúdos e procedimentos pedagógicos para o ensino do esporte em projetos sociais: reflexões a partir dos jogos esportivos coletivos. **Motrivivência**, n. 39, p. 164-176, dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2012v24n39p164/23401>. Acesso em: 11 mai. 2019.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudos do Lazer**: uma introdução. Campinas: Autores Associados, 1996.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e Educação**. 4. ed. Campinas: Papirus, 1998.

MARCELLINO, Nelson Carvalho; BARBOSA, Felipe Soligo; MARIANO, Stéphanie Helena. As cidades e o Acesso aos Espaços e Equipamentos de Lazer. **Impulso**, v.17, n. 44, p. 55-66, 2006.

MARCELLINO, Nelson Carvalho *et al.* **Políticas Públicas de Lazer – formação e desenvolvimento de pessoal**: os casos de Campinas e Piracicaba-SP. 1 ed. Curitiba: OPUS, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/128012/politicasPublicas.pdf?sequence=1>. Acesso em: 28 jan./2020.

MARIANO, Stéphanie Helena; MARCELLINO, Nelson Carvalho. Animação sociocultural em cidades pequenas da região metropolitana de campinas (SP). **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, v. 10, n. 2, p. 74-86, 2011. Disponível em:

<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/remef/article/view/3517>. Acesso em: 08 set. 2019.

MATO GROSSO. **Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de Mato Grosso (2015-2024)**. Cuiabá – MT, Governo do Estado de Mato Grosso, 2014. Disponível em: http://www.sesp.mt.gov.br/documents/4713378/12088987/Plano+Decenal_Salvo+em+1_12_2014_ltima+verso+%282%29.pdf. Acesso em: 28 jan./2020.

MIRANDA; Kátia Aparecida da Silva Nunes. Processos educativos vivenciados pelos jovens em situação de privação de liberdade. In: BELTRÃO, Márcio Evaristo; BARROS, Solange Maria de. (org.). **Transgressão como prática de resistência: um olhar crítico sobre os estudos Queer e a socioeducação**. Cuiabá: EdUFMT, 2019. p. 133-162.

MONTAGNER, Paulo Cesar. Estudos em Pedagogia do Esporte: posicionamentos em defesa do esporte de crianças e jovens. In: BENTO, Jorge O.; MOREIRA, Wagner W.; LOUREIRO, Adriano C.; BENTO, Helena C.; BOTELHO, Rafael G.; MARINHO, Teresa C. (org.). **Cuidar da casa comum: Da natureza, da vida, da humanidade. Oportunidades e responsabilidades do Desporto e da Educação Física**. Belo Horizonte: Casa da Educação Física, 2018. v. 1. p. 117-142. Disponível em: <http://cev.org.br/arquivo/biblioteca/4041560.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2020.

NOGUEIRA, Thais de Souza. **A relação entre cultura, esporte, lazer e a medida socioeducativa de internação no Centro Socioeducativo Feminino – CESEF/PARÁ, de 2006 a 2014**. 2016. 70f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Pará, Belém, 2016. Disponível em: <http://cev.org.br/arquivo/biblioteca/4040638.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2019.

NUNES, Mikaella Cristina Antunes; ANDRADE, Anne Graça de Sousa; MORAIS, Normanda Araújo de. Adolescentes em conflito com a lei e família: um estudo de revisão sistemática da literatura. **Contextos Clínicos**, v. 6, n. 2, p. 144-156, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cclin/v6n2/v6n2a08.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2019.

OLIVEIRA, Renata Hoeflich Damaso de; TURECK, Lucia Terezinha Zanato. A invisibilidade social e a prática do ato infracional na adolescência: possíveis correlações. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 16, n. 45, p. 460-477, 2019. Disponível em: <http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/view/4332/47966102>. Acesso em: 08 mar. 2020.

OLIVEIRA, Sônia Cristina de; GOMES, Cleomar Ferreira. Os jogos e brincadeiras de adolescentes privados de liberdade: Uma possibilidade na prática educativa. **Revista da Faculdade de Educação**, n. 9, p. 115-128, jan./jun. 2008.

OLIVERA, Raul Angel Carlos; OLIVEIRA, Ueliton Peres de. Modelo simples de crime racional: modelagem econométrica do perfil socioeconômico de adolescentes em conflito com a lei. In: FERNANDES, Maria Nilvane; COSTA, Ricardo Peres da. (org.). **Coletânea Socioeducação no Brasil: intersectorialidade, desafios e referências para o atendimento**. Curitiba: Nova Práxis, 2019. v. 4. p. 214-232.

PAES, Roberto Rodrigues; BALBINO, Hermes Ferreira. A pedagogia do esporte e os jogos coletivos. In: ROSE JUNIOR, Dante de. (org.). **Esporte e atividade física na infância e adolescência: uma abordagem multidisciplinar**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. p. 73–83.

PIZANI, Rafael Stein; AMARAL, Silvia Cristina Franco; PAES, Roberto Rodrigues. Esporte e lazer: diálogos possíveis à luz da pedagogia do esporte. **Licere**, v. 15, n. 3, p. 1-18, set. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/717/518>. Acesso em: 16 jul. 2019.

POLETTI, Michele; KOLLER, Silvia Helena. Contextos ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção. **Estudos de Psicologia**, v. 25, n. 3, p. 405-416, jul./set. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/estpsi/v25n3/a09v25n3.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2019.

REVERDITO, Riller Silva. **Pedagogia do esporte e modelo bioecológico do desenvolvimento humano: indicadores para avaliação de impacto em programa socioesportivo**. 2016. 209f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Programa de Pós-graduação em Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/322128/1/Reverdito_RillerSilva_D.pdf. Acesso em: 26 mar. 2018.

REVERDITO, Riller Silva *et al.* Espaços e equipamentos disponíveis para o lazer: possibilidades da criança ao jogo na cidade de Hortolândia-SP. **Licere**, v. 15, n. 3, p. 1-24, set. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/714/515>. Acesso em: 11 jan. 2020.

REVERDITO, Riller Silva *et al.* O esporte na ecologia do desenvolvimento humano: desafios da pesquisa e intervenção no Brasil. In: BENTO, Jorge O.; MOREIRA, Wagner W.; LOUREIRO, Adriano C.; BENTO, Helena C.; BOTELHO, Rafael G.; MARINHO, Teresa C. (org.). **Cuidar da casa comum: da natureza, da vida, da humanidade. Oportunidades e responsabilidades do Desporto e da Educação Física**. Belo Horizonte: Casa da Educação Física, 2018. v. 1, p. 203-215. Disponível em: <http://cev.org.br/arquivo/biblioteca/4041560.pdf>. Acesso em: 26 jan.2020.

REVERDITO, Riller Silva *et al.* Pedagogia do Esporte: possibilidades para o convívio com o esporte no contexto escolar. In: SILVA, Junior Vagner Pereira da; GONÇALVES-SILVA,

Luiza Lana; MOREIRA, Wagner Wey. (org.). **Educação Física e seus diversos olhares**. Campo Grande: Editora da UFMS, 2016a. v.1, p. 55-76.

REVERDITO, Riller Silva *et al.* O Programa Segundo Tempo em municípios brasileiros: indicadores de resultado no macrosistema. **Journal of Physical Education**, v. 27, n.1, p. 1-14, out. 2016b. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis/article/view/31303/18006>. Acesso em: 27 out. 2019.

SANIOTO, Henrique. **Contribuindo para a formação humana dos adolescentes da FEBEM por meio da Ginástica Geral**. 2005. 198f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Programa de Pós-graduação em Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/274914>. Acesso em: 18 jan. 2019.

SCAGLIA, Alcides José; REVERDITO, Riller Silva; GALATTI, Larissa Rafaela. A Contribuição da Pedagogia do Esporte ao Ensino do Esporte na Escola: tensões e reflexões metodológicas. In: MARINHO, Alciane; NASCIMENTO, Juarez Vieira do; OLIVEIRA, Amauri Aparecido Bássoli. (org.). **Legados do Esporte Brasileiro**. Florianópolis: UDESC, 2014. v. 1. p. 45-86. Disponível em: <http://memoriadasolimpiadas.rb.gov.br/jspui/bitstream/123456789/1037/1/MARINHO.LEGADO.2014.pdf>. Acesso em: 22 jan./2020.

SILVA, Fábio Silvestre *et al.* Futebol Libertário: compromisso social na medida. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 28, n. 4, p. 832-845, out. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v28n4/v28n4a14.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2019.

SILVA, Jorge Luiz da; BAZON, Marina Rezende. Revisão sistemática de estudos sobre os aspectos escolares relacionados ao cometimento de delitos. **Psicologia em Revista**, v. 21, n. 2, p. 273-292, ago. 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v21n2/v21n2a05.pdf>. Acesso em: 19 set. 2019.

SILVA, Junior Vagner Pereira da; MOREIRA Wagner Wey. **Lazer e Esporte no Século XXI: novidades no horizonte?** Curitiba: InterSaberes, 2018.

SOUZA, Caroline Maciel. **Educação Física na medida socioeducativa de internação: Um estudo sobre práticas educativas e mecanismos de resistência**. 2018. 191f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/9704/SOUZA_Carolina_2018.pdf?sequence=4&isAllowed=y. Acesso em: 06 fev. 2019.

TEJADAS, Silvia da Silva. **Juventude e Ato Infracional**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

TIELLET, Maria do Horto Salles *et al.* Ações de extensão em um centro de atendimento socioeducativo do Estado de Mato Grosso. **EDUCA - Revista Multidisciplinar em Educação**, v. 4, n. 9, p. 65-78, set./dez. 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/2132/2141>. Acesso em: 17 jan. 2019.

TRENTIN, Dayane Ferraz Lacerda; SILVESTRE, Bruno Modesto; AMARAL, Sílvia Cristina Franco. Juventudes e medida socioeducativa: O olhar dos Agentes Pedagógicos sobre as práticas de lazer. **Pensar a Prática**, v. 21, n. 4, p. 877-889, out./dez. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/50848/pdf>. Acesso em: 27 jan. 2019.

ZAPPE, Zane Gonçalves; RAMOS, Nara Vieira. Perfil de adolescentes privados de liberdade em Santa Maria/RS. **Psicologia & Sociedade**, v.22, n. 2, p. 365-373, maio/ago. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v22n2/17.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2020.

CAPÍTULO III

ADOLESCENTES E CONDUTA INFRACIONAL: ESPAÇOS, EQUIPAMENTOS E CONTEÚDOS DE ESPORTE E LAZER

Resumo

Este estudo exploratório e descritivo tem por objetivo identificar os espaços, equipamentos e conteúdos de esporte e lazer de município do Estado de Mato Grosso com maior incidência de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação nos anos de 2017 e 2018. Os dados foram disponibilizados pela Gestão Estadual do Sistema de Informação para Infância e Adolescência – SIPIA/SINASE/MT. Realizou-se observação in loco em oito bairros, usando categorias de análise pré-definidas para registros em diário de campo. Os resultados demonstram a escassa oferta de espaços, equipamentos e conteúdos disponibilizados a essas comunidades, sinalizando para ausência da efetivação de políticas de atendimento primário aos adolescentes. Diante desse cenário, conclui-se que a falta de acesso às políticas de esporte e lazer configurou-se como fator de risco ao cometimento de ato infracional no contexto pesquisado, além da exposição dos jovens ao mesmo risco ao retornarem para a comunidade.

Palavras- chave: Adolescente. Esportes. Atividades de Lazer. Ato Infracional.

Introdução

A adolescência é uma fase da vida marcada por mudanças significativas no campo da formação identitária do sujeito, haja vista que esses indivíduos estão em processo de desenvolvimento nas relações humanas. Reconhecer a construção histórica e cultural que permeiam as trajetórias de adolescentes é fulcral para contrapor a invisibilidade social os quais estão expostos (FEIJÓ; ASSIS, 2004; OLIVEIRA; TURECK, 2019; KOSTULSKI *et al.*, 2019). Entretanto, observa-se há décadas um processo de estigmatização da população jovem por parte do Estado e uma grande parcela da sociedade (MORAIS; RAFFAELLI; KOLLER, 2012; COSCIONI *et al.*, 2019), impulsionado pelos canais midiáticos que vinculam a figura do adolescente ao cenário de violência atual do país.

De acordo com o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990, Art. 103) “Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal”. O ECA ainda estabelece que os menores de dezoito anos são penalmente inimputáveis, sujeitos a aplicação das medidas socioeducativas previstas no ‘Art. 101’ do mesmo dispositivo jurídico. O Relatório Anual do SINASE 2017, elaborado pela Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2019), indica que no Brasil 143.316 mil adolescentes cumpriam medida socioeducativa a época. E, destes, apenas 24.803 cumpriam medidas

socioeducativas de restrição e privação de liberdade. Quanto aos atos infracionais praticados pelos adolescentes, o Relatório enfatiza que a minoria é contra a vida, prevalecendo aqueles de menor poder ofensivo que atentam contra o patrimônio.

O entendimento dos fatores de risco relacionados à conduta infracional de adolescentes é multidimensional, mobilizando áreas distintas da ciência. Estudos têm apontado variáveis relacionadas ao contexto familiar (FEIJÓ; ASSIS, 2004; DIB; BAZON; SILVA, 2012; NUNES; ANDRADE; MORAIS, 2013), aspectos escolares (GALLO; WILLIAMS, 2008; BAZON; SILVA; FERRARI, 2013; SILVA; BAZON, 2015; FRANCO; BAZON, 2019), fatores socioeconômicos (OLIVERA; OLIVEIRA, 2019), uso de drogas (MARTINS; PILLON, 2008; JIMENEZ; ANDRADE; BIANCHINI, 2016) e aspectos contextuais relacionados à invisibilidade do adolescente frente às políticas de atendimento primário (ASSIS; CONSTANTINO, 2005; GALLO; WILLIAMS, 2005; JUNQUEIRA; JACOBY, 2006; TEJADAS, 2008; NARDI; DELL'AGLIO, 2010; MARUSCHI; ESTEVÃO; BAZON, 2014; JIMENEZ; MARQUES, 2018; OLIVEIRA; TURECK, 2019). Em suma, os estudos corroboram que essas variáveis devem ser analisadas de forma contextualizada, por se tratarem de um conjunto de fatores associados ao cometimento de ato infracional.

Nesta esteira, dos fatores de risco relacionados à conduta infracional, observa-se ainda a inércia do poder público frente às políticas de esporte e lazer para a população jovem do país, mesmo que garantidas no texto Constitucional (BRASIL, 1988). É sabido que o acesso a essas práticas, a partir de conteúdos que considerem os aspectos pedagógicos da ação, propiciam ambientes favoráveis ao desenvolvimento humano. Contudo, perpassa por decisões político-pedagógicas que garantam o acesso e permanência dos praticantes (REVERDITO, 2016; MORAES *et al.*, 2017). Nas concepções de Marcellino, Barbosa e Mariano (2006), para além da disponibilidade de tempo para usufruir dos vários interesses do lazer e esporte, há de considerar antes de tudo a oferta de espaços, equipamentos e conteúdos que propiciem o acesso democrático a população.

Diante do exposto, seria assertivo afirmar que a falta de acesso às políticas de esporte e lazer para adolescentes configura-se como fator de risco a conduta infracional? Nesse viés, este estudo objetiva identificar os espaços, equipamentos e conteúdos de esporte e lazer em comunidades/regiões de um município com maior incidência de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação nos anos de 2017 e 2018. Espera-se que os resultados ofereçam subsídios ao poder público no que tange a elaboração de políticas preventivas de atenção ao adolescente em situação de vulnerabilidade social.

Procedimentos metodológicos

Tipo de pesquisa e contexto

Trata-se de um estudo exploratório e descritivo, realizado através de observação simples *in loco* e anotações em diário de campo (GIL, 2008). Os focos de análise da observação foram pré-definidos a partir do que se propôs a investigar neste estudo (espaços, equipamentos e conteúdos de esporte e lazer) disponibilizados pelo poder público nos bairros de Cuiabá com maior incidência de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação nos anos de 2017 e 2018.

Cuiabá é um município brasileiro e capital do Estado de Mato Grosso, localizada na região Centro Oeste do país. A área urbana do município divide-se em quatro regiões administrativas (norte, sul, leste e oeste). De acordo com o censo de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (BRASIL, 2010), a população de Cuiabá a época era de 551.098, destes, 49.082 correspondiam à população na faixa de 15 e 19 anos. Nos últimos anos, houve crescimento populacional modesto, onde, a população estimada pelo IBGE em 2019 é de 612.547 habitantes.

Além de concentrar as funções políticas-administrativas, Cuiabá é considerada o principal polo industrial do Estado, que por sua vez, tem sua economia alavancada pela produção e exportação de grãos. Em relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) (IBGE, 2017), apresenta índice acima da média do país (5,6 nos anos iniciais e 4,5 nos anos finais do ensino fundamental). Quanto ao índice de Desenvolvimento Humano IDH/2010, apresenta índice superior à média do país (0,785).

Procedimentos para coleta dos dados

A coleta de dados envolveu três etapas distintas, sendo: levantamento dos bairros de Cuiabá com maior incidência; participação em Audiências Públicas realizadas pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo de Cuiabá; e observações *in loco* nos bairros. Na primeira etapa, o levantamento dos bairros de onde os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação eram advindos, foi realizado e disponibilizado pela Gestão Estadual do SIPIA/SINASE/MT, que detém e operacionaliza os dados desses sujeitos no Estado de Mato Grosso. O levantamento abrangeu adolescentes dos Centros de Atendimento Socioeducativo de Internação Masculina e Feminina da capital, chegando-se a um quantitativo

de 80 adolescentes internos no período pesquisado. Foram selecionados oito bairros com maior incidência, o que representa 41,25% da amostra total.

Para a segunda etapa, houve reunião previamente agendada com membros da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo de Cuiabá, responsável pela elaboração do ‘Plano Setorial de Esporte e Lazer do município’ através de mapeamento dos espaços, equipamentos e projetos de esporte e lazer, validado pelos presidentes de bairro em audiências públicas realizadas nas quatro regionais da capital. Assim, participou-se das audiências públicas que ocorreram entre os meses de agosto e novembro de 2019, com o fito de comparar os dados que seriam coletados nas visitas aos bairros.

A terceira etapa ocorreu concomitante a etapa anterior. A priori realizou-se contato via telefone com os líderes comunitários (presidentes e vice-presidentes de bairros, conselheira tutelar e membros das associações de moradores), a fim de checar a disponibilidade em acompanhar as observações *in loco*, por entender que os mesmos são conhecedores de suas comunidades, atribuindo maior fidedignidade a coleta dos dados. As visitas foram previamente agendadas e ocorreram entre os meses de novembro e dezembro de 2019, em dias e horários distintos, considerando a disponibilidade dos líderes comunitários.

Análise dos dados

Para a análise dos dados considerou-se as fases de descrição, classificação e interpretação (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006). Quanto à caracterização dos espaços e equipamentos, este estudo parte do entendimento que os espaços servem como suporte para os equipamentos, ao passo que os equipamentos são objetos que organizam os espaços para atender determinadas atividades específicas (SANTINI, 1993). Em relação ao estado de conservação dos equipamentos, entende-se neste estudo que os ‘equipamentos em más condições de utilização’ são aqueles que não oferecem segurança à prática das atividades por apresentarem falta de manutenção (equipamentos quebrados, enferrujados, depredados e sem limpeza), contudo ainda continuam sendo utilizados pela comunidade. Por ‘equipamentos abandonados’ considerou-se aqueles que estão em desuso pela comunidade, por não apresentarem condições mínimas de utilização, considerando os aspectos elencados anteriormente.

Resultados e discussão

Os aspectos relacionados às características dos bairros investigados estão expostos no Quadro 1. A partir do levantamento realizado pela Gestão do SIPIA/SINASE/MT, chegou-se a dois bairros por região de Cuiabá com maior incidência. Esse resultado evidencia que a problemática relacionada ao cometimento de ato infracional faz-se presente em diferentes regiões da Capital.

Quadro 1: Caracterização dos bairros investigados

Bairro	Região	Média de Habitantes	Escolas municipais	Escolas estaduais	% de incidência
Novo Paraíso II	Norte	5.655	-	-	8,75%
Dom Aquino	Leste	10.973	1	3	6,25%
Carumbé	Leste	2.144	2	-	5%
Osmar Cabral	Sul	4.530	3	-	5%
Tijucal	Sul	15.334	-	4	5%
Alvorada	Oeste	13.035	1	-	3,75%
Jardim Vitória	Norte	8.966	3	-	3,75%
Santa Isabel	Oeste	8.213	2	-	3,75%
TOTAL		68.850	12	7	41,25%

Fonte: Elaborado pelo autor.

Dos oito bairros que compõem a pesquisa, quatro estão localizados em regiões periféricas de Cuiabá (Novo Paraíso II, Osmar Cabral, Tijucal e Jardim Vitória) e outros quatro em regiões centrais da Capital (Alvorada, Carumbé, Dom Aquino e Santa Isabel). Mesmo observando que metade dos bairros investigados está localizada em regiões centrais, foi possível constatar que dentro dos próprios bairros existem suas regiões periféricas, apontadas pela comunidade como locais de maiores índices de criminalidade. A média populacional desses bairros, considerando censo realizado pelo IBGE/2010, perfaz um quantitativo de 11,23% da população total de Cuiabá estimada em 2019.

Outro fato que chama atenção é o número reduzido de Escolas Estaduais quando comparado com as Escolas Municipais nesses bairros. As Escolas Municipais, em suma, ofertam a escolarização somente até os anos finais do ensino fundamental. Às Escolas Estaduais compete a oferta da escolarização inerente ao ensino médio que, em tese, enquadraria parte dos sujeitos pesquisados. Desta forma, os adolescentes veem-se obrigados a se deslocarem para outros bairros distantes de sua comunidade para cursar o ensino médio, o que se configura em uma problemática, considerando que a quebra de vínculo escolar tem sido apontada como fator influenciador à evasão escolar desses sujeitos (BAZON; SILVA; FERRARI, 2013; FRANCO; BAZON, 2019).

Em relação às incidências, se somados os números por região administrativa, nota-se que não há disparidade considerável. Entretanto, observa-se um número inferior na região oeste. Quando somados e comparados os índices dos bairros localizados em regiões periféricas e centrais da capital, foi possível identificar maior incidência nos bairros periféricos (n=22,5%) em relação aos bairros localizados em regiões centrais (n=18,75). Contudo, também não houve disparidade entre os resultados, indicando que no caso investigado, estar inserido em regiões periféricas não se configurou como fator preponderante à conduta infracional. Desta forma, deve-se considerar que os fatores de risco e proteção em diferentes contextos dependem das relações e reciprocidade que tais ambientes propiciam aos sujeitos (POLETTTO; KOLLER, 2008), tornando-os capazes de serem resilientes ou não.

O levantamento e caracterização dos espaços, equipamentos e conteúdos de esporte e lazer disponibilizados nos bairros investigados foram sumarizados, conforme Quadro 2. Os dados sinalizam que a oferta de espaços, se comparados com o número de habitantes das comunidades são insuficientes quanto à quantidade (n=46), sendo tanto nos bairros periféricos (n=20) como nas regiões centrais (n=26). No que tange ao estado de conservação, tornam-se insatisfatórios no que tange as más condições de utilização de alguns equipamentos (n=10), havendo outros em total estado de abandono (n=4). Dos equipamentos em más condições de utilização e abandonados, a maioria está localizada em bairros das regiões periféricas de Cuiabá (n=09), o que corrobora com outros estudos que sinalizam para a mesma problemática relacionada à escassez dessas políticas públicas e a ‘centralização’ dos equipamentos em grandes cidades (MARCELLINO; BARBOSA; MARIANO, 2006; MARCELLINO *et al.*, 2007a; ANDRADE; MARCELLINO, 2011; REVERDITO *et al.*, 2012).

Ao considerarmos que as trajetórias dos adolescentes em conflito com a lei são marcadas pela defasagem e evasão escolar (DIAS; ONOFRE, 2010; BAZON; SILVA; FERRARI, 2013; SILVA; BAZON, 2015), essa restrita oferta de espaços, equipamentos e conteúdos torna-se ainda maior, visto que uma parcela considerável dos equipamentos identificados nessa pesquisa e reconhecidos na comunidade está inserida nas Escolas Municipais e Estaduais de Cuiabá (n=12).

Quadro 2: Relação dos espaços, equipamentos e conteúdos de esporte e lazer

Bairros	Espaços públicos	QTD.	Caracterização dos equipamentos	Conteúdos	Observações do pesquisador
Paraíso II	Campo de futebol	1	Campo de terra batida em más condições de uso/Balizas para futebol e refletores.	-	-
Dom Aquino	Complexo esportivo e de lazer	1	Contém ginásio poliesportivo, campo de futebol, futebol society e de areia, quadra coberta, pista de atletismo e quadra de vôlei de areia/ Boas condições de uso.	Tênis de Mesa – Federação Matogrossense de Tênis de Mesa.	O complexo é utilizado em sua maioria por adultos, de vários bairros de Cuiabá.
	Mini estádio	1	Gramado, balizas para futebol e redes em más condições de uso/refletores queimados/alambrado e arquibancada sem conservação.	Projeto de Futebol: “Perto da Bola longe das Drogas”	Realizado por voluntário ex-atleta, sem vínculo com poder público.
	Campo de futebol	1	Gramado, balizas, redes e refletores em boas condições de uso.	-	-
	Campo de futebol society	2	Gramado em más condições de uso/Balizas, alambrado e refletores em condições de uso.	-	-
	Ginásio poliesportivo	1	Cobertura, piso, balizas, redes, refletores e arquibancadas em boas condições de uso/Sem equipamentos para prática de basquete e vôlei.	Futsal – Programa “Bom de Bola bom de Escola” – Secretaria Municipal de Educação.	O programa atende alunos da Rede Municipal de Ensino entre 6 a 14 anos/Poucos alunos são adolescentes.
	Quadra coberta	1	Cobertura, piso, balizas, redes, refletores e arquibancadas em boas condições de uso/Sem equipamentos para prática de basquete e vôlei.	-	-
	Quadra descoberta	2	Balizas para prática de futsal.	-	-
	Campo de futebol de areia	1	Balizas, alambrado e refletores.	-	-
	Quadra de vôlei de areia	1	Arquibancada e mastro de vôlei sem rede.	-	-
	Pista de atletismo	1	Pista com brita e iluminada, em bom estado de conservação.	-	-
	Praça com equipamentos de ginástica ao ar livre	2	Pouca diversificação dos equipamentos/Bom estado de conservação.	-	-
	PM/ROTAM/MT	1	Espaço com tatame ampliado, proteção de parede e cobertura.	Jiu-jítsu - “Projeto Formando Cidadãos”.	Realizado por Policiais Militares.
	Biblioteca municipal “Saber com Sabor”	1	Espaços para leitura e demais atividades culturais.	Leitura e atividades culturais.	Profissionais da Secretaria Municipal de Educação.

Continua na próxima página...

Cont. Quadro 2.

Carumbé	Centro comunitário	1	Estrutura física em más condições de utilização.	Projeto de Boxe, Karatê e capoeira.	- Realizado por voluntário ex-atleta, sem vínculo com poder público. - O mini estádio utilizado pela comunidade está localizado nos limites territoriais de outro bairro, não sendo quantificado.
Osmar Cabral	Mini estádio	1	Gramado, alambrado, balizas, refletores e vestiários em más condições de uso/Passará por revitalização.	Projeto de Futebol aos finais de semana.	Realizado por voluntário ex-atleta.
	Ginásio poliesportivo	1	Estrutura em condições para prática de futsal/ Falta de equipamentos para prática de modalidades como o vôlei e basquete.	-	Utilizado em suma por adultos.
	Quadra coberta	1	Escola Municipal /Balizas, mastros de vôlei, tabela de basquete, refletores e arquibancada em condições de uso.	Aulas de Educação Física Escolar.	A faixa etária atendida na Escola Municipal destoa do público investigado.
	Quadra descoberta	1	Em desuso/Passará por reforma.	-	Escola em reforma.
	Biblioteca municipal “Saber com Sabor”	1	Espaços para leitura e demais atividades culturais.	Leitura e atividades culturais.	Profissionais da Secretaria Municipal de Educação.
Tijucal	Mini estádio	1	Abandonado a mais de dois anos/Tomado pelo matagal.	-	-
	Ginásio poliesportivo	1	Cobertura, refletores, baliza de futsal, redes das balizas, arquibancadas em condições de uso/Sem tabela de basquete e mastro para vôlei.	Projeto de Futsal e Handebol/Idade entre 7 e 17 anos/Secretaria de esportes.	Reformas e manutenções do ginásio são realizadas pela comunidade/Utilizado em suma pelos adultos.
	Quadra coberta	4	Escolas Estaduais/Cobertura, refletores e balizas de futsal em condições de uso/ Sem tabela de basquete e mastro para vôlei.	Aulas de Educação Física.	Após o período de aula as Escolas abrem espaço na quadra para os jovens da comunidade, contudo sem orientação profissional.
	Quadra descoberta	1	Localizada na praça do bairro/Cercada de tela/Balizas para futsal em condições de uso/Sinais de depredação, inclusive nas tabelas de basquete e refletores.	-	Utilizada por jovens da comunidade, sem orientação profissional.

Continua na próxima página...

Cont. Quadro 2.

Alvorada	Quadra coberta	1	Escola Municipal/Balizas para futsal, tabela de basquete e refletores em condições de uso.	Aulas de Educação Física.	-
	Quadra descoberta	1	Localizada em uma praça, cercada, com refletores e balizas para futsal/ Sem tabela de basquete e mastro para vôlei.	-	Utilizada por crianças e jovens da comunidade, sem orientação profissional.
	Praça com equipamentos de ginástica ao ar livre	1	Equipamentos diversificados e novos.	-	Espaço ocioso.
Jardim Vitória	Mini estádio	1	Gramado, balizas, refletores, arquibancada em condições de uso.	-	- Utilizados em suma por adultos. - As crianças e adolescentes utilizam as laterais do campo para jogarem.
	Quadra coberta	3	Escolas municipais/Duas quadras contendo refletores, balizas para futsal, tabelas de basquete em condições de uso/ Uma quadra abandonada.	Duas quadras são utilizadas para Aulas de Educação Física.	A quadra abandonada está localizada ao lado de uma Escola municipal/ Uma estrutura em potencial inutilizada.
	Praça	1	Mini palco para apresentações culturais.	-	Apresentações culturais esporádicas, articuladas pela própria comunidade.
	Espaço CUFA	1	Abandonado.	-	O espaço hoje abandonado já propiciou o acesso a várias manifestações culturais na comunidade.
	Centro comunitário	1	Abandonado.	-	-
Santa Isabel	Campo de futebol	1	Gramado e balizas em condições de uso.	-	Utilizado em suma para torneios de adultos.
	Campo de futebol society	2	Gramados, balizas, redes das balizas, alambrados e refletores em boas condições de uso.	-	Utilizado em suma para torneios de adultos.
	Quadra coberta	1	Escola Municipal/Piso e balizas de futsal em condições de uso/Sem tabelas de basquete e mastro para o vôlei.	Aulas de Educação Física.	-
	Praça com equipamentos de ginástica ao ar livre	1	Aparelhos novos de ginástica ao ar livre.	-	Espaço compacto.
	Biblioteca municipal “Saber com Sabor”	1	Espaços para leitura e demais atividades culturais.	Leitura e atividades culturais.	Profissionais da Secretaria Municipal de Educação.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Observou-se a prevalência de equipamentos específicos e conteúdos voltados para a prática dos esportes tradicionais, em especial o futebol e futsal. Em suma, os espaços ofertados privilegiam os interesses físico-esportivos do lazer (MARCELLINO, 1996), sinalizando para a quase inexistência de outros equipamentos que contemplem seus diferentes conteúdos. Soma-se a este cenário a escassez de conteúdos disponibilizados nos poucos espaços existentes, e o fato da maioria dos projetos socioesportivos ofertados para os adolescentes serem realizados por voluntários ex-atletas, sem formação específica em Educação Física e/ou áreas afins, bem como projetos sem nenhum vínculo e/ou incentivo do poder público.

Nesse sentido, é fulcral pensarmos tais práticas mediadas por profissionais capacitados e certos de seu papel político e pedagógico. Ao vislumbrarmos o alcance educativo que permeia as práticas esportivas (REVERDITO; SCAGLIA; PAES, 2009; PIZANI; AMARAL; PAES, 2012; MACHADO; GALATTI; PAES, 2015), deve-se considerar a organização, sistematização, aplicação e avaliação de procedimentos pedagógicos (GALATTI *et al.*, 2014), capazes de atender o indivíduo em sua integralidade, perpassando por vivências que vão além dos aspectos técnico-táticos da ação, a partir da promoção de valores, atitudes e modos de comportamento que circundam o ambiente esportivo, indispensáveis no processo de formação humana (LEONARDI *et al.*, 2014; REVERDITO *et al.*, 2018; LEONARDI; BERGER; REVERDITO, 2019). Igualmente, a figura do animador sociocultural torna-se imprescindível nesses espaços, com a finalidade de propiciar a diversificação dos conteúdos de lazer, a democratização da utilização dos espaços pela comunidade e influenciar na conservação dos equipamentos, a partir da sensibilização e interação com o público (MARCELLINO *et al.* 2007b; MARIANO; MARCELLINO; 2011).

Os desafios para a implementação de políticas públicas de inclusão pelo esporte e lazer para juventude, perpassam por questões relacionadas ao ‘reconhecimento desses fenômenos como direitos garantidos quanto instrumentos de educação e humanização’, a ‘garantia de espaços com infraestrutura e segurança que oportunizem o desenvolvimento humano’ e uma ‘rede de convívio social e serviços que fortaleçam os vínculos com a população jovem’, em especial aqueles envolvidos com atos infracionais (NORONHA, 2009). Para autora, estes desafios tornam-se imprescindíveis para a articulação de políticas de atenção a população jovem em contextos de vulnerabilidade, por carregarem princípios de intervenção socioeducativa e gestão participativa.

Dos equipamentos existentes nos bairros investigados, excluindo-se os que estão em estado de abandono e os localizados nas Escolas Municipais e Estaduais, um número considerável (n=11) é mantido pela comunidade local, através da organização de seus

moradores ante a escassez de políticas. A pesquisa sinaliza que estes espaços são ocupados em suma pela população adulta, que de certa forma se organizam para dispor dos materiais necessários à prática. Nesse sentido, sem a organização de políticas públicas voltadas ao esporte e o lazer, a população jovem desses bairros acaba por não ocupar os poucos espaços disponíveis em suas comunidades, cerceando ainda mais suas trajetórias.

Diante dos direitos renegados pelo poder público e estigmatizado pela sua própria comunidade, o adolescente em conflito com a lei busca seu pertencimento a partir do convívio com seus pares, que por sua vez já apresentam histórico de conduta infracional (JUNQUEIRA; JACOBY, 2006; TEJADAS, 2008; JIMENEZ; MARQUES, 2018; OLIVEIRA; TURECK, 2019; KOSTULSKI *et al.*, 2019). Desta forma, aquele que em toda sua trajetória foi invisível aos olhos do Estado e sociedade, no anseio de ocupar espaço de protagonismo, acaba por trilhar caminhos que se configuram como fator de risco ao cometimento de ato infracional. Surpreendentemente, somente a partir de tais condutas esses adolescentes tornam-se visíveis frente às políticas de atendimento secundárias e terciárias, alcançando o tão sonhado protagonismo, mesmo que de forma pejorativa.

Na contemporaneidade, não cabe conceber isoladamente as políticas de esporte e lazer como antídotos contra todos os males relacionados à vulnerabilidade social da população jovem do país (MELO, 2005; HECKTHEUER, 2012; STIGGER; THOMASSIM, 2013). Entretanto, “se não utilizarmos em função da qualidade de vida das pessoas e para transformação dos modos de produção e reprodução da vida social, perderemos a oportunidade histórica de construir uma sociedade justa e igualitária” (NOGUEIRA, 2011, p. 114), oferecendo a oportunidade de enfrentar as adversidades e ressignificar os modos de vida.

Considerando que o ato infracional é um fenômeno social e necessita ser entendido sobre diferentes prismas da ciência (OLIVERA; OLIVEIRA, 2019), urge a necessidade de concebermos essa problemática não só como responsabilidade do Estado, mas também envidar esforços da sociedade e comunidade acadêmica a fim de lançar proposições que se configurem como fatores protetivos à conduta infracional.

Conclusão

O percurso dos adolescentes em conflito com a lei está marcado pela ausência de oportunidades de acesso ao esporte e lazer. A mercê da efetivação de políticas públicas que os considerem atores sociais, estes sujeitos são furtados de seus direitos fundamentais que lhes

oportunizem ressignificar suas trajetórias, a partir de ambientes que favoreçam os aspectos de resiliência.

Ante o levantamento dos espaços, equipamentos e conteúdos de esporte e lazer disponibilizados pelo poder público nos bairros investigados, conclui-se que para além da criação de novos espaços e a manutenção dos poucos equipamentos existentes, urge a necessidade da elaboração de propostas que propiciem à oferta de conteúdos diversificados de esporte e lazer a população jovem dessas comunidades. Ao considerar que o acesso ao esporte e o lazer a partir de um tratamento pedagógico adequado, pode propiciar ambientes favoráveis para o desenvolvimento positivo de adolescentes, é assertivo afirmar que no contexto investigado, a falta de acesso a essas políticas configurou-se como possível fator de risco ao cometimento de ato infracional.

Ao compor o rol de pesquisas dedicadas a elucidar os diversos fatores de risco e proteção relacionados ao cometimento de ato infracional, este estudo faz uma abordagem contextual. O contexto em que o sujeito estava inserido ante ao cometimento do ato infracional, que o levou a situação de cumprimento de medida socioeducativa, coloca em evidência fatores de risco a reincidência, uma vez que o jovem retorna a sua comunidade. Destarte, este estudo oferece subsídios ao Poder Público no que tange a destinação de recursos para a efetivação das políticas de esporte e lazer a população jovem.

A natureza contextual desse estudo exigiu a inserção em um único município. Logo, o alcance dos resultados apresentados deverá considerar as características do contexto. Assim, faz-se necessário a produção de novos estudos que investiguem *in loco* os contextos dos quais são advindos esses adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação em outros municípios, a fim de constatar a oferta de espaços, equipamentos e conteúdos de esporte e lazer.

Referências

ANDRADE, Carolina Paes de; MARCELLINO, Nelson Carvalho. O lazer, a periferia da metrópole e os jovens: algumas relações. **Licere**, v. 14, n. 2, p. 1-17, jun. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/773/574>. Acesso em: 14 jan. 2020.

ASSIS, Simone Gonçalves de; CONSTANTINO, Patrícia. Perspectivas de prevenção da infração juvenil masculina. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. 1, p. 81-90, jan./mar. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n1/a08v10n1.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2019.

BAZON, Marina Resende; SILVA, Jorge Luíz da; FERRARI, Renata Martins. Trajetórias escolares de adolescentes em conflito com a lei. **Educação em Revista**, v. 29, n. 02, p. 175-199, jun. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v29n2/08.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13 de jul. de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 20 jan. 2020.

BRASIL. Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Relatório Anual do SINASE 2017**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/LevantamentoAnualdoSINASE2017.pdf/view>. Acesso em: 29 fev. 2020.

COSCIONI, Vinicius *et al.* Significados do mundo do crime para adolescentes em medida socioeducativa de internação, Brasil. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez e Juventud**, v. 17, n. 2, p. 01-20, jul./dez. 2019. Disponível em: <http://revistaumanizales.cinde.org.co/rllcsnj/index.php/Revista-Latinoamericana/article/view/3790/1020>. Acesso em: 23 mar. 2020.

DIAS, Aline Fávaro; ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. A relação do jovem em conflito com a lei e a escola. **Impulso**, v. 20, n. 49, p. 31-42, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/impulso/article/view/870/471>. Acesso em: 21 set. 2019.

DIB, Marina Azôr; BAZON, Marina Rezende; SILVA, Jorge Luiz da. Família e conduta infracional na adolescência: revisão sistemática da literatura. **Perspectivas em Psicologia**, v. 16, n. 1, p.142-159, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/perspectivasempsicologia/article/view/27553/15107>. Acesso em: 15 nov. 2019.

FEIJÓ, Maria Cristina; ASSIS, Simone Gonçalves. O contexto de exclusão social e de vulnerabilidade de jovens infratores e de suas famílias. **Estudos de Psicologia**, v. 9, n. 1, p. 157-166, abr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v9n1/22391.pdf>. Acesso em: 18 out. 2019.

FRANCO, Mariana Guedes de Oliveira; BAZON, Marina Rezende. Percurso e experiência escolar de adolescentes em conflito com a lei: trajetórias possíveis. **Educação em Revista**, v.

35, p. 1-31, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v35/1982-6621-edur-35-e183939.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2020.

GALATTI, Larissa Rafaela *et al.* Pedagogia do Esporte: tensão na ciência e o ensino dos Jogos Esportivos Coletivos. **Revista da Educação Física/UEM**, Maringá, v. 25, n. 1, p. 153-162, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/refuem/v25n1/1983-3083-refuem-25-01-00153.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2019.

GALLO, Alex Eduardo; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Adolescentes em conflito com a lei: uma revisão dos fatores de risco para a conduta infracional. **Psicologia: Teoria e Prática**, v.7, n.1, p.81-95, 2005. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v7n1/v7n1a07.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2019.

GALLO, Alex Eduardo; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. A escola como fator de proteção à conduta infracional de adolescentes. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 133, p. 41-59, jan./abr. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v38n133/a03v38n133.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas 2008.

HECKTHEUER, Luiz Felipe Alcantara. Esporte e segurança em uma “sociedade de projetos”. **Motrivivência**, v. 24, n. 38, p. 98-107, jun. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2012v24n38p98/22966>. Acesso em: 25 nov. 2019.

IBGE. **Cidades@**. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/cuiaba/panorama>. Acesso em: 19 fev. 2020.

JIMENEZ, Luciene; ANDRADE, Elisa Meireles; BIANCHINI, Luciane Guimarães Batistella. Uso de drogas e ato infracional: Revisão integrativa de artigos brasileiros. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v.14, n. 2, p. 939-955, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rlcs/v14n2/v14n2a05.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2020.

JIMENEZ, Luciene; MARQUES, Vanda Regina. Revisão integrativa sobre a prática infracional na adolescência (2005/2014). **Estudos da Psicologia**, v. 23, n. 2, p. 111-121, abr./jun. 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epsic/v23n2/a03v23n2.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2020.

JUNQUEIRA, Maíz Ramos; JACOBY, Márcia. O olhar dos adolescentes em conflito com a lei sobre o contexto social. **Revista Textos e Contextos**, v. 5, n. 2, p. 1-18, dez. 2006. Disponível

em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/1036/815>. Acesso em: 13 fev. 2019.

KOSTULSKI, Camila Almeida *et al.* Adolescência, violência e invisibilidade social: uma revisão crítica a partir da história de Sandro. **Revista Sociais & Humanas**, v. 32, n. 3, p. 161-172, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/26823/pdf>. Acesso em: 25 fev. 2020.

LEONARDI, Thiago José. *et al.* Pedagogia do esporte: indicativos para o desenvolvimento integral do indivíduo. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, v. 13, n. 1, p. 41-58, ago. 2014. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/remef/article/view/3613>. Acesso em: 09 set. 2019.

LEONARDI, Thiago José; BERGER, Artur Goulart; REVERDITO, Riller Silva. Esporte Contemporâneo e os Novos Desafios à Pedagogia do Esporte. In BETTINE, Marco; GUTIERREZ, Gustavo Luis. (Org.). **Esporte e sociedade**: um olhar a partir da globalização. São Paulo: IEA-USP, 2019, p. 254-269. Disponível em <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/422/375/1493-1>. Acesso em: 17 mar./2020.

MACHADO, Gisele Viola; GALATTI, Larissa Rafaela; PAES, Roberto Rodrigues. Pedagogia do esporte e projetos sociais: interlocuções sobre a prática pedagógica. **Movimento**, v. 21, n. 2, p.405-418, abr./jun. 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/48275/34216>. Acesso em: 22 fev. 2019.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudos do Lazer**: uma introdução. Campinas: Autores Associados, 1996.

MARCELLINO, Nelson Carvalho; BARBOSA, Felipe Soligo; MARIANO, Stéphanie Helena. As cidades e o Acesso aos Espaços e Equipamentos de Lazer. **Impulso**, Piracicaba, 17 (44), p. 55-66, 2006.

MARCELLINO, Nelson Carvalho *et al.* **Espaços e Equipamentos de Lazer em Região Metropolitana**: o caso da RMC – Região Metropolitana de Campinas. 1 ed. Curitiba: OPUS, 2007a. Disponível em: <http://www.vitormarinho.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/244/espacosEquipamentos.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 jan./2020.

MARCELLINO, Nelson Carvalho *et al.* **Políticas Públicas de Lazer – formação e desenvolvimento de pessoal**: os casos de Campinas e Piracicaba-SP. 1 ed. Curitiba: OPUS, 2007b. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/128012/politicasPublicas.pdf?sequence=1>. Acesso em: 28 jan./2020.

MARIANO, Stéphanie Helena; MARCELLINO, Nelson Carvalho. Animação sociocultural em cidades pequenas da região metropolitana de campinas (SP). **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, v. 10, n. 2, p. 74-86, 2011. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/remef/article/view/3517>. Acesso em: 08 set. 2019.

MARTINS, Mayra Costa; PILLON, Sandra Cristina. A relação entre a iniciação do uso de drogas e o primeiro ato infracional entre os adolescentes em conflito com a lei. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 24, n. 5, p. 1112-1120, mai. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v24n5/18.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2020.

MARUSCHI, Maria Cristina; ESTEVÃO, Ruth; BAZON, Marina Rezende. Conduta infracional na adolescência: fatores associados e risco de reincidência. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 66, n. 2, p. 82-99, 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arp/v66n2/07.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2019.

MELO, Marcelo Paulo de. **Esporte e juventude pobre: políticas públicas de lazer na Vila Olímpica da Maré**. Campinas: Autores Associados, 2005.

MORAES, Paulo Mateus de *et al.* O programa segundo tempo na região Centro-Oeste: continuidade e estrutura burocrática do esporte nos municípios. **Revista Brasileira Ciência e Movimento**, v. 25, n. 1, p. 129-140, 2017. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/view/7476/pdf>. Acesso em: 12 jan. 2020.

MORAIS, Normanda Araújo de; RAFFAELLI, Marcela; KOLLER, Sílvia Helena. Adolescentes em situação de vulnerabilidade social e o *continuum* risco-proteção. **Avances em Psicología Latinoamericana**, v. 30, n. 1, p. 118-136, 2012. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/a8a4/465684472694e931f41640679e59250f0872.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2020.

NARDI, Fernanda Ludke; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Delinquência juvenil: uma revisão teórica. **Acta Colombiana de Psicología**, v. 13, n. 2, p. 69-77, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/acp/v13n2/v13n2a07.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2020.

NOGUEIRA, Quéfren Weld Cardoso. Esporte, desigualdade, juventude e participação. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 33, n. 1, p. 103-117, jan./mar. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbce/v33n1/a07v33n1.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2020.

NORONHA, Vânia. **Pensando sobre políticas públicas de lazer para juventudes em contexto de vulnerabilidade social**: contribuições a partir de pesquisa em Ribeirão das Neves/Minas Gerais. NORONHA, Vânia (Org.). Belo Horizonte: Editora, 2009. Disponível em:

<http://vitormarinho.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/236/pensandoSobrePolíticas.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 14 fev./2020.

NUNES, Mikaella Cristina Antunes; ANDRADE, Anne Graça de Sousa; MORAIS, Normanda Araújo de. Adolescentes em conflito com a lei e família: um estudo de revisão sistemática da literatura. **Contextos Clínicos**, v. 6, n. 2, p. 144-156, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cclin/v6n2/v6n2a08.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2019.

OLIVEIRA, Renata Hoeflich Damaso de; TURECK, Lucia Terezinha Zanato. A invisibilidade social e a prática do ato infracional na adolescência: possíveis correlações. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 16, n. 45, p. 460-477, 2019. Disponível em: <http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/view/4332/47966102>. Acesso em: 08 mar. 2020.

OLIVERA, Raul Angel Carlos; OLIVEIRA, Ueliton Peres de. Modelo simples de crime racional: modelagem econométrica do perfil socioeconômico de adolescentes em conflito com a lei. In: FERNANDES, Maria Nilvane; COSTA, Ricardo Peres da. (Org.). **Coletânea Socioeducação no Brasil**: intersectorialidade, desafios e referências para o atendimento. 1. ed. Curitiba: Nova Práxis, 2019, v. 4, p. 214-232.

PIZANI, Rafael Stein; AMARAL, Silvia Cristina Franco; PAES, Roberto Rodrigues. Esporte e lazer: diálogos possíveis à luz da pedagogia do esporte. **Licere**, v. 15, n. 3, p. 1-18, set. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/717/518>. Acesso em: 16 jul. 2019.

POLETTTO, Michele; KOLLER, Silvia Helena. Contextos ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção. **Estudos de Psicologia**, v. 25, n. 3, p. 405-416, jul./set. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v25n3/a09v25n3.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2019.

REVERDITO, Riller Silva; SCAGLIA, Alcides José; PAES, Roberto Rodrigues. Pedagogia do esporte: panorama e análise conceitual das principais abordagens. **Motriz**, v. 15, n. 3, p. 600-610, jul./set. 2009.

REVERDITO, Riller Silva *et al.* Espaços e equipamentos disponíveis para o lazer: possibilidades da criança ao jogo na cidade de Hortolândia-SP. **Licere**, v. 15, n. 3, p. 1-24, set. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/714/515>. Acesso em: 11 jan. 2020.

REVERDITO, Riller Silva. **Pedagogia do esporte e modelo bioecológico do desenvolvimento humano**: indicadores para avaliação de impacto em programa socioesportivo. 2016. 209f. Tese (Doutorado em Educação Física). Programa de Pós-graduação em Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/322128/1/Reverdito_RillerSilva_D.pdf. Acesso em: 26 mar. 2018.

REVERDITO, Riller Silva *et al.* O esporte na ecologia do desenvolvimento humano: desafios da pesquisa e intervenção no Brasil. In: BENTO, J. O.; MOREIRA, W. W.; LOUREIRO, A. C. C.; BENTO, H. C. B.; BOTELHO, R. G.; MARINHO, T. C. S. T. (Orgs.). **Cuidar da casa comum**: Da natureza, da vida, da humanidade. Oportunidades e responsabilidades do Desporto e da Educação Física. Belo Horizonte: Casa da Educação Física, 2018, v. 1, p. 203-215. Disponível em: <http://ceev.org.br/arquivo/biblioteca/4041560.pdf>. Acesso em: 26 jan./2020.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO; María del Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SANTINI, Rita de Cássia Giral di. **Dimensões do lazer e da recreação**. São Paulo: Angelotti, 1993, 101 p.

SILVA, Jorge Luiz da; BAZON, Marina Rezende. Revisão sistemática de estudos sobre os aspectos escolares relacionados ao cometimento de delitos. **Psicologia em Revista**, v. 21, n. 2, p. 273-292, ago. 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v21n2/v21n2a05.pdf>. Acesso em: 19 set. 2019.

STIGGER, Marco Paulo; THOMASSIM, Luis Eduardo. Entre o “serve” e o “significa”: uma análise sobre expectativas atribuídas ao esporte em projetos sociais. **Licere**, v. 16, n. 2, p. 1-33, jun. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/656/457>. Acesso em: 25 fev. 2020.

TEJADAS, Silvia da Silva. **Juventude e Ato Infracional**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As trajetórias de adolescentes em conflito com a lei são marcadas pela invisibilidade social perante as políticas de atendimento primário. Nesse sentido, a presente pesquisa propôs-se a analisar retrospectivamente o acesso às políticas de esporte e lazer na trajetória desses sujeitos, com o objetivo de elucidar a questão problema que permeia este estudo e entender se, ‘a falta de acesso às políticas de esporte e lazer na trajetória de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação é um fator de risco ao cometimento de ato infracional’?

O percurso metodológico proposto elucida o problema e as hipóteses conceituais desta pesquisa. A partir do estudo de revisão, apresentado no primeiro capítulo, constata-se que grande parte dos adolescentes em conflito com a lei adentram as medidas socioeducativas sem antes terem tido acesso as práticas de esporte e lazer de forma orientada, reafirmando o problema de pesquisa deste estudo. Destarte, através da pesquisa documental apresentada no segundo capítulo, observa-se que a medida socioeducativa de internação no contexto pesquisado, propiciou maior acesso aos espaços, equipamentos e conteúdos de esporte e lazer aos adolescentes, se comparado com suas vivências anteriores à aplicação da medida socioeducativa, o que confirma nossa primeira hipótese conceitual. As observações *in loco*, realizadas nos bairros de Cuiabá com maior incidência de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de internação nos anos de 2017 e 2018, ora apresentadas no terceiro capítulo, evidencia a escassez de espaços, equipamentos e conteúdos disponibilizados a esses sujeitos em suas comunidades. Esse conjunto de evidências nos permite afirmar que, no contexto pesquisado, a falta de acesso às políticas de esporte e lazer na trajetória desses adolescentes configurou-se como possível fator de risco ao cometimento de ato infracional, fato que confirma nossa segunda hipótese conceitual e elucida a questão problema desta pesquisa.

Este estudo torna-se relevante para a sociedade, uma vez que seus resultados poderão subsidiar a articulação de políticas intersetoriais de atendimento primário aos adolescentes em conflito com a lei, que se configurem como fator de proteção ao cometimento de ato infracional, impactando direta e indiretamente na vida das pessoas. Também, este estudo articula-se com outras áreas das ciências sociais e humanas, as quais têm se debruçado em entender as variáveis relacionadas à conduta infracional, por tratar-se de um fenômeno complexo que deve ser contextualizado e analisado por vários prismas da ciência.

Entendemos como limitações desta pesquisa, o não alcance metodológico para investigar *in loco* os espaços, equipamentos e conteúdos de esporte e lazer disponibilizados aos adolescentes em conflito com a lei em outros municípios do Estado de Mato Grosso que

dispõem de Centros de Atendimento Socioeducativo. Logo, faz-se necessário a produção de novos estudos que identifiquem a realidade desses municípios do interior do Estado, em relação aos dados encontrados na capital Cuiabá.

O esporte e o lazer em suas múltiplas possibilidades, a partir de mediadores comprometidos com seu papel político e pedagógico, que considerem esses fenômenos como vias privilegiadas ao desenvolvimento positivo desses adolescentes, poderão ressignificar a trajetória desses sujeitos e proporcionar o tão sonhado protagonismo àqueles que tiveram seus direitos renegados ao longo de suas vidas. Contudo, não se trata de afirmar que o esporte e o lazer são por si só, o remédio para todos os males, mas sim, de reconhecer seus potenciais pedagógicos.

APÊNDICE

Apêndice: Observações *in loco* nos bairros de Cuiabá

Bairro Novo Paraíso II

O bairro Paraíso II está inserido na região administrativa norte do município de Cuiabá, localizado em região periférica da capital. De acordo com o censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (BRASIL, 2010), a população estimada era de 5.655 habitantes.

Previamente, realizamos contato via telefone com a presidente do bairro para verificar a disponibilidade em acompanhar a observação *in loco*, considerando que a mesma reside no bairro há 27 anos. De pronto, demonstrou interesse e agendou para o dia 08/11/2019 no período matutino. Na referida data e horário reunimos na residência da presidente de bairro para uma prévia contextualização dos objetivos da pesquisa. Após apresentação a colaboradora enfatizou a necessidade de investimentos do poder público no bairro, justificando que os jovens da comunidade não têm oportunidades de participarem de atividades esportivas, culturais e de lazer, onde permanecem ociosos na maior parte do tempo. Citou que não havia projeto socioesportivo em andamento para os adolescentes da comunidade e que o único espaço público disponível para prática era um campo de futebol.

Diante dos relatos da presidente do bairro, indaguei se a mesma poderia nos acompanhar ao campo de futebol para observar pessoalmente o espaço e registrar algumas imagens. Durante o percurso até o local de observação, a colaboradora demonstrou preocupação com os índices de violência no bairro, especificamente em saber que o maior índice de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação em Cuiabá nos anos de 2017 e 2018 era advindo de sua comunidade. A mesma ainda esclareceu que em certa região do bairro, denominada de ‘fundão’, as problemáticas relacionadas à violência são mais evidentes, inclusive com o envolvimento de adolescentes.

Ao chegarmos ao campo de futebol entendi realmente a angústia da presidente de bairro quando enfatizou a necessidade de investimentos na área do esporte e lazer para a comunidade. Observei que o único espaço disponível no bairro apresentava péssimas condições de utilização (campo de terra batida, matagal em volta, balizas com sinais de ferrugem e redes das balizas totalmente desgastadas pelo tempo de uso). Recentemente a Prefeitura Municipal de Cuiabá havia disponibilizado refletores para o campo, contudo a comunidade ainda não estava fazendo

uso dos equipamentos, visto que necessitava de realizar a instalação elétrica para tal. Em volta do campo havia um “esboço” de pista de caminhada inacabada, sem utilização da comunidade.



Figura 1 – Campo de futebol do Bairro Novo Paraíso II.
Fonte: Arquivo Próprio.

Durante os registros, a presidente de bairro esclareceu que além de não dispor de outros espaços de esporte e lazer, o campo é utilizado em suma por adultos, considerando que os mesmos se organizam para adquirir materiais (bolas, uniformes) para a prática. Já as crianças e os adolescentes, por não terem um acompanhamento ou dispor de materiais, praticamente não utilizam o espaço.

Alguns moradores locais ao observarem que estávamos reunidos no campo de futebol e realizando os registros do espaço, aproximaram-se e indagaram se ali seria reformado, ou aconteceria algum projeto esportivo para os jovens. Ainda, expressaram total indignação com o descaso do poder público em relação à comunidade, relacionando a ociosidade da juventude com os problemas de criminalidade e o uso de drogas no bairro.

Diante da presente observação constatamos a triste realidade na qual o adolescente em conflito com a lei está inserido, reconhecida também pela própria comunidade. A nós, coube alentar àqueles que ali estavam presentes, agradecer a disponibilidade de nos acompanhar na observação *in loco* e esclarecer que os dados da pesquisa estariam disponíveis para subsidiar a articulação de possíveis políticas públicas à comunidade.

Bairro Dom Aquino

O bairro Dom Aquino está inserido na região administrativa Leste do município de Cuiabá, localizado em região central da capital. De acordo com o censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (BRASIL, 2010), a população estimada era de 10. 973 habitantes.

Previamente, realizamos contato via telefone com o presidente do bairro para verificar a disponibilidade em acompanhar a observação *in loco*, considerando que reside no bairro há 30 anos. O mesmo demonstrou interesse em colaborar com a pesquisa e agendou para o dia 14/11/2019 no período matutino. Conforme estabelecido, reunimos na residência do presidente do bairro para contextualizar sobre os objetivos da pesquisa e conhecer um pouco mais da realidade da comunidade. Diferente da observação anterior, o presidente elencou uma maior quantidade de espaços e equipamentos de lazer disponíveis na comunidade, contudo observamos que a problemática relacionada à escassez de conteúdos também se faz presente. Após conversa inicial, perguntamos se poderia nos acompanhar àqueles espaços descritos para realizar os registros pessoalmente, o mesmo atendeu à solicitação.

Os primeiros espaços visitados foram duas praças que dispõem de aparelhos de ginástica ao ar livre. Mesmo que em pequena quantidade, os aparelhos estavam em boas condições de utilização, contudo, não observamos pessoas da comunidade utilizando. O presidente do bairro informou que os espaços raramente são frequentados pela população jovem do bairro.



Figura 2 – Praça I do Bairro Dom Aquino.

Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 3 – Praça II do bairro Dom Aquino.

Fonte: Arquivo próprio.

Após os registros realizados nas praças, deslocamos para o mini estádio do bairro, conhecido como campo da antiga PROSOL. Já no local, causou-me estranheza ter que solicitar a chave do portão a um comerciante que fica ao lado do referido espaço. Constatamos que a comunidade é quem gerencia o espaço e por vezes se mobiliza para minimamente garantir a manutenção do local. O mini estádio apresentava más condições de manutenção (gramado, matagal, ferrugens nos equipamentos, refletores queimados dentre outros).



Figura 4 – Mini estádio do bairro Dom Aquino.

Fonte: Arquivo pessoal.

No momento da observação não havia pessoas utilizando o espaço, entretanto, o presidente do bairro informou que no local é realizado por voluntário ex-atleta, o projeto ‘Perto da bola longe das drogas’, com crianças e adolescentes. Foi nos informado também que ao lado do mini estádio, a PM/ROTAM/MT desenvolve o projeto de jiu-jítsu ‘Formando Cidadãos’, porém não foi possível realizar registros do espaço.

O próximo espaço visitado foi o campo de society conhecido como “Ralinha”, nome pejorativo dado pela comunidade ao espaço que apresenta más condições de seu gramado. Além do gramado, foi possível identificar equipamentos enferrujados e sem manutenção. O espaço é utilizado em suma por adultos em torneios esportivos e esporadicamente pelos jovens da comunidade, sem qualquer orientação profissional.



Figura 5 – Campo Society ‘Ralinha’.

Fonte: Arquivo próprio.

Interessante ressaltar que a nossa movimentação no espaço através dos registros aguçaram mais uma vez a curiosidade da comunidade, que por vezes nos indagavam sobre o que realmente estávamos fazendo naquele espaço. Em geral, a população nos questionava se iríamos reformar os espaços ou organizar eventos no bairro. Tais fatos reafirmam que a comunidade espera ansiosa pela efetivação das políticas de esporte e lazer em seus bairros, por se tratar de práticas que satisfazem grande parte da sociedade.

Destarte, outro espaço visitado foi o Complexo esportivo e de lazer do bairro Dom Aquino, que ocorreu sem a presença do presidente do bairro por ter que participar de outros compromissos e devido o decorrer do horário. O Complexo dispõe de diversificados equipamentos de esporte e lazer, ambos em boas condições de utilização e frequentados pela

população de distintos bairros da capital. Um desses equipamentos é a quadra coberta do Complexo, que apresenta boas condições de utilização, mas não evidenciamos conteúdos com orientação profissional para adolescentes, uma vez que é utilizada esporadicamente pelos mesmos.



Figura 6 – Quadra coberta ‘Complexo esportivo’ do bairro Dom Aquino.

Fonte: Arquivo pessoal.

O complexo também dispõe de ginásio poliesportivo, onde é realizado o projeto ‘Bom de Bola, bom de Escola’ da Secretaria Municipal de Educação, mas que atinge uma pequena parcela da faixa etária correspondente aos sujeitos pesquisados.



Figura 7 - Ginásio poliesportivo do Complexo esportivo e de lazer do bairro Dom Aquino.

Fonte: Arquivo pessoal.

Anexo ao ginásio poliesportivo, fica o espaço onde é realizado projeto em parceria com a Confederação Matogrossense de Tênis de Mesa, porém, no dia da visita o espaço encontrava-se fechado, não sendo possível descrever os equipamentos disponíveis.



Figura 8 – Centro de Treinamento e Desenvolvimento de Tênis de Mesa – Claudio Kano.

Fonte: Arquivo pessoal.

Outros espaços registrados foram o campo de futebol de areia e quadra de vôlei de areia, onde também não presenciamos pessoas utilizando o espaço no momento da observação, bem como, não há projetos que contemplem adolescentes. Em suma, a população se organiza e dispõe de seus próprios materiais para praticar as atividades.



Figura 9 – Campo de futebol de areia do Complexo esportivo e de lazer do bairro Dom Aquino.

Fonte: Arquivo pessoal



Figura 10 – Quadra de vôlei de areia do Complexo esportivo e de lazer do bairro Dom Aquino.
Fonte: Arquivo pessoal.

Os campos de futebol e futebol society do Complexo apresentavam equipamentos em condições de utilização, mas também não são ofertados conteúdos com orientação profissional à população jovem, que por sua vez, representa uma minoria do público frequentador do espaço. É oportuno pontuar que no Complexo esportivo não são disponibilizados materiais para a prática das atividades àqueles que queiram utilizar o espaço pontualmente. Este fato poderia explicar a observância de pequenos grupos de jovens sentados pelos cantos do complexo sem utilizar os equipamentos disponíveis.



Figura 11 – Campo de futebol do Complexo esportivo e de lazer do bairro Dom Aquino.
Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 12 – Campo society do Complexo esportivo e de lazer do bairro Dom Aquino.
Fonte: Arquivo pessoal.

Na parte externa que circunda o campo de futebol, registramos uma pista de caminhada em bom estado de conservação e disponibilizada para a comunidade. Observamos várias pessoas utilizando o espaço, entretanto, não identificamos adolescentes.



Figura 13 - Pista de caminhada do Complexo esportivo e de lazer do bairro Dom Aquino.
Fonte: Arquivo pessoal.

Outros espaços disponibilizados no bairro (biblioteca municipal e duas quadras descobertas) foram descritos anteriormente pelo presidente de bairro, porém não foi possível realizar observação *in loco* nesses espaços.

Bairro Carumbé

O bairro Carumbé está inserido na região administrativa Leste do município de Cuiabá, localizado em região central da capital. De acordo com o censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (BRASIL, 2010), a população estimada era de 2.144 habitantes.

Previamente, realizamos contato via telefone com o presidente do bairro para verificar a disponibilidade em acompanhar a observação *in loco*, considerando que reside no bairro há 31 anos. O mesmo demonstrou interesse em colaborar com a pesquisa e agendou para o dia 14/11/2019 no período vespertino. Conforme data, horário e local estabelecido, reunimos na Associação de Moradores do bairro para contextualizar os objetivos da pesquisa e conhecer um pouco mais sobre a realidade da comunidade. Logo após explanar os objetivos da pesquisa, o presidente de bairro relatou quase que em forma de ‘desabafo’, a escassez de espaços para a prática de atividades esportivas, culturais e de lazer para a comunidade, chegando a dizer que praticamente não teria o que nos mostrar. Percebi que estávamos diante de uma breve e objetiva visita.

O único projeto direcionado aos adolescentes do bairro é de artes marciais, realizado por voluntário ex-atleta, de forma improvisada no próprio salão da Associação de Moradores, sem equipamentos específicos à prática, materiais insuficientes e em péssimas condições devido ao desgaste por longo período de utilização e sem reposição. A comunidade ainda utiliza o mini estádio denominado ‘Águia do Norte’ para realizar torneios de futebol para o público adulto e festividades em datas comemorativas.



Figura 14 - Mini estádio ‘Águia do Norte’.
Fonte: Arquivo pessoal.

O espaço apresentava péssimas condições de utilização, devido à falta de manutenção dos equipamentos, além de constatar sinais de depredação no local. Não são disponibilizados quaisquer conteúdos de esporte e lazer aos adolescentes por parte do poder público. Após os registros, ainda no local, o presidente do bairro nos prestou uma informação antes desconhecida, esclarecendo que o mini estádio está localizado nos limites geográficos de outro bairro do município. Por esse motivo decidimos não incluí-lo na sistematização dos espaços e equipamentos dos bairros investigados nesta pesquisa. Quanto à manutenção do espaço, esta é realizada pela própria comunidade, quando programado eventos esportivos esporádicos.

Ao final da observação, agradecemos a colaboração do presidente do bairro e informamos que os dados da pesquisa estariam disponíveis a comunidade, caso entendessem relevante para a articulação de políticas públicas para a população jovem local.

Bairro Jardim Vitória

O bairro Jardim Vitória está inserido na região administrativa norte do município de Cuiabá, localizado em região periférica da capital. De acordo com o censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (BRASIL, 2010), a população estimada era de 8.966 habitantes.

Previamente, realizamos contato via telefone com o presidente do bairro para verificar a disponibilidade em acompanhar a observação *in loco*, onde demonstrou interesse e agendou para o dia 09/11/2019 no período vespertino. Na referida data, horário e local comparecemos no mini estádio do bairro, contudo não fomos atendidos, considerando que o presidente do bairro estava ocupado com a realização de evento na comunidade. Posteriormente realizamos novas tratativas via telefone, mas também não obtivemos êxito. Dado os ocorridos, mudamos o foco e começamos a realizar tratativas com Conselheira Tutelar moradora do bairro há 29 anos, onde demonstrou disponibilidade de nos atender e agendou a visita para o dia 26/11/2019 no período vespertino.

A visita começou pela praça central do bairro, onde decidimos em conjunto realizar o registro de todos os espaços e posteriormente reunirmos em sua residência para explanarmos demais informações sobre a pesquisa. A praça do bairro dispõe de apenas um mini palco para apresentações culturais esporádicas e organizadas pela própria comunidade, sem sinais de manutenção.



Figura 15 - Praça do bairro Jardim Vitória.
Fonte: Arquivo pessoal.

Da praça central fomos a pé até uma quadra coberta, localizada na Escola Municipal Dejaní Ribeiro Campos. Chegando ao local, não foi possível realizar o registro do espaço, pois se encontrava com o portão fechado e não havia pessoas disponíveis no momento para nos atender. Entretanto, a conselheira tutelar nos informou que os equipamentos estavam em condições de uso e a Escola costumava abrir o espaço para a comunidade no período noturno, mas ao observar sinais de depredação no local começou a restringir o acesso ao espaço.

Seguimos para dois espaços que estão em estado de abandono, com sinais de depredação, sem quaisquer condições de utilização. Os espaços referem-se às antigas sedes da Associação de Moradores e a Central Única das Favelas – CUFA, onde segundo a colaboradora aconteciam várias manifestações esportivas, culturais e de lazer, representando significativa perda para comunidade, a qual carece de espaços para tais atividades.



Figura 16 – Antiga sede da Associação dos Moradores do Bairro Jardim Vitória.

Fonte: Arquivo próprio.

Observamos pessoas dentro do prédio da antiga sede da CUFA, que nos olhavam atentamente do outro lado da rua. Provavelmente eram moradores de rua que acabam por ocupar esses espaços inutilizados na comunidade, considerando a falta de moradia. Nitidamente, pelas informações da Conselheira Tutelar, aquele espaço ora abandonado já havia propiciado experiências significativas à população jovem e em situação de risco daquele bairro, mas a descontinuidade das ações por questões partidárias e ideológicas permanecem latentes nessas comunidades.



Figura 17 - Antiga sede da CUFA no bairro Jardim Vitória.
Fonte: Arquivo pessoal.

Registrar esses espaços inutilizados, sabendo do potencial que poderiam representar para a comunidade nos causou certa angústia, que só aumentou quando deparamos com o próximo espaço visitado. Uma quadra coberta ao lado de uma Escola Municipal, totalmente abandonada, servindo como morada de pássaros e até mesmo ponto para o uso de drogas. Ali presenciamos um espaço em potencial sem qualquer sinal de manutenção, equipamentos enferrujados, fezes de pássaros por toda sua extensão, refletores queimados e matagal em volta.



Figura 18 - Quadra coberta em estado de abandono.
Fonte: Arquivo pessoal.

Após essa experiência nada empolgante, nos dirigimos ao mini estádio do bairro. O espaço apresentava equipamentos em condições de utilização e gramado regular. Pontualmente é utilizado para festividades e eventos públicos. Entretanto, não são ofertados conteúdos com orientação profissional aos adolescentes do bairro, ao contrário, é frequentemente ocupado pela população adulta que se organiza para dispor dos materiais necessários à prática, fato este evidenciado em outros bairros.

Logo no primeiro momento, observamos adultos praticando o jogo de futebol, dispondo de materiais para tal (bolas, uniformes, calçados dentre outros). Ao mesmo tempo, uma imagem que nos causou certo descontentamento: crianças e adolescentes utilizando as laterais fora do campo, com bolas improvisadas feitas de saco, descalços e sem qualquer orientação para se praticar tais atividades. Por outro lado, o que nos motiva a prosseguir certos dos potenciais educativos que permeiam o esporte e lazer é, o fascínio, o contentamento e o prazer que pudemos observar no rosto daquelas crianças e adolescentes, que mesmo sem dispor das condições ideais à prática, satisfaziam-se com o jogo.



Figura 19 - Mini estádio do Bairro Jardim Vitória.
Fonte: Arquivo pessoal.

Destarte, deslocamos até a quadra coberta localizada na Escola Municipal Senhorinha Alves. Os equipamentos apresentavam boas condições de utilização e a possibilidade de diversificação dos esportes. Em outras oportunidades a Escola cedia o espaço para a utilização da comunidade no período noturno, entretanto, começou haver restrições por questões de conservação do local.



Figura 20 - Quadra coberta da Escola Municipal Senhorinha Alves.

Fonte: Arquivo pessoal.

Por fim, fomos até a residência da Conselheira Tutelar para prestarmos demais informações sobre os objetivos da pesquisa. A mesma enfatizou a importância do presente estudo para a articulação de políticas públicas aos adolescentes do bairro, uma vez que permanecem ociosos, expostos aos riscos sociais e sem acesso às atividades esportivas, culturais e de lazer em sua comunidade. Após os apontamentos da colaboradora, agradecemos pelo acompanhamento nas observações *in loco* e informamos que os dados da pesquisa estariam disponíveis à comunidade.

Bairro Osmar Cabral

O bairro Osmar Cabral está inserido na região administrativa sul do município de Cuiabá, localizado em região periférica da capital. De acordo com o censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (BRASIL, 2010), a população estimada era de 4.530 habitantes.

Previamente, realizamos contato via telefone com o presidente do bairro para verificar a disponibilidade em acompanhar a observação *in loco*, considerando que o mesmo reside no bairro há 35 anos. De acordo com sua disponibilidade, agendou a visita para o dia 07/12/2019 no período matutino. Na referida data, horário e local nos reunimos no mini estádio do bairro para uma prévia contextualização dos objetivos da pesquisa e maiores informações sobre a comunidade.

O mini estádio do bairro apresentava más condições de utilização, falta de manutenção do gramado, alguns refletores queimados, vestiário em desuso e sinais de ferrugens em alguns equipamentos. O presidente do bairro esclareceu que já existe projeto de revitalização do espaço, que será realizado em parceria com o poder público e demais colaboradores da sociedade organizada. Ainda, nos informou que no local acontece projeto de futebol para crianças e adolescentes nos finais de semana, executado por voluntário ex-atleta, sem vínculo com o poder público.



Figura 21 - Mini estádio do bairro Osmar Cabral.

Fonte: Arquivo pessoal.

Em seguida seguimos até a quadra coberta localizada na Escola Municipal Osmar Cabral. Considerando que não se tratava de dia letivo, ficamos impossibilitados de realizar os registros na parte interna do espaço. O presidente de bairro nos informou que os equipamentos da quadra estavam em boas condições de utilização e, somente era utilizada pelos alunos em horário escolar, não sendo cedida em outros horários para a comunidade externa.



Figura 22 - Visão externa da quadra na Escola Osmar Cabral.

Fonte: Arquivo pessoal.

Após, o presidente de bairro mencionou que havia uma quadra descoberta em Escola Municipal que estava desativada por motivos de reforma. Fomos até o local, mas também não conseguimos registrar a parte interna do espaço. Porém, foi nos informado que todo o espaço, inclusive a quadra, passaria por reforma, eis que dispunha apenas de equipamentos para a prática de futsal e handebol em más condições de uso.



Figura 23 - Vista externa da quadra desativada.

Fonte: Arquivo pessoal.

O próximo espaço visitado foi o ginásio do bairro, onde surpreendentemente também se encontrava fechado, sem utilização da comunidade, assim, não pudemos realizar as imagens internas do local. O presidente do bairro esclareceu que no local, atualmente não estava sendo realizado nenhum projeto socioesportivo direcionado a população jovem da comunidade, sendo utilizado em suma para a prática de futsal com o público adulto, através de horários agendados.



Figura 24 - Ginásio do Bairro Osmar Cabral.
Fonte: Arquivo próprio.

Estranhamente, em um dia de sábado e no período matutino, os poucos espaços de esporte e lazer disponíveis a comunidade encontravam-se fechados e vazios. Tal registro nos permite afirmar que para além da manutenção e construção de espaços para o esporte e lazer, faz-se necessário à articulação de programas por parte do poder público que atendam esses adolescentes em sua integralidade. Sem qualquer programação e orientação, esses espaços tornam-se pontos de encontro para os jovens “jogar conversa fora” e por vezes fazer uso de drogas. Durante a observação observamos pequenos grupos de adolescentes circundando esses espaços, certamente não estavam ali para praticarem alguma atividade, até porque não dispunham de qualquer material.

Por fim, fomos informados que o bairro também dispõe de uma biblioteca municipal ‘Saber com Sabor’ onde são realizadas atividades de leitura e recreativas pela Secretaria Municipal de Educação. Por motivos de disponibilidade de tempo do colaborador, não realizamos registro nesse espaço.

Bairro Tijucal

O bairro Tijucal está inserido na região administrativa sul do município de Cuiabá, localizado em região periférica da capital. De acordo com o censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (BRASIL, 2010), a população estimada era de 15.334 habitantes.

Previamente, realizamos contato via telefone com o presidente do bairro para verificar a disponibilidade em acompanhar a observação *in loco*, considerando que reside na comunidade há 27 anos. O mesmo demonstrou interesse em colaborar com a pesquisa e agendou para o dia 14/12/2019 no período matutino. Conforme data, horário e local estabelecido, comparecemos na praça do bairro para contextualizar sobre os objetivos da pesquisa e conhecer um pouco mais da realidade da comunidade. No local fomos recepcionados por outras lideranças comunitárias, membros da Associação de Moradores do bairro, visto que o presidente teve que se atrasar por alguns minutos. Fizemos a explanação dos objetivos da pesquisa e ouvimos atentamente as demais informações sobre a comunidade, prestadas pelas lideranças comunitárias.

Na praça a qual nos reunimos, foi construída uma quadra descoberta pelo poder público municipal em gestões anteriores. O espaço apresentava alguns equipamentos com sinais de depredação (tabelas de basquete e refletores). Presenciamos poças d'água no local, que segundo os moradores é um problema corriqueiro sempre em períodos chuvosos, devido ao desnível no solo ocasionado pela obra inacabada.



Figura 25 - Quadra descoberta do Bairro Tijucal.

Fonte: Arquivo pessoal.

Foi nos informado que este espaço já serviu por um longo tempo como ponto de encontro para jovens utilizarem entorpecentes, mas, com a própria conscientização e fiscalização da comunidade, essa problemática diminuiu. As lideranças esclareceram que, atualmente, muitos jovens da comunidade reúnem-se nesse espaço para jogarem futsal e dançarem hip hop, porém, sem atividades programadas e orientadas por profissionais.

Logo após os registros na quadra da praça o presidente de bairro chegou ao local. Reforçamos novamente sobre os objetivos da pesquisa e prosseguimos com as observações. O próximo espaço visitado talvez seja uma das surpresas mais desagradáveis que tivemos durante todo o processo de observação nos bairros, onde encontramos o mini estádio da comunidade em total estado de abandono, tomado pelo matagal, com equipamentos totalmente enferrujados e sem condições de utilização. Foi nos pontuado que o referido espaço estava nessa situação a mais de dois anos, trazendo riscos à saúde da população e até mesmo a segurança dos mesmos.



Figura 26 - Mini estádio do Bairro Tijucal.

Fonte: Arquivo pessoal.

No bairro há quatro Escolas Estaduais que dispõem de quadras cobertas padronizadas. Assim, considerando o decorrer do horário decidimos por registrar apenas uma das quadras. O espaço estava em condições de uso, mesmo constatando o déficit de outros equipamentos que contemplem diferentes conteúdos, restringindo-se a prática de futsal e handebol. Recebemos informações de que o referido espaço já foi aberto no período noturno para que a comunidade pudesse utilizar. Entretanto, sem qualquer acompanhamento dos jovens que ali se reuniam, tornou-se inviável o acesso, devido à depredação e utilização de entorpecentes no espaço.



Figura 27 - Quadra coberta de Escola Estadual do Bairro Tijucal.

Fonte: Arquivo pessoal.

O presidente do bairro nos relatou que uma das grandes dificuldades da comunidade é a disponibilização de áreas públicas para construção de novos espaços esportivos, culturais e de lazer, consequências do crescimento populacional desordenado e falta de planejamento urbano. Este apontamento é de certa forma preocupante, se consideramos que o referido bairro detém uma das maiores populações de Cuiabá. Percorremos duas áreas públicas que ainda encontram-se disponíveis no bairro para futuras construções, e constatamos que realmente a falta de planejamento urbano torna-se um entrave para o acesso democrático ao esporte e lazer.

Em seguida, dirigimos para o ginásio poliesportivo do bairro. Observamos que o mesmo apresentava aspectos de conservação (pintura, limpeza, equipamentos para futsal e handebol em boas condições de uso, instalação elétrica, bebedouro, sala para os registros de agendamento do local dentre outros). Percebemos que o presidente do bairro expressava um certo apressado e entusiasmo ao referir especificamente sobre aquele espaço. Assim, foi esclarecido que o ginásio local por muitos anos fora inutilizado por falta de manutenção, chegando a total estado de abandono e servindo como teto para os moradores de rua. Nesse período, o espaço tornou-se um incomodo para a população do entorno, seja pelos riscos à saúde das pessoas, devido à falta de higiene no local e/ou a violência instaurada pela disputa de espaço e o uso de drogas.

Para sanar essa problemática, diante da falta de investimentos do poder público, a população se mobilizou para angariar recursos e doações de toda comunidade e comércio local, a fim de reformar e revitalizar o ginásio poliesportivo. O presidente de bairro esclareceu que houve significativa adesão dos moradores, o que resultou na reforma do mesmo em um curto período. Informou que a própria comunidade realiza as manutenções do espaço e organiza os

horários e agendamentos para a utilização. No local, devido às especificidades dos equipamentos disponíveis, é realizado projeto de futsal e handebol para crianças e adolescentes de 07 a 17 anos, por profissionais da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e turismo.



Figura 28 - Ginásio poliesportivo do bairro Tijucal.

Fonte: Arquivo pessoal.

Por fim, agradecemos a disponibilidade do presidente de bairro e demais lideranças comunitárias, por terem nos acompanhado na observação *in loco* e demonstrarem total apreço pelas questões sociais que envolvem o bairro. Esclarecemos que os dados da pesquisa estariam disponíveis, caso entendessem relevante para a articulação de políticas públicas de esporte e lazer voltadas à população jovem da comunidade.

Bairro Alvorada

O bairro Alvorada está inserido na região administrativa oeste do município de Cuiabá, localizado em região central da capital. De acordo com o censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (BRASIL, 2010), a população estimada era de 13.035 habitantes.

Previamente, tentamos realizar contato com o então presidente do bairro, mas fomos informados que um novo presidente assumiria as funções, de acordo com as eleições comunitárias que haviam sido realizadas. Desta forma, entramos em contato via telefone com o novo presidente do bairro para verificar a disponibilidade em acompanhar a observação *in loco*, considerando que reside na comunidade há 20 anos. O mesmo demonstrou interesse em colaborar com a pesquisa e agendou para o dia 14/12/2019 no período vespertino. Conforme data, horário e local estabelecido, reunimos na Associação de Moradores do bairro para contextualizar sobre os objetivos da pesquisa e conhecer um pouco mais da realidade da comunidade.

O presidente nos relatou que a comunidade carece de espaços para as práticas de esporte e lazer e não dispõem de nenhum projeto desta natureza para atender os adolescentes. Diante dos esclarecimentos seguimos para o primeiro espaço, uma quadra que fica localizada na Escola Municipal Marechal Cândido Rondon, mas não foi possível realizar os registros dos equipamentos, considerando que a Escola já havia encerrado o ano letivo e não tinha pessoas disponíveis no momento para nos atender.



Figura 29 - Escola Municipal que dispõe de quadra no bairro Alvorada.

Fonte: Arquivo pessoal.

Após, fomos até a quadra descoberta do bairro, localizada em uma pequena praça. A quadra apresentava equipamentos exclusivamente para a prática de futsal e handebol, em bom estado de conservação e refletores em funcionamento. Em períodos chuvosos, devido ao fato da quadra não ser coberta, dificulta a utilização pela comunidade. No local, observamos pequenos grupos de crianças e adolescentes jogando com bolas improvisadas. O presidente do bairro nos informou que a quadra geralmente é utilizada pelos adultos e esporadicamente por jovens da comunidade, considerando que não há projetos que contemplem os diferentes conteúdos de esporte e lazer a esse público. Ali, presenciamos mais um espaço em potencial sem o acompanhamento de profissionais e pouca efetivação das ações, praticamente inutilizado.



Figura 30 - Quadra descoberta do bairro Alvorada.

Fonte: Arquivo pessoal.

O último espaço visitado foi uma praça com equipamentos de ginástica e musculação ao ar livre. A praça apresentava aspectos de jardinagem, limpeza e pintura em ótimas condições, além de equipamentos novos para a prática. Novamente nos deparamos com um espaço em potencial, mas sem nenhuma atividade programada para a comunidade. Talvez isso explique os esclarecimentos do presidente do bairro, que nos informou sobre a baixa adesão da população jovem em utilizar os aparelhos.



Figura 31 - Praça com academia ao ar livre do bairro Alvorada.

Fonte: Arquivo pessoal.

Durante a visita, relacionando-a às demais observações que já havíamos realizado em outros bairros, constatamos que os aparelhos disponíveis em espaços que apresentam ambientes de conservação e manutenção constante, raramente são frequentados por aqueles adolescentes que apresentam histórico de conduta infracional. Este fato nos remete a hipótese do não pertencimento concebido por esses sujeitos, marginalizados dentro da sua própria comunidade. É nesse cenário que se faz indispensável à presença de profissionais mediadores nesses espaços, com atividades programadas, objetivos claros e estratégias metodológicas que alcancem de forma democrática esses adolescentes.

Por fim, agradecemos a colaboração do presidente de bairro por nos acompanhar na observação *in loco* e informamos ao mesmo que os dados da pesquisa estariam disponíveis a comunidade, caso entendessem relevante para a articulação de políticas públicas de esporte e lazer para a população jovem local.

Bairro Santa Isabel

O bairro Santa Isabel está inserido na região administrativa oeste do município de Cuiabá, localizado em região central da capital. De acordo com o censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (BRASIL, 2010), a população estimada era de 8.213 habitantes.

Previamente, realizamos contato via telefone com o presidente do bairro para verificar a disponibilidade em acompanhar a observação *in loco*, entretanto, o mesmo não mostrou disponibilidade de tempo e nos encaminhou o contato do vice-presidente. Desta forma, entramos em contato com o mesmo, considerando que reside na comunidade há 25 anos. Demonstrado o interesse em colaborar com a pesquisa, agendou a visita para o dia 20/12/2019 no período vespertino. Conforme data, horário e local estabelecido, reunimos na Associação de Moradores do bairro para contextualizar sobre os objetivos da pesquisa e conhecer um pouco mais da realidade da comunidade. Informou que no bairro não havia em andamento projeto de esporte e lazer que atendesse os adolescentes, bem como escassa oferta de espaços e equipamentos, considerando a média populacional local.

O primeiro espaço que registramos foi uma quadra coberta, localizada na Escola Municipal Professor Ranulpho Paes de Barros. A quadra apresentava pouca diversificação de equipamentos, com as tabelas de basquete arrancadas, restringindo a prática de futsal e handebol. Foi nos informado que o espaço era aberto a comunidade local nos períodos que não havia aula.



Figura 32 – Quadra coberta da Escola Municipal Professor Ranulpho Paes de Barros.
Fonte: Arquivo pessoal.

Destarte, o presidente do bairro nos encaminhou a um espaço conhecido no bairro como ‘Arena Areão’, composto de um campo oficial de futebol e dois campos de futebol society. No espaço acontecem frequentemente torneios de futebol amador, principalmente para o público adulto, organizado por comerciante local. O campo de futebol apresentava balizas sem redes, gramado regular sem marcação de suas extremidades e não dispunha de refletores.



Figura 33 - Campo de futebol do bairro Santa Isabel.
Fonte: Arquivo pessoal.

Ao lado, registramos os dois campos de futebol society, que apresentavam melhores condições de utilização e conservação, se comparados com o campo de futebol.



Figura 34 - Campo society I do bairro Santa Isabel.
Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 35 - Campo society II do bairro Santa Isabel.

Fonte: Arquivo pessoal.

Semelhante às visitas em outros bairros, evidenciamos que mesmo as comunidades dispendo de certos equipamentos de esporte e lazer, estes não estão devidamente organizados com programações e profissionais para atender a população jovem local. Por fim, deslocamos até uma praça que dispõe de equipamentos novos de ginástica e musculação ao ar livre, mas, também, sem atividades programadas e profissionais para atender a população.



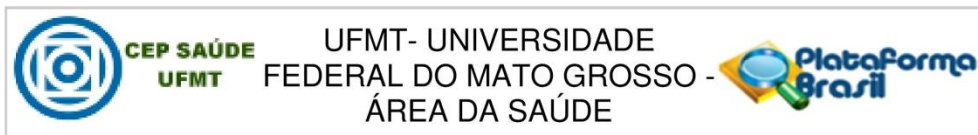
Figura 36 - Praça com academia ao ar livre do bairro Santa Isabel.

Fonte: Arquivo pessoal.

Ao final da visita, agradecemos a colaboração do vice-presidente do bairro e informamos que os dados da pesquisa estariam disponíveis a comunidade, caso entendessem relevante para a articulação de políticas públicas de esporte e lazer a população jovem local.

ANEXOS

Anexo 1: Parecer Consubstanciado do CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO E SUAS INTERFACES COM O ESPORTE E LAZER

Pesquisador: UELITON PERES DE OLIVEIRA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 03382918.9.0000.8124

Instituição Proponente: INSTITUTO DE SAUDE COLETIVA CEP SAUDE UFMT

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.102.411

Apresentação do Projeto:

Conforme apresenta o pesquisador: "O esporte é um fenômeno sociocultural que ao longo da história desenvolveu-se no bojo da sociedade e por exercer um grande fascínio entre seus diferentes personagens, tem sido investigado em áreas distintas. Estudiosos da área sinalizam que este fenômeno, sobre as lentes da Pedagogia do Esporte, pode propiciar ambientes favoráveis para o desenvolvimento positivo de jovens e contribuir na formação plena do indivíduo. Desta forma, seria de suma relevância analisarmos os benefícios do esporte e lazer na trajetória de adolescentes em conflito com a lei, geralmente expostos aos riscos sociais e a margem da Rede de Proteção Integral a Criança e ao Adolescente, preconizada pela Lei 8.069/90 – ECA. Esta problemática pode ser observada nas instituições socioeducativas do Estado de Mato Grosso, visto que a grande maioria dos adolescentes adentra o Sistema sem antes terem tido acesso ao esporte e lazer de forma orientada, assim, a questão problema que norteia este estudo é "Até que ponto, a falta de acesso ao esporte e lazer tem relação com o cometimento de ato infracional"? Escassos são os estudos que abordam a temática relacionada ao esporte e lazer em contextos de medidas socioeducativas e, de acordo com revisão de literatura, não identificamos pesquisas que analisam a relação da falta de acesso ao esporte e lazer com o cometimento de ato infracional, fato este que sinaliza para a relevância social desta pesquisa, visto que os resultados poderão subsidiar a articulação de políticas de atendimento intersetorial ao adolescente. Contudo, esta pesquisa de abordagem qualitativa do tipo exploratória e descritiva, objetiva de forma primária, analisar

Endereço: Rua Fernando Correa da Costa 2367

Bairro: BOA ESPERANCA

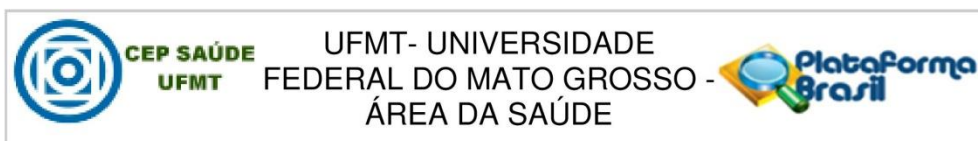
UF: MT

Município: CUIABA

Telefone: (65)3615-8254

CEP: 78.060-900

E-mail: cepsaude@ufmt.br



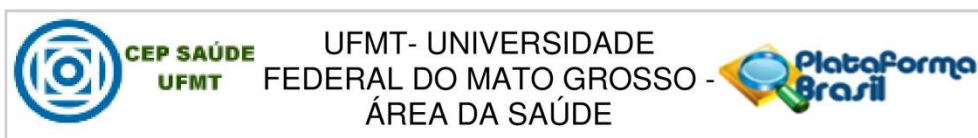
Continuação do Parecer: 3.102.411

retrospectivamente o acesso ao esporte e lazer de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação. Atualmente, o Estado de Mato Grosso dispõe de 8 (oito) Centros de Atendimento Socioeducativo, sendo 5 (cinco) no interior e 3 (três) na capital, totalizando uma média de 110 (cento e dez) adolescentes internos. Ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de internação é garantido o atendimento integral pela equipe multidisciplinar da Unidade, composta por profissionais de áreas distintas, aos quais, competem elaborar o Plano Individual de Atendimento do Adolescente, que tem por finalidade: realizar diagnóstico, traçar metas e avaliar a medida socioeducativa em diversas áreas (saúde, educação, escolarização, profissionalização, cultura, esporte e lazer). Desta forma, para a coleta dos dados utilizaremos esses dados secundários, a saber: Plano Individual de Atendimento do Adolescente – PIA, bem como dados quanto ao perfil dos sujeitos, ambos extraídos do Sistema para a Infância e Juventude SIPIA/SINASE. A priori, serão disponibilizados pela Gestão Estadual do SIPIA/SINASE, 42 documentos – PIAs, elaborados nos anos de 2017 e 2018, sendo 21 documentos a nível estadual e 21 documentos das Unidades de Cuiabá. Após, será disponibilizado pela Gestão Estadual do SIPIA/SINASE, a relação dos bairros de Cuiabá com o quantitativo de incidências em relação a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação, correspondentes aos anos de 2017 e 2018, desta forma, procederemos com a visita in loco no Bairro indicado como de menor e maior incidência, a fim de realizarmos um mapeamento dos espaços de esporte e lazer disponibilizados a comunidade local, através da técnica de “observação Simples” e diário de campo para as anotações. Após aprovação pelo CEP/SAÚDE UFMT, os dados serão tratados a partir da análise de conteúdo, a qual consiste na pré-análise para a organização dos dados obtidos, exploração dos dados de forma a codificá-los e a fase de tratamento dos dados, tornando-os significativos. Espera-se que esta pesquisa elucide a questão norteadora desta pesquisa, bem como subsidie a articulação de Políticas de Atendimento Intersetorial de esporte e lazer ao adolescente em conflito com a lei.” Critério de Inclusão:- Planos Individuais de Atendimento - PIA, elaborados nos anos de 2017 e 2018. - Planos Individuais de Atendimento - PIA, das 7 (sete) Unidades de Internação definitiva do Estado.- Disponibilização dos PIAs pela Gestão do SIPIA/SINASE de forma aleatória e sem identificação dos sujeitos. Critério de Exclusão: Não serão utilizados documentos da Unidade de Internação Provisória de Cuiabá, por ser facultado o preenchimento do PIA.”

Objetivo da Pesquisa:

Consta como, “Objetivo Primário: Analisar retrospectivamente o acesso ao esporte e lazer de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação. Objetivo Secundário: -

Endereço: Rua Fernando Correa da Costa 2367
Bairro: BOA ESPERANÇA **CEP:** 78.060-900
UF: MT **Município:** CUIABA
Telefone: (65)3615-8254 **E-mail:** cepsaude@ufmt.br



Continuação do Parecer: 3.102.411

Realizar estudo de revisão sistemática acerca do esporte e lazer em contextos de medidas socioeducativas.
- Identificar a relação do esporte e lazer na trajetória de adolescentes em cumprimento da medida socioeducativa de internação no Estado de Mato Grosso. - Verificar de quais bairros de Cuiabá são provenientes os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação, a fim de realizar mapeamento quanto aos espaços e atividades de esporte e lazer disponibilizados para a comunidade local.”

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Segundo as informações promovidas pelo pesquisador relacionadas aos riscos e benefícios, é citado como: “Riscos: Conforme preconizado pela Resolução n° 466/2012 CEP/CONEP, estamos cientes que toda pesquisa com seres humanos envolve riscos em tipos e gradações variadas. Nesse sentido, é sabido que quanto maiores e mais evidentes os riscos, maiores devem ser os cuidados para minimizá-los. Desta forma, o pesquisador responsável por este estudo compromete-se a oferecer toda a proteção e assistência necessárias, oferecidas pelo Sistema CEP/CONEP, aos participantes envolvidos direto ou indiretamente na pesquisa. Nesse viés, serão analisadas todas as possibilidades de reparar danos imediatos ou posteriores, no plano individual e coletivo. Insta salientar, conforme já exposto nos procedimentos da pesquisa, que os dados utilizados para o estudo serão extraídos de documentos elaborados pela Equipe de Referência Multiprofissional do Adolescente, a saber, Plano Individual de Atendimento – PIA, os quais serão disponibilizados ao pesquisador responsável por esta pesquisa pela Gestão Estadual do Sistema para Infância e Juventude – SIPIA/SINASE, resguardado toda e qualquer identificação dos sujeitos envolvidos, desta forma, em nenhum momento teremos contato com adolescentes internos nem com a equipe de referência dos Centros de Atendimento Socioeducativo. O pesquisador responsável por este estudo, ao perceber qualquer risco ou danos significativos aos sujeitos da pesquisa, comunicará o fato imediatamente ao Sistema CEP/CONEP e suspenderá o estudo até a avaliação e autorização do CEP para adequação ou suspensão do estudo, atentando-se as legislações pertinentes ao Sistema Socioeducativo (Lei 8.069/90 – ECA, Resolução n° 119/2006- Conanda e Lei n° 12.594/12 – SINASE). Contudo, em atenção ao disposto na Resolução n° 466/12 CEP/CONEP, comprometemo-nos a manter a guarda dos dados/documentos da pesquisa em arquivo físico ou digital por um período de 5 (cinco anos) após o termino da pesquisa. Insta salientar que apenas o pesquisador responsável e o pesquisador (orientador) desta pesquisa terão acesso aos documentos/Plano Individual de Atendimento – PIA, os quais serão utilizados exclusivamente para alcançar os objetivos elencados neste projeto. No que tange aos riscos, estamos considerando o acesso indevido aos dados. Buscamos minimizar essa situação assumindo

Endereço: Rua Fernando Correa da Costa 2367

Bairro: BOA ESPERANÇA

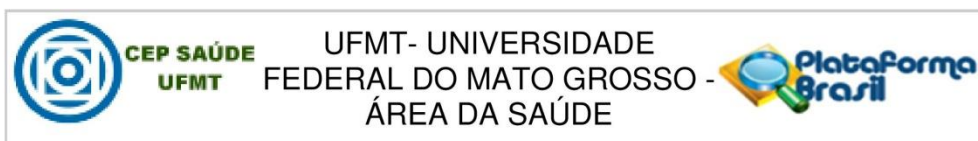
UF: MT

Município: CUIABA

CEP: 78.060-900

Telefone: (65)3615-8254

E-mail: cepsaude@ufmt.br



Continuação do Parecer: 3.102.411

que os dados serão armazenados no Laboratório de Estudos Aplicados em Pedagogia do Esporte (LEAPE/CNPq), onde o acesso é restrito e será realizado apenas pelo pesquisador responsável."

"Benefícios: Conforme a Resolução nº 466/12 - CEP/CONEP, as pesquisas envolvendo seres humanos são admissíveis quando os benefícios forem maiores que os riscos. Neste sentido, os benefícios aos sujeitos envolvidos neste estudo serão exclusivamente indiretos, já consideradas as dimensões física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual destes. A fim de maximizarmos os benefícios e minimizarmos os riscos da pesquisa, foi que nos propusemos a analisar documentos/Plano Individual de Atendimento – PIA, elaborados por servidores capacitados em diferentes áreas do conhecimento, inseridos diretamente no contexto da privação de liberdade, que por sua vez permite um estudo de caso do adolescente em sua integralidade, logo, assegurará a fidedignidade dos dados que utilizaremos para o estudo. Nesse sentido, ao considerarmos a relevância social bem como o ineditismo desta pesquisa, vislumbramos benefícios significativos aos envolvidos diretos e indiretamente no estudo, visto que os resultados poderão subsidiar a articulação e implementação de Políticas Intersetoriais de esporte e lazer, direcionadas aos adolescentes em conflito com a lei, o que permitirá ações relevantes quanto a prevenção dos riscos sociais os quais estão expostos. Portanto, o acesso aos resultados será possível após o término da pesquisa, através da publicação da dissertação e/ou artigos inerentes ao estudo, bem como a possibilidade de apresentação dos resultados as instituições que articulam a política intersetorial no Estado de Mato Grosso."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa em sua primeira versão; trata-se de um estudo com desenho de abordagem qualitativa do tipo exploratória e descritiva, que utilizará de coleta de dados secundários.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Considerando as normativas vigentes referentes à análise ética, quanto a:

- Folha de rosto: atende as recomendações, está devidamente assinada e carimbada pelo representante legal, sendo a instituição proponente representada pelo Diretor da Faculdade de Educação Física da UFMT;
- Projeto de pesquisa original na íntegra, apresentado adequadamente;
- Termo de consentimento livre e esclarecido: Não se aplica ao estudo, sendo aceita a justificativa de dispensa considerando que se trata de análise dados secundários;
- Termo de anuência institucional: atende as recomendações informando ciência e colaboração ao desenvolvimento da pesquisa; ademais, está devidamente assinada e carimbada por

Endereço: Rua Fernando Correa da Costa 2367

Bairro: BOA ESPERANÇA

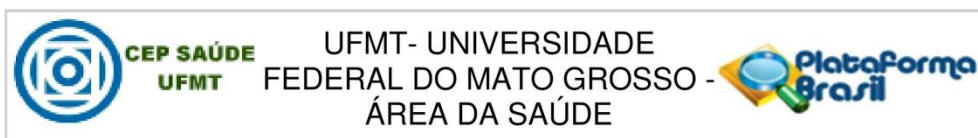
CEP: 78.060-900

UF: MT

Município: CUIABA

Telefone: (65)3615-8254

E-mail: cepsaude@ufmt.br



Continuação do Parecer: 3.102.411

representantes da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH);

- Garantia de que os benefícios resultantes do projeto retornem aos participantes da pesquisa: foram indicados o acesso aos resultados será possível após o término da pesquisa, através da publicação da dissertação e/ou artigos inerentes ao estudo, bem como a possibilidade de apresentação dos resultados as instituições que articulam a política intersetorial no Estado de Mato Grosso;
- Orçamento Financeiro, indicado como financiamento próprio do pesquisador;
- Cronograma, adequado quanto aos prazos e etapas da pesquisa, sendo indicado o início a partir da aprovação pelo Sistema CEP-Conep;

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não foram observados óbices éticos.

Considerações Finais a critério do CEP:

Projeto aprovado quanto aos aspectos éticos, considerando a Resolução n. 466/CNS/2012. Reforçamos ainda a necessidade de elaborar e apresentar os relatórios parciais e final; e de desenvolver o projeto conforme delineado, e em caso de eventos adversos que tenham no curso da pesquisa há a necessidade de notificação do Eventos Adversos ao CEP.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1244497.pdf	13/11/2018 20:13:35		Aceito
Outros	solicitacao_dados.pdf	13/11/2018 20:10:46	UELITON PERES DE OLIVEIRA	Aceito
Cronograma	Cronograma.docx	13/11/2018 20:08:00	UELITON PERES DE OLIVEIRA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	declaracao_instituicao2.pdf	13/11/2018 20:03:45	UELITON PERES DE OLIVEIRA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Delaracao_instituicao.pdf	13/11/2018 20:02:39	UELITON PERES DE OLIVEIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Detalhado.docx	13/11/2018 19:31:03	UELITON PERES DE OLIVEIRA	Aceito

Endereço: Rua Fernando Correa da Costa 2367

Bairro: BOA ESPERANÇA

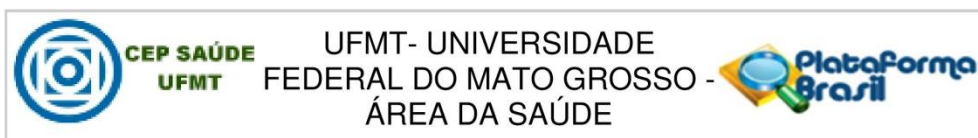
CEP: 78.060-900

UF: MT

Município: CUIABA

Telefone: (65)3615-8254

E-mail: cepsaude@ufmt.br



Continuação do Parecer: 3.102.411

Folha de Rosto	Folha_Rosto.pdf	13/11/2018 19:27:03	UELITON PERES DE OLIVEIRA	Aceito
----------------	-----------------	------------------------	------------------------------	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CUIABA, 26 de Dezembro de 2018

Assinado por:
Neudson Johnson Martinho
 (Coordenador(a))

Endereço: Rua Fernando Correa da Costa 2367
Bairro: BOA ESPERANCA **CEP:** 78.060-900
UF: MT **Município:** CUIABA
Telefone: (65)3615-8254 **E-mail:** cepsaude@ufmt.br

Anexo 2: Modelo do Plano Individual de Atendimento – PIA

SIPIA - SINASE

Pag. 1

SDH

Plano Individual de Atendimento do Adolescente

Código Sinase:	Data de Elaboração do	09/08/2019
Local da	MT - CENTRO SOCIOEDUCATIVO	
Adolescente:	Dt.	28/07/1991
Nome da Mãe:		
Técnico 1:		
Técnico 2:	Não preenchido	
Técnico 3:	Não preenchido	
Orientador:	Não preenchido	

CONHECENDO O ADOLESCENTE

Equipe de referência responsável pela condução e acompanhamento do processo

Não preenchido

Levantamento do contexto sociofamiliar:

Não preenchido

Composição

Não preenchido

Convívio familiar: Ignorado

Renda Ignorada

Quantidade de Integrantes da	Não	Quantidade de Filhos do	Não
-------------------------------------	-----	--------------------------------	-----

Levantamento da prática/histórico infracional:

Não preenchido

ESTUDO DE CASO SITUACIONAL

EIXO SAÚDE

Histórico clínico:

Não preenchido

Avaliação clínica multiprofissional:

Não preenchido

Avaliação de especialidade ? Quais?

Não preenchido

Relato de maus tratos?

Não preenchido

Faz uso de medicação controlada? Quais?

Não preenchido

Uso de drogas:

Ignorado

Drogas utilizadas:

Não preenchido

Observações (drogas):

Não preenchido

Presença de laudo médico? (CID)

Não preenchido

EIXO EDUCAÇÃO

SIPIA - SINASE

Pag. 2

SDH

Plano Individual de Atendimento do Adolescente

Alfabetizado	Não preenchido	Escolaridade:	Ignorada
Matriculado	Não preenchido	Situação Escolar:	Ignorada

Última escola frequentada (endereço):

Não preenchido

Transferência	Não preenchido.	Carteira de	Não preenchido.
----------------------	-----------------	--------------------	-----------------

Motivo de desistência:

Não preenchido

Reprovação Não preenchido.**Motivo de reprovação:**

Não preenchido

Histórico escolar:

Não preenchido

Avaliação Psicopedagógica:

Não preenchido

Evolução:

Não preenchido

EIXO INICIAÇÃO PROFISSIONAL/MUNDO DO TRABALHO

Situação	Ignorado	Tem currículo?	Não preenchido
-----------------	----------	-----------------------	----------------

Profissão que gostaria de seguir:

Não preenchido

Já participou de curso? Quais?

Não preenchido

Local:

Não preenchido.

Cursos anteriores:

Não preenchido

Turno: Não preenchido**Certificados:**

Não preenchido

EIXO CRENÇA RELIGIOSA**Crença** Não preenchido**Detalhes:**

Não preenchido

EIXO RELAÇÕES AFETIVAS, DE AMIZADES E DE

Não preenchido

EIXO LAZER

Não preenchido

EIXO CULTURA

Não preenchido

EIXO ESPORTE

Não preenchido

EIXO SONDAGEM DAS APTIDÕES, HABILIDADES E

Não preenchido

EIXO ATIVIDADES DE INTEGRAÇÃO FAMILIAR

Não preenchido

EIXO INCLUSÃO DA FAMÍLIA EM PROGRAMAS DE GOVERNO

Não preenchido

CONSTRUINDO METAS COM O ADOLESCENTE A PARTIR DO ESTUDO DE CASO

	Diagnóstico situacional do adolescente e percepções da equipe	Metas construídas a partir de demandas/objetivos declarados pelo adolescente
Saúde	Não preenchido	Não preenchido
Educação	Não preenchido	Não preenchido
Iniciação Profissional /Mundo Trabalho	Não preenchido	Não preenchido
Crença	Não preenchido	Não preenchido
Relações Afetivas, de Amizade e de Gênero	Não preenchido	Não preenchido
Cultura e lazer	Não preenchido	Não preenchido
Esporte	Não preenchido	Não preenchido
Sondagem das Aptidões, Habilidades, Interesses e Motivações	Não preenchido	Não preenchido
Atividades de Integração Familiar	Não preenchido	Não preenchido
Inclusão da família em Programas de Governo	Não preenchido	Não preenchido

SIPIA - SINASE

Pag. 4

SDH

Plano Individual de Atendimento do Adolescente**ACOMPANHAMENTO DO PERCURSO DO ADOLESCENTE****Considerações da equipe multidisciplinar de referência:**

Não preenchido

Registro de incidentes disciplinares e/ou sanções/encaminhamentos adotados:

Não preenchido

Visitas familiares, domiciliares e telefonemas:

Não preenchido

Registros de fatos positivos/relevantes na evolução da MSE:

Não preenchido

Atividades internas - participação em assembleias, respeito às regras institucionais, atividades programadas pela equipe e outras:

Não preenchido

Atividades externas - participação em atividades culturais, de lazer, esportivas e outras:

Não preenchido

Atividades de integração familiar:

Não preenchido

Medidas específicas de atenção à saúde:

Não preenchido

Parecer Técnico Interdisciplinar:

Não preenchido

Impresso 09/08/2019

Nome: _____

Nome: _____

Cargo: _____

Cargo: _____

Nome: _____

Nome: _____

Cargo: _____

Cargo: _____

Nome: _____

Nome: _____

Cargo: _____

Cargo: _____